



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**CLARICE DE FÁTIMA DA SILVA**

**META-AVALIAÇÃO:**  
PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE  
UNIVERSIDADES DE FRONTEIRA NA AMÉRICA DO SUL

**CHAPECÓ  
2020**

**CLARICE DE FÁTIMA DA SILVA**

**META-AVALIAÇÃO:**

PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE  
UNIVERSIDADES DE FRONTEIRA NA AMÉRICA DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nilce Fátima Scheffer.

**CHAPECÓ**  
**2020**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Clarice de Fátima da  
Meta-avaliação: processo de autoavaliação  
institucional de Universidades de Fronteira na América  
do Sul / Clarice de Fátima da Silva. -- 2020.  
235 f.:il.

Orientadora: Doutora Nilce Fátima Scheffer

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Chapecó, SC, 2020.

1. Políticas Educacionais. 2. Educação Superior. 3.  
Avaliação Institucional. 4. Meta-avaliação.. I. , Nilce  
Fátima Scheffer, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

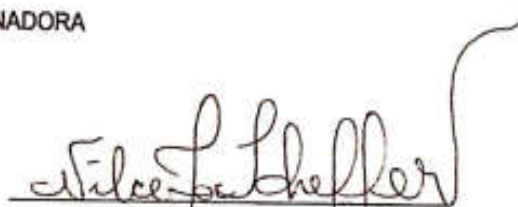
**CLARICE DE FÁTIMA DA SILVA**

**META-AVALIAÇÃO: PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
DE UNIVERSIDADES DE FRONTEIRA NA AMÉRICA DO SUL**

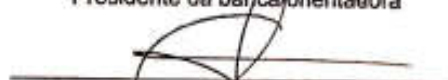
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Educação, defendido em banca examinadora em 11-12-2020.

Aprovado em: 11/12/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Nilce Fátima Scheffer – UFFS  
Presidente da banca orientadora



Prof. Dr. Elcio José Corá – UFFS  
Membro titular externo



Prof.ª Dra. Adriana Maria Andreis - UFFS  
Membro titular interno

Chapecó/SC, dezembro de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me guiado nessa trajetória e pelas pessoas colocadas no meu caminho para engrandecer o caminhar acadêmico e pessoal.

A minha amada família - meus pais: Gasparino da Silva e Lourdes da Silva (*in memoriam*), que me ensinaram os valores que carrego hoje e mostraram a importância do estudo e da dedicação necessária para alcançar os meus objetivos.

Aos meus irmãos: Beronice, Luiz, Odair e Renata, incentivadores e exemplos de carinho e compreensão. Aos meus sobrinhos amados, Davi, Daniel, Misael, Hadassa, Heitor e Leonardo pelos sorrisos sinceros e a pureza da criança.

Ao Cleber, meu companheiro de vida. Quantos momentos compartilhados, sonhos realizados. Obrigada por me apoiar com tanto carinho e amor.

Ao Governo do Estado de Santa Catarina, pelo apoio financeiro por meio da bolsa UNIEDU/FUMDES.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, todos os professores do programa e colegas.

Aos professores Dra. Adriana Maria Andreis e Dr. Elsio José Corá pelas suas contribuições no momento da banca de qualificação.

Em especial à minha orientadora, professora Dra. Nilce Fatima Scheffer, pelo prazer de conviver e compartilhar conhecimentos. Obrigada por tudo que fez desde que nos conhecemos! Muito obrigada pela dedicação, amor e empenho.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo meta-avaliar o processo de autoavaliação de Universidades de Fronteira na América do Sul. Considera-se, portanto, a seguinte problemática: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira na América do Sul? Destaca-se como recorte temporal para coleta de dados o relatório final de autoavaliação ano-base 2018 de uma amostra de duas Universidades de Fronteira na América do Sul. Para a coleta de dados foram utilizadas fontes primárias e secundárias, assim como a legislação sobre as políticas de avaliação institucional. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e documental. Para a organização e análise de dados, considerou-se a análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011), Saldaña (2013) e demais autores como: Gil (2010), Marconi e Lakatos (2017). Para a aplicação dos Padrões de Qualidade Internacionais de Avaliação foi considerado o JCSEE (Joint Committee On Standards For Educational Evaluation). O software ATLAS.ti, versão 8.4.24, foi utilizado para complementar a análise. A política educacional considerada na pesquisa foi a do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Brasil para análise dos relatórios das IES. Os resultados desta pesquisa apontam para mudanças significativas na educação superior que embasam, justificam e se norteiam nas políticas educacionais de avaliação institucional das universidades envolvidas. Os dados e resultados sinalizam que uma das instituições atendeu parcialmente os critérios nas etapas de preparação e divulgação, sendo que o ponto de maior fragilidade está na etapa de execução, enquanto, na outra IES, os resultados das etapas de preparação, execução e divulgação do processo de autoavaliação institucional apontam que atendeu aos critérios de qualidade do JCSSE. Por fim, a aplicação da meta-avaliação nas IES possibilitou indicar aspectos de melhoria no processo de autoavaliação institucional dessas Universidades de Fronteira na América do Sul.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação Superior. Avaliação Institucional. Meta-avaliação.

## ABSTRACT

The present study has the goal of meta-evaluating the self-evaluation process of South American Frontier Universities. Therefore, the following problematic is considered: how does the meta-evaluation allow for improvement in the institutional self-evaluation process of South American Frontier Universities? The timeframe selected for data collection regards the final report of self-evaluation base-year 2018 from a sample of two South American Frontier Universities. For data collection, primary and secondary sources were utilized, as well as the legislation of politics for institutional evaluation. This is, therefore, a qualitative and documental research. For data collection, organization and analysis, there were content analysis based on Bardin (2011), Saldaña (2013), and other authors such as: Gil (2010), Marconi and Lakatos (2017). For the application of International Evaluation Quality Standards, the JCSEE (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation) was considered. The software ATLAS.ti, version 8.4.24, was used to complete the analysis. The educational policy considered in this research was made by the National Higher Education Assessment System (SINAES) of Brazil for analysis of the IES reports. The results of this research point to significative change on higher education that substantiate, justify and orientate the educational politics in the institutional evaluation of the involved universities. The data and results signal that one of the institutions met mainly the criteria in the preparation and promotion steps, with its most vulnerable point in the execution step, while in the other IES, the results of the preparation, execution and promotion steps of the institutional self-evaluation process indicate that it met the quality standards of JCSEE. At last, the application of meta-evaluation in the IES allowed for indication of aspects in the improvement of the institutional self-evaluation of these South American Frontier Universities.

Keywords: Educational Politics. Higher Education. Institutional Evaluation. Meta-evaluation.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características das concepções de qualidade .....	31
Quadro 2: Sistemas de Avaliação Institucional Brasileira entre 1983 e 2020. ....	50
Quadro 3: Ciclos de codificações aplicadas na pesquisa.....	69
Quadro 4: Tempo do Fluxo do Processo de Autoavaliação Institucional nas IES.....	82
Quadro 5: Percurso do processo de análise de dados utilizando o ATLAS.ti .....	84
Quadro 6: Organização geral das unidades de registros, unidades temáticas e categorias de análise da UFFS e UNILA.....	92
Quadro 7: Sistematização dos códigos gerados no 1º ciclo de codificação.....	119
Quadro 8: Grupos de códigos com os respectivos códigos primários.....	126
Quadro 9: Segundo ciclo de codificação: inferências.....	144



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Regulação, avaliação e supervisão no ensino superior brasileiro.....	25
Figura 2: Potência da Fronteira Dialógica .....	35
Figura 3: Mapa da Universidade UFFS .....	56
Figura 4: Organograma institucional e acadêmico da UFFS.....	58
Figura 5: Organograma do campus UFFS - Chapecó-SC.....	59
Figura 6: Mapa da universidade UNILA .....	61
Figura 7: Organograma institucional e acadêmico da UNILA.....	63
Figura 8: Organograma campus UNILA Foz do Iguaçu-PR .....	64
Figura 9: Ciclos de codificação de Saldaña (2013) .....	68
Figura 10: Localização do relatório de autoavaliação no site da UFFS.....	71
Figura 11: Localização do relatório de autoavaliação no site da UNILA .....	73
Figura 12: Modelo teórico da pesquisa utilizando meta-avaliação .....	76
Figura 13: Tela inicial do <i>software</i> ATLAS.ti.....	78
Figura 14: Tela principal do software ATLAS.ti. e suas ferramentas.....	79
Figura 15: Barra de ferramenta de análise no ATLAS.ti.....	80
Figura 16: Palavras recorrentes no relatório de autoavaliação da UFFS .....	130
Figura 17: Visualização das palavras com maior recorrência no relatório UFFS ....	131
Figura 18: Palavras recorrentes no relatório de autoavaliação da UNILA.....	138
Figura 19: Visualização das palavras com maior recorrência no relatório UNILA...	139
Figura 20: Rede que representa os documentos e os grupos de códigos das IES.	147
Figura 21: Apresentação do resultado da meta-avaliação na 1ª etapa – preparação do processo de autoavaliação UFFS e UNILA.....	156
Figura 22: Apresentação do resultado da meta-avaliação na 2ª etapa – execução do processo de autoavaliação UFFS e UNILA.....	167
Figura 23: Apresentação do resultado da meta-avaliação na 3ª etapa – divulgação do processo de autoavaliação UFFS e UNILA .....	169

## LISTA DE SIGLAS

ADES	Arranjos de Desenvolvimento da Educação
ANEAES	Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
CCRs	Componentes Curriculares Regulares
CEIM's	Centro de Educação Infantil Municipal
CFE	Conselho Federal de Educação
CIN	Conselho Interuniversitário Nacional
CNE	Conselho de Educação Superior
CNRES	Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior
CONEAU	Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária
COMDE	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
ENADE	Avaliação de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
FIE	Faculdade Exponencial
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
JCSEE	Joint Committee On Standards For Educational Evaluation
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Economico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho Conclusão de Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNOCHAPECO	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UPA	Comissão Própria de Avaliação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA: TRAJETÓRIA .....	18
1.2 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO A SER AVALIADO .....	19
<b>2 APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>22</b>
2.1 AVALIAÇÃO E META-AVALIAÇÃO: EM BUSCA DE DEFINIÇÕES .....	22
<b>2.1.1 Principais abordagens da avaliação</b> .....	<b>29</b>
<b>2.1.2 Qualidade na educação superior</b> .....	<b>31</b>
2.2 COMPREENDENDO O CONCEITO DE FRONTEIRA .....	33
2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AVALIAÇÃO .....	36
<b>2.3.1 O Plano Nacional de Educação e a Avaliação da Educação Superior</b> .....	<b>41</b>
<b>2.3.2 Estratégias voltadas para a Avaliação da Educação Superior</b> .....	<b>44</b>
2.4 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES).....	45
<b>3 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>53</b>
3.1 CONTEXTO E AMOSTRA DA PESQUISA .....	53
<b>3.1.1 Caracterização das universidades</b> .....	<b>54</b>
3.2 OS PROCESSOS DE COLETA, ORGANIZAÇÃO E DE ANÁLISE DE DADOS .....	65
<b>3.2.1 Coleta dos relatórios de autoavaliação das IES</b> .....	<b>70</b>
3.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DOS DADOS .....	74
<b>3.3.1 Padrões de qualidade de avaliação JCSEE</b> .....	<b>74</b>
<b>3.3.2 O Software ATLAS.ti, versão 8.4.24</b> .....	<b>77</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>81</b>
4.1 OS DADOS: A ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO .....	81
<b>4.1.1 Fluxo do processo de autoavaliação nas IES</b> .....	<b>81</b>
<b>4.1.2 Processo de análise de dados no ATLAS.ti</b> .....	<b>84</b>
<b>5 ANÁLISE E RESULTADOS</b> .....	<b>89</b>
5.1 SISTEMATIZAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS .....	89
<b>5.1.1 Constituição das Unidades de Registro</b> .....	<b>92</b>
5.2 PRIMEIRO CICLO DE CODIFICAÇÃO: MÉTODO EXPLORATÓRIO E CODIFICAÇÃO PROVISÓRIA .....	114
<b>5.2.1 Primeiro ciclo de codificação: método elementar e codificação estrutural</b> .....	<b>118</b>

5.3 TRANSIÇÃO DO 1º CICLO PARA O 2º CICLO DE CODIFICAÇÃO .....	126
<b>5.3.1 Mapeamentos de códigos.....</b>	<b>127</b>
5.4 SEGUNDO CICLO: CODIFICAÇÃO DE PADRÕES .....	144
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAIS.....</b>	<b>191</b>
<b>APENDICE I - Lista de verificação das declarações dos padrões de avaliação do programa pelo comitê conjunto de padrões para avaliação educacional.....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE II – Links dos relatórios de autoavaliação das IES .....</b>	<b>201</b>
<b>APÊNDICE III – Etapa de preparação – JCSSE X ATLAS.TI.....</b>	<b>202</b>
<b>APÊNDICE IV - Etapa de execução – JCSSE X ATLAS.ti .....</b>	<b>210</b>
<b>APENDICE V– Etapa de divulgação – JCSSE X ATLAS.ti.....</b>	<b>218</b>
<b>APENDICE VI - Telas do processo de análise de dados no software ATLAS.TI.....</b>	<b>229</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais de avaliação institucional na educação superior são essenciais para que as universidades alcancem as melhores condições de qualidade científica e social. A ineficiência dessas políticas é um desafio recorrente para a gestão, corpo docente e administrativo.

A autoavaliação institucional é um processo coletivo de reflexão sobre a realidade das IES no que se refere às dimensões ensino, pesquisa e extensão e ao processo técnico-administrativo, possibilitando a articulação necessária entre as comunidades interna e externa. Para Libâneo (2011, p. 378) “a avaliação é requisito para a melhoria das condições que afetam diretamente a qualidade de ensino”. Entretanto, muitos de seus aspectos essenciais precisam ser repensados, ou até mesmo readequados, a fim de que a política de avaliação se torne ainda mais eficiente.

Esta pesquisa envolve uma reflexão sobre as implicações da forma de oferta da educação superior, seus limites, qualidade e responsabilidades. A avaliação é um momento em que a IES inclina-se para o levantamento de sua realidade por meio de metodologias e instrumentos que possibilitam uma análise abrangente e profunda sobre sua estrutura e qualidade institucional.

A escolha do tema e das universidades envolvidas nesta pesquisa contempla a busca dos resultados das avaliações de diferentes formatos já concluídas e apresentadas nos relatórios de autoavaliação institucional das IES. Desse modo será possível analisar o impacto dos pontos fortes e frágeis no que se refere à utilidade e precisão da qualidade da avaliação.

Para este estudo foram selecionadas Universidades de Fronteira na América do Sul, localizadas no Brasil. Essas IES possuem como objetivo desenvolver a região de Fronteira na América do Sul, a partir do acesso à educação superior, qualificação profissional, inclusão social, desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, promoção do desenvolvimento regional, garantia da qualidade da educação superior e permanência dos alunos nos cursos.

Para atender a esses objetivos, as IES buscam a interação e integração das cidades e Estados que compõe as IES de Fronteira, respeitando as características locais e atividades comuns na região.

Foi considerada, portanto, a seguinte problemática: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira na América do Sul?

Na medida em que crescem os debates sobre a qualidade da educação superior, destaca-se a importância da autoavaliação institucional. Por isso, pretende-se, por meio deste estudo, realizar a meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul.

O recorte temporal refere-se ao relatório final de autoavaliação institucional ano-base 2018 das Universidades de Fronteira na América do Sul. O relatório de avaliação institucional advém do Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. O SINAES exige a participação das CPAs das IES que são responsáveis pela implementação do processo de autoavaliação e sua operacionalização. Para tanto, é necessário considerar dois documentos aprovados em 2004 pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES: as diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior; as orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições. Assim, para avaliar a qualidade de um processo de autoavaliação institucional é preciso definir critérios precisos e uma estrutura metodológica objetiva. Por isso, a escolha da meta-avaliação.

Além disso, justifica-se essa escolha porque são IES criadas para suprir a carência de vagas, reverter o processo de litoralização em curso e principalmente contribuir com a qualidade na educação superior na região de Fronteira. A UFFS, é uma universidade de Fronteira localizada para atender pelo menos três diferentes Estados do sul do Brasil que são Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a UNILA é uma universidade de Fronteira localizada no estado do Paraná na região de Foz do Iguaçu para atender pelo menos três países: Argentina, Brasil e Paraguai. Destaca-se que as duas IES têm em comum na missão o desenvolvimento regional do Mercosul.

Ao discutir a trajetória da qualidade da educação superior, é fundamental considerar tanto a complexidade do sistema de educação no nível superior quanto a complexidade dos procedimentos formais e legais que envolvem a avaliação (LORDÊLO; DAZZANI, 2009).

Tendo em vista que a aplicação da meta-avaliação é recente nas pesquisas,

este estudo poderá ser uma contribuição importante para a gestão das instituições de Ensino Superior. A meta-avaliação é uma avaliação da avaliação como forma de reflexão sobre a metodologia e procedimentos usados na avaliação, gerando novos conhecimentos e uma nova avaliação. Isso permitirá aos gestores visualizarem a principal relevância, originalidade e viabilidade da meta-avaliação.

Este estudo tem por objetivo geral meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul. Os objetivos específicos são: conhecer as principais políticas educacionais orientadoras e subjacentes ao relatório de autoavaliação dessas Instituições de Ensino Superior (IES); apresentar, conforme o SINAES, os Eixos em comum e as dimensões de avaliação do processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul, identificar os pontos fortes a serem ressaltados e os frágeis a serem melhorados no processo de autoavaliação institucional, mediante a checagem de critérios dos Padrões de Qualidade Internacionais de Avaliação - JCSEE (*Joint Committee On Standards For Educational Evaluation*) nas Universidades de Fronteira na América do Sul.

Embora a amostra envolva universidades que estejam em locais diferentes, o acesso às informações necessárias para a coleta de dados não foi prejudicado, pois ocorreu por meio dos sites das universidades. Os processos avaliativos, obtidos por meio de relatórios de autoavaliação das IES, foram objeto de análise. Os dados estão organizados em categorias para a análise de conteúdo com o auxílio do *software ATLAS.ti*.

Alguns questionamentos da pesquisa são: Quais as contribuições da meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira Sul na América do Sul? Quais as políticas educacionais orientadoras e subjacentes ao relatório de autoavaliação dessas Instituições de Ensino Superior (IES)? Qual a metodologia dos relatórios de autoavaliação dessas IES?

A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a análise documental conforme Gil (2010), Marconi e Lakatos (2017). Para a organização e análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo conforme Bardin (2011) e Saldaña (2013), bem como a aplicação da meta-avaliação e dos Padrões de Qualidade Internacionais de Avaliação - JCSEE (*Joint Committee On Standards For Educational Evaluation*), e do auxílio software ATLAS.ti. Desse modo, os dados coletados e organizados estão de acordo com os padrões de qualidade internacional de avaliação, validade e



confiabilidade dos procedimentos e resultados.

Para apresentar os resultados da pesquisa foi utilizado o modelo de meta-avaliação de acordo com os Padrões de Qualidade Internacionais de Avaliação - JCSEE (*Joint Committee On Standards For Educational Evaluation*). Esse modelo permite o acompanhamento e aperfeiçoamento das políticas educacionais de avaliação institucional na Educação Superior. Segundo Stufflebeam (2001) a meta-avaliação pode ser definida como:

[...] o processo de delinear, obter e aplicar informação descritiva e de julgamento – sobre a utilidade, a viabilidade, a adequação e a precisão de uma avaliação e sua natureza sistemática, competente conduta, integridade, respeitabilidade e responsabilidade social – para orientar a avaliação e divulgar publicamente seus pontos fortes e fracos. (STUFFLEBEAM, 2001, p. 185).

O processo de autoavaliação institucional encontra-se na reflexão sobre a qualidade da educação superior no compromisso com a comunidade interna e externa, pois visa fornecer conhecimentos da situação atual da IES para seu futuro planejamento e tomada de decisão. A presente dissertação está organizada em cinco capítulos, respectivas seções e subseções:

No Capítulo I, apresenta-se a introdução, trajetória da pesquisadora, o tema a ser pesquisado, contextualização do objeto a ser avaliado, problemática, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, estrutura da pesquisa e alguns dos autores citados no referencial teórico.

No Capítulo II, discute-se os aportes teóricos da pesquisa, conceitos de avaliação, meta-avaliação, regulação, supervisão no ensino superior, principais abordagens da avaliação, conceitos de qualidade, conceitos de fronteira, ensino superior no contexto das políticas educacionais de avaliação, o Plano Nacional da Educação e a avaliação do Ensino Superior, Estratégias voltadas para a avaliação da educação superior, histórico dos sistemas de avaliação (1983 – 2020) e o atual sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).

No Capítulo III, são apresentados os caminhos metodológicos, contexto e amostra, caracterização das IES, os processos de coleta, organização e análise de dados, operacionalização da pesquisa, os instrumentos utilizados no tratamento aos dados, padrões de qualidade de avaliação JCSEE e as principais funções do *software ATLAS.ti*.

No Capítulo IV, verifica-se a apresentação de dados, a análise dos relatórios de autoavaliação, o fluxo do processo de autoavaliação nas IES e a sistematização do processo de análise de dados utilizando o *software ATLAS.ti*.

No Capítulo V, o foco é a aplicação da meta-avaliação nas categorias de “utilidade” e “precisão” aos relatórios de autoavaliação institucional das IES. Analisa-se a visão global dos documentos coletados bem como o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES) no contexto histórico. Também são contemplados os relatórios de autoavaliação das universidades UFFS e UNILA das ações na Educação Superior servem como balizadores. Por fim, apresenta-se as considerações finais juntamente com a discussão dos resultados, referências e apêndices.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA: TRAJETÓRIA

Natural do Rio Grande do Sul, da cidade de Planalto, tenho minha trajetória escolar iniciada no Estado de Santa Catarina, cidade de Chapecó-SC. Cheguei em Chapecó aos três anos de idade, juntamente com minha família.

Na educação infantil, frequentei um Centro de Educação Infantil Municipal, uma escola pública, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, articulando seus saberes e experiências com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Quando iniciei os primeiros anos do Ensino Fundamental, comecei a estudar na rede pública estadual até a conclusão do Ensino Médio. Também cursei, em paralelo, o Ensino Médio Profissionalizante Técnico em Processamento de Dados no Colégio Estadual Prof.<sup>a</sup> Zélia Scharf de Chapecó-SC.

Completei todas as etapas da Educação Básica em escola pública e, ao passar para o ensino superior, iniciei os estudos na rede privada, na Faculdade Exponencial em Chapecó-SC cursando Graduação em Sistemas de Informação, no período de 2001 a 2005.

Ao final da graduação, direcionei meus estudos de conclusão de curso (TCC), para o Desenvolvimento de um Sistema de Controle e Acompanhamento do PDI da Faculdade Exponencial Chapecó-SC. Logo despertou o desejo para iniciar uma Especialização Lato *Sensu* em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação, com o título da monografia: Tecnologia da informação aplicada ao plano de

desenvolvimento institucional. Na sequência, realizei outra Especialização em Educação e Docência no Ensino Superior, na área de tecnologias assistivas, com o título: Tecnologias assistivas no processo de aprendizagem no Ensino Superior na Faculdade Exponencial.

Neste período iniciei minha carreira profissional na área de educação, como docente no ensino superior na FIE - Chapecó-SC, docente no ensino superior na UNOESC – Chapecó-SC, docente no ensino superior na UNOCHAPECO – Chapecó-SC, especialista em informática SENAI – Chapecó-SC, docente no ensino superior na Faculdade Santa Rita – Palmitos – SC, professora conteudista na UCEFF - Itapiranga – SC, consultora de negócios (educacional) na TOTVS – Florianópolis - SC e analista de tecnologia educacional no Colégio Marista São Francisco - Chapecó-SC.

A autoavaliação institucional do Ensino Superior sempre me chamou atenção. Quando atuava como consultora educacional em Universidades Brasileiras, se intensificou meu interesse em conhecer melhor as políticas educacionais de avaliação institucional voltadas à Educação Superior.

Neste sentido, conhecer diferentes cenários de gestão educacional, acompanhar mudanças nas IES no avanço de tecnologias, sofisticação em ferramentas administrativas e pessoas para assegurar a oferta de serviços à sociedade foi o que motivou este estudo.

A partir das inquietações provocadas pela leitura das políticas educacionais de avaliação institucional da Educação superior elaborei um projeto para participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) Mestrado em Educação da UFFS, no ano de 2018, 2º semestre. Após ser aprovada no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS e ingressar na linha de Pesquisa Políticas Educacionais, iniciei minha pesquisa voltada à Avaliação Institucional. A partir deste tema, espero que esta dissertação contribua para posteriores estudos e pesquisas, direcionando o olhar à construção de uma educação superior de qualidade.

## 1.2 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO A SER AVALIADO

As políticas educacionais relativas às avaliações da Educação Superior são mais antigas que a história da constituição do sistema de educação. A avaliação da

educação superior no Brasil, iniciou nos anos de 1950 a 1970 a partir do Plano Atcon e do Relatório Meira Mattos, com a Reforma Universitária.

Na fase em que o Brasil passou pelo Golpe Militar com influência do desenvolvimento capitalista e tecnicista surgiu a necessidade de maior eficiência e produtividade no ensino superior e, na sequência, a necessidade da avaliação. Assim, o projeto político recebia apoio técnico e financeiro do Banco Mundial que trouxe várias diretrizes para a educação.

O *Plano Atcon* (1965-1996) trouxe influência norteamericana por meio do Rudolph Atcon, norte-americano que veio ao Brasil a convite do MEC realizar estudo para reformulação das universidades brasileiras, promovendo um desenvolvimento internacional. O projeto que Atcon desenvolveu foi baseado na lógica americana: modernização, eficiência e eficácia. O documento criado com o nome “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira” também ficou conhecido como “Plano Atcon”, uma das primeiras tentativas de avaliação da educação superior no Brasil.

Devido ao momento político, com o objetivo de minimizar os problemas estudantis, o governo militar criou uma comissão para propor medidas referentes a atividades estudantis com relação a diretrizes governamentais. Essa comissão especial, elaborou um relatório chamado “*Relatório Meira Mattos*”, com homenagem à presidência do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Observa-se que este período histórico do Plano Atcon e do Relatório Meira Mattos gerou uma perspectiva em relação à produtividade nas instituições e a gestão empresarial que ainda influencia o conceito de qualidade de educação superior no Brasil. Ainda em termos de avaliação, os anos 1970 seguiu da mesma forma que os anos 1960 com a implantação da Lei nº 5.540/1968 (Reforma Universitária).

Na década de 80, mais precisamente em junho de 1983, foi criado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária, primeiro sistema de avaliação criado no Brasil pelo Conselho Federal de Educação, o (PARU, 1983-1985). Esse programa apresentou o modelo que proporcionou um melhor conhecimento da estrutura central da educação superior no Brasil. O objetivo foi diagnosticar e avaliar os sistemas de avaliação para implementar uma reforma. A abordagem utilizada foi formativa na investigação sistemática da realidade.

O *segundo sistema* de avaliação foi criado em março de 1985 pela Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (CNRES, 1985-1986), para

consolidar um processo de desenvolvimento da proposta educacional em meio ao contexto do governo militar. O objetivo foi permitir a formulação de uma nova política para a educação brasileira.

O *terceiro sistema* de avaliação foi criado em março de 1986. A partir de uma proposta do Ministério da Educação, surgiu o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES), responsável pelo desenvolvimento de indicadores de desempenho que abrangessem a consolidação da identidade no âmbito das instituições. Esse grupo orientava o financiamento e a distribuição de recursos. Sendo assim, em termos de avaliação da educação superior, a avaliação nos anos 1980 em síntese foi o PARU e o GERES.

Em dezembro de 1993, surgiu o *quarto sistema* que foi o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Esse sistema representou um marco importante no desenvolvimento da educação superior no Brasil. O PAIUB veio para consolidar sistemáticas de ensino, buscando identificar a eficiência curricular dos programas de graduação, por meio de métricas de desempenho docente, discente e da estrutura física da instituição.

Em 1995, foi criado o *quinto sistema* de avaliação de caráter obrigatório, o Exame Nacional de Cursos – ENC, desenvolvido de modo a compreender a educação superior e as instituições que compõem o sistema como entes democráticos e participativos. Em virtude das críticas ao Exame Nacional de Cursos (ENC), o Plano Nacional de Educação foi criado em 2001, com o objetivo de que a “União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação”. Ainda, em termos de avaliação da educação superior nos anos 1990 em síntese foi do PAIUB ao ENC (Provão).

Em 2000 surgiu o Sinaes no Brasil, o *sexto* e atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cuja avaliação funciona com base no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Nesse sentido, ao conceituar o modelo de meta-avaliação constatou-se sua importância para a definição da pesquisa com o estudo das avaliações institucionais.

De acordo com definição de Scriven (1991), a realização de uma meta-avaliação, ou a avaliação da avaliação, é a verificação da qualidade da avaliação com base em critérios organizados por um profissional, no caso um meta-avaliador, sobre o relatório final de uma avaliação. Dessa forma, para avaliar a qualidade de um processo de avaliação, é necessário que haja critérios de relevância, originalidade e viabilidade bem definidos. Por isso, foi escolhida a meta-avaliação que, por meio de

padrões e critérios, examina os procedimentos realizados para chegar aos resultados e conclusões.

[...] em síntese, se a avaliação é principalmente o julgamento do mérito e da relevância de uma instituição ou de um curso, programa ou sistema, a meta-avaliação é a avaliação do mérito e da relevância dessa avaliação. (FIRME E LETICHEVSKY, 2010, p. 185).

Por fim, o objeto de estudo a ser avaliado refere-se aos relatórios de autoavaliação institucional das Universidades de Fronteira na América do Sul. No capítulo II, expõe-se mais detalhadamente sobre os principais aportes teóricos da pesquisa, políticas educacionais, autoavaliação institucional, avaliação, meta-avaliação, qualidade, fronteira e educação superior.

## **2 APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA**

Este capítulo apresenta um contexto para as discussões de garantia de qualidade no Ensino Superior no Brasil. Começa com conceitos da avaliação e meta-avaliação em busca de definições, regulação, avaliação e supervisão e suas principais abordagens da avaliação. Na sequência, discute-se o conceito de Fronteira; o Ensino Superior no contexto das políticas educacionais de avaliação; o Plano Nacional de Educação e a Avaliação da Educação Superior; Estratégias voltadas para a Avaliação da Educação Superior; Evolução dos Sistemas de Avaliação (1983 – 2020) e também o atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil.

### **2.1 AVALIAÇÃO E META-AVALIAÇÃO: EM BUSCA DE DEFINIÇÕES**

Com as novas diretrizes do século XXI, a educação superior tem a missão de não apenas formar profissionais de nível superior, mas também a responsabilidade da formação cultural, humana e social. A propósito, Ferreira (2018, p.17), afirma que pesquisar sobre a qualidade da educação superior é, fundamentalmente, um exercício que abre caminhos para repensar a própria educação superior em sua totalidade; e, portanto, o desenvolvimento humano.

Pela importância de se compreender a qualidade na educação superior, essa seção apresenta alguns aspectos centrais, como: o conceito de avaliação; o conceito

de meta-avaliação; por que avaliar; como avaliar. Depois são expostas as concepções de qualidade e garantia da qualidade na educação superior.

Assim, o ato de avaliar envolve a determinação de valor para algo. Outros significados podem ainda ser acrescentados ao termo, tais como: o preço, a utilização, a serventia, a validade que se estabelece de algo ou de alguma coisa. (Houaiss, 2001). Segundo o Michaelis Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (2017), avaliar significa "calcular ou determinar o valor, o preço ou o merecimento de", "supor previamente; julgar segundo certas probabilidades; pressupor, presumir" e, ainda, "apreciar valor de algo ou alguém". Para Dias Sobrinho (1996), o conceito de avaliar pode ser definido como:

[...] uma ação que não admite neutralidade. Ultrapassa as descrições objetivas e as análises de coerência interna da realidade tomada como objeto. É um processo de forte conteúdo ético, pois indaga sobre valores e significados sociais. Atribuir significações e emitir juízos de valor, ou seja, avaliar, é reconhecer o mundo da produção humana e as diferenças, é responder às perguntas que fazemos a respeito de seus valores ou de suas qualidades. (DIAS SOBRINHO, 1996, p. 72).

Para compreender a avaliação institucional é necessário conhecer o seu conceito. Conforme Safanelli; Kales; Andrade, Tezza (2018, p.10), a avaliação institucional se constituiu:

[...] nos estudos e reflexões da Comissão Especial da Avaliação (CEA), teve como ideias principais a integração e a participação, pois entende-se que são conceitos fundamentais para a construção de um sistema de avaliação capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca da autonomia e a afirmação da identidade.

Nesse sentido, os sistemas avaliativos podem ganhar maior credibilidade e confiabilidade para uma gestão com qualidade. Assim, a educação superior e a autoavaliação institucional são complexas no sentido político, social, filosófico, cultural, pedagógico e nos interesses econômicos. Conforme Ferreira (2018), a avaliação na educação superior:

[...] deveria constituir um movimento proposto a examinar e julgar o passado e o presente de modo a promover o aumento da consciência sobre a identidade, prioridades e potencialidades de cada Instituição de Educação Superior. (FERREIRA, 2018, p.19).

Sendo assim, os enfoques teóricos se comunicam para reflexões sobre as práticas das avaliações, a qualificação dos instrumentos, as particularidades regionais, contextuais e culturais de cada realidade das IES. Para Dias Sobrinho (2010), a avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais.

Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, os conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. (DIAS SOBRINHO, 2010, p.195).

Por conta disso, as autoavaliações institucionais são estruturadas a partir de várias abordagens, métodos e instrumentos. Segundo Polidori (2009), a prática da avaliação permite reconhecer quatro ciclos avaliativos aplicados na avaliação brasileira:

[...] o primeiro tratou da construção da agenda (1983-1992), quando houve as experiências isoladas de avaliação pelo país. O segundo denominou-se de formulação da política (1993-1995), com a elaboração do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB, que definiu parâmetros e indicadores de avaliação. O terceiro referiu-se à consolidação ou à implementação da proposta governamental (1995 - 2002), apresentou novos mecanismos regulatórios e compulsórios de avaliação, constituiu a base dos processos de regulação e supervisão da Educação Superior. O quarto ciclo, em andamento, corresponde à construção da avaliação emancipatória (2003-atual), que revisou o modelo anterior e criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), (POLIDORI, 2009, p. 444).

A função da autoavaliação institucional nas IES, de modo a valorizar a identidade e diversidade, no início apresentou-se formativa, depois passou a ter uma posição de regulação e controle. Em um terceiro momento, voltou a apresentar-se como formativa, num quarto momento era somativa, reguladora e de controle, em um quinto momento e atualmente há uma integração formativa, somativa, reguladora e controladora. Além disso, a experiência da avaliação no passado era somente interna, depois passou a ser interna e externa.

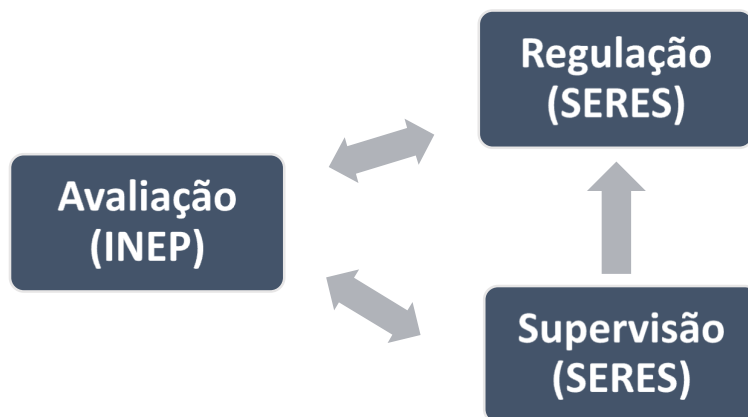
Segundo as diretrizes propostas pelo MEC/INEP/CONAES, as dimensões nas avaliações interna e externa compreendem três focos: instituição e sociedade; políticas educacionais e de pessoal; gestão e apoio. Quanto à avaliação externa, os resultados são considerados pelo Estado para reconhecimento, autorização, credenciamento e destinação de verbas. Também compreende dois elementos que



podem ser observados no ENADE: o primeiro elemento é a avaliação dos acadêmicos ingressantes, ou seja, avaliação de consumo; já o segundo refere-se à avaliação na conclusão do curso, ou seja, a avaliação do produto.

Os responsáveis pela autoavaliação tiveram um ciclo: Comunidade Acadêmica, Conselho Federal da Educação, Secretaria da Educação Superior, Mercado, Especialistas do MEC, Estado. Hoje os principais interessados são: o Governo, as IES, os Docentes, os Discentes e a Sociedade. Nas instâncias da avaliação, os principais órgãos envolvidos são: o CONAES, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), e o Conselho Nacional de Educação (CNRES), além do INEP. Na Figura 1 observa-se a relação entre os órgãos envolvidos.

Figura 1: Regulação, avaliação e supervisão no ensino superior brasileiro



Fonte: Adaptado pela autora conforme site do MEC, 2020.

Cabe ressaltar que a formação dos avaliadores, tanto para a avaliação interna, quanto para a externa, necessita de acompanhamento. No processo de autoavaliação das IES descrito no SINAES, as informações/resultados coletados favorecem mais o Estado do que as universidades para decisões estratégicas, isso ocorre porque o Estado tem poder de decisão maior.

Nesse sentido, o Estado e seus agentes responsáveis com posse dessas informações definem e justificam a aprovação ou a negação de autorização,

reconhecimento ou credenciamento de cursos, de instituições e atribuem parâmetros de qualificação e de necessidades das IES. Também é possível o Estado recomendar melhorias, fechamento de cursos, sanções temporárias ou aprimoramento de atuação. Por outro lado, algumas das IES fazem pouco uso dos resultados deixados nos acervos. Por isso, é delimitado um prazo para implementar melhorias nos documentos fundamentais como PDI, políticas de funcionamento, nos projetos pedagógicos de seus cursos e outros.

No modelo atual do SINAES, as avaliações contam com a participação da comunidade acadêmica na avaliação interna e na avaliação dos cursos. Outra participação na avaliação das IES, que apresenta proporção menor é a nota do ENADE. Sendo assim, os resultados do ENADE podem prejudicar a IES se os estudantes não tiverem responsabilidade e compromisso na hora da prova. Além disso, os impactos dos resultados na sociedade estabelecidos após a divulgação das médias do exame podem ter efeito negativo.

Portanto, vale considerar que as políticas de avaliação dirigidas a essa realidade oportunizam uma melhoria tanto para o avaliador quanto para IES. Assim percebe-se a necessidade de ampliação da abrangência dos instrumentos para atender às necessidades de cada realidade do sistema de avaliação. Para Bittar (2008), ainda permanecem muitos desafios a serem enfrentados na implantação definitiva de um sistema de avaliação na Educação Superior.

No âmbito da América Latina, a Educação Superior também é considerada discussão científica em vários países. A massificação das matrículas, dos sistemas de ensino superior e das IES em diferentes modelos colaborou para “aumentar a falta de confiança nos sistemas de ensino superior, nas instituições e profissionais” (AMARAL, 2010, p. 34). Nessa perspectiva, os avanços tecnológicos e a vantagem competitiva também são fatores que implicam em um novo modelo de Estado para atender às demandas das IES, articulando novas políticas globais e locais que assegurem qualidade, controle e recursos.

A seguir explicita-se sobre meta-avaliação que visa o aprimoramento do processo de autoavaliação das IES. A meta-avaliação foi criada por Scriven em 1969, por meio de padrões e critérios de qualidade, mas desde 1960 outros avaliadores como Stake e Stufflebeam já compartilhavam suas contribuições com Scriven. Em 1975, Stufflebeam realizou pesquisa com padronização para o JCSEE. Em 1981, foi criada a primeira edição dos padrões para avaliações de programas, projetos e

materiais educacionais, de autoria do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* - JCSEE.

Os padrões de avaliação JCSEE representam esforços de várias organizações, associações norte-americanas e canadenses que elaboram as diretrizes em uma linguagem de fácil compreensão para elaboração de projetos, programas, aplicação da meta-avaliação. Após o sucesso na aceitação, transcorreu uma década com ajustes e acréscimos necessários.

A segunda edição foi lançada em 1994, *the program evaluation standards* (Padrões de avaliação de programas). Em 2004, 10 anos após a publicação da 2ª edição dos Padrões, foi iniciado o processo de desenvolvimento para a publicação da 3ª edição. De 2004 a 2009 ocorreu a revisão geral pelo *Joint Committee*, sendo então considerados prontos para a certificação final como padrões de avaliação de programa concedida pelo *American National Standards Institute* (Instituto Americano de Padrões Nacionais).

Em 2011, o *Joint Committee* foi apoiado por 17 organizações recebendo certificação final. As categorias do *Joint Committee* compõem um conjunto de trinta tópicos, cada qual com um resumo que apresenta definições e o fundamento lógico: uma lista de diretrizes; erros comuns; casos ilustrativos descrevendo práticas de avaliação que poderiam ter sido orientadas por uma diretriz em particular; e uma análise de cada caso, conforme o Apêndice I.

As trinta categorias para avaliação são agrupadas de acordo com sua contribuição potencial para cada um desses quatro atributos. Um dos elementos mais importantes que o *Joint Committee* desenvolveu com base na discussão sobre diretrizes é o conceito de que a qualidade de um estudo avaliativo pode ser determinada por sua utilidade, viabilidade, propriedade e precisão.

Cabe ressaltar ainda que embora consideremos as quatro categorias de análise (utilidade, precisão, ética e viabilidade), definidas pelo *Joint Committee* de fundamental relevância, neste estudo meta-avaliativo serão usadas como referências as categorias analíticas de utilidade e precisão baseando-se no APÊNDICE I.

Sendo assim, a meta-avaliação é uma avaliação da avaliação e sua análise é definida por meio de critérios estabelecidos para identificar fragilidades e potencialidades. Por isso, para a análise do estudo elegeram-se as categorias utilidade e precisão do JCSEE. A meta-avaliação deve ter como propósito fundamental:

[...] assegurar a qualidade da avaliação que, por sua vez, tem na sua essência julgar o mérito e a relevância de seu foco de atenção, por meio de um processo de indagação sistemática – o mérito no que se refere às qualidades intrínsecas do objeto e a relevância no que se refere ao impacto e à repercussão do objeto-foco em questão. (FIRME E LETICHEVSKY, 2010, p. 185).

Nessa perspectiva, entende-se que esta pesquisa é uma meta-avaliação que focaliza a avaliação já concluída nos relatórios de autoavaliação institucional das IES. “O avaliador deseja saber o que foi feito na avaliação, o que não foi feito, além do impacto da avaliação” (JCSEE, 1994, p. 11). Nesse contexto, conforme Ristoff (2009), a meta-avaliação é um dos principais desafios da CONAES que é aplicada para assegurar:

[...] que todo o esforço seja, de fato, útil, valha a pena e mereça os recursos humanos e materiais investidos, é preciso, de tempos em tempos, parar para refletir sobre os instrumentos e métodos utilizados, sobre os agentes envolvidos, sobre os objetivos traçados, o cenário em que se opera. (RISTOFF, 2009, p. 54).

Desse modo, a meta-avaliação tem a finalidade de avaliar a qualidade dos resultados dos relatórios finais do processo de autoavaliação, por meio de padrões e critérios. A escolha da meta-avaliação justifica-se por considerar que as categorias de utilidade e precisão contemplam os pontos relevantes de qualquer processo de avaliação quanto a fidedignidade e finalidade das informações coletadas. Essas condições são básicas para contribuição, alinhamento, transformação contínua e para o desenvolvimento institucional.

Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), a finalidade da meta-avaliação pode ser resumida em qualificar o objeto avaliado, empoderar os interessados e gerar informações para contínuo aprimoramento técnico. A meta-avaliação é uma proposta de controle para avaliações feitas pelo Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, que em 1994 publicou *The Program Evaluation Standards* (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A abordagem da meta-avaliação busca verificar se houve a qualidade desejada no término da aplicação da autoavaliação. Dessa forma, a meta-avaliação apresenta os dados e indicadores por meio de uma lista de verificação do JCSEE que traz elementos para análise do objeto avaliado.

Para Stufflebeam (2001), as meta-avaliações auxiliam os interessados a perceber tanto os pontos fortes - o mérito e o valor - quanto as fragilidades da

avaliação realizada. Nesse sentido, os resultados da meta-avaliação justificam a tomada de decisão, o melhor uso de dados e, principalmente, a confiança na gestão.

Portanto, com a aplicação da meta-avaliação e com a utilização do padrão de qualidade da avaliação JCSEE, direciona-se, neste trabalho, para uma contribuição na qualificação da educação superior, na formação cultural, humana e social da comunidade interna e externa por meio da indicação do grau de atendimento dos critérios de utilidade e precisão conforme o padrão JCSEE. Finaliza-se com destaque aos conceitos de avaliação e meta-avaliação, ciclos avaliativos, regulação, avaliação e supervisão no ensino superior brasileiro no processo de autoavaliação institucional na educação superior das IES.

### **2.1.1 Principais abordagens da avaliação**

As abordagens que marcam a trajetória da avaliação educacional no cenário nacional e internacional são: a avaliação baseada em objetivos, a avaliação baseada na lógica científica, a avaliação baseada no valor agregado, a avaliação a serviço da decisão, a avaliação orientada para consumidores, a avaliação centrada nos participantes e a avaliação qualitativa. Stufflebeam e Shinkfield (1987) agrupam as ideias e os procedimentos avaliativos em oito “modelos”:

[...] avaliação orientada nos objetivos: a tradição de Ralph Tyler; 2) método científico da avaliação Edward A. Suchman; 3) método de planejamento avaliativo de Lee Cronbach; 4) avaliação orientada para o aperfeiçoamento, Stufflebeam, 5) método avaliativo centrado no cliente, Stake 6) método de contraposição de Thomas R. Owens e Robert L. Wolf; 7) avaliação iluminativa: método holístico; e 8) método avaliativo de Michael Scriven voltado para o consumidor. (BORGES; ROTHEN, 2019, p. 751).

Os autores apresentam os modelos de abordagens avaliativas e seus referenciais teóricos correspondentes. A seguir, são descritas as duas abordagens identificadas para este estudo: a abordagem da avaliação a serviço da decisão orientada para o aperfeiçoamento e a abordagem voltada para o consumidor.

A abordagem de avaliação a serviço da decisão proposta por Stufflebeam (2001) tem como objetivo a melhoria na tomada de decisão e o aperfeiçoamento de serviços. Para auxiliar nesta abordagem, o autor criou uma estrutura definida como CIPP (Contexto, Insumo, Processo e Produto). Essa estrutura tem a finalidade de

identificar as informações principais da avaliação. Os fundamentos teóricos e metodológicos do sistema de avaliação SINAES se aproximam da estrutura CIPP, que explica os quatro tipos de elementos diferentes de decisões e mais especificamente o elemento “avaliação do produto”. De acordo com Stufflebeam e Shinkfield (1987, p. 183), o modelo CIPP postula três finalidades para a avaliação: “orientar a tomada de decisão, fornecer dados para a prestação de contas e promover a compreensão dos fenômenos envolvidos”.

Outra abordagem, conforme Michael Scriven (1991), é a abordagem de avaliação orientada para o consumidor, centrada no problema do valor e tem duas funções: formativa e somativa. A avaliação formativa ocorre durante o desenvolvimento da avaliação para promover o aprimoramento. A avaliação somativa é conduzida no final definindo o mérito e o valor, com decisões de aperfeiçoar a avaliação. Stufflebeam e Shinkfield (1987) apresentam dezoito pontos que compõem “a lista de verificação dos indicadores de avaliação”. Esses pontos sintetizam as ideias de Scriven (1991):

1. Descrição; 2. Cliente; 3. Antecedentes e contexto; 4. Recursos; 5. Função; 6. Sistema de distribuição; 7. Consumidor; 8. Necessidades e valores dos afetados e potencialmente impactados; 9. Normas; 10. Processo; 11. Resultados; 12. Possibilidade de generalização; 13. Custos; 14. Comparações; 15. Significado; 16. Recomendações; 17. Relatório; e 18. Meta-avaliação”. (STUFFLEBEAM E SHINKFIELD, 1987, p. 348-351).

Este estudo utiliza a abordagem orientada para consumidores, conforme apresentação dos indicadores de avaliação. O indicador 18-Meta-avaliação foi escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa. Por meio da lista de verificação de Scriven (1991), é possível aplicar a meta-avaliação para orientar cada ponto de verificação da documentação identificando se os objetivos iniciais foram atingidos e apresentados por meio do relatório de avaliação e demais documentos das IES.

Diante das definições apresentadas pelos autores Scriven (1991) e Stufflebeam (2001), sobre as diferentes abordagens da avaliação nos procedimentos avaliativos, foi definida a pesquisa como uma avaliação orientada para consumidores, sendo uma meta-avaliação que utiliza os padrões internacionais de qualidade JCSEE, categorias e critérios estabelecidos que apresentam as potencialidades e fragilidades da IES quanto ao grau de atendimento a utilidade e precisão na qualidade institucional.

## 2.1.2 Qualidade na educação superior

A qualidade na educação superior A incorporação da missão e os objetivos das IES contribui para a qualidade na educação superior.

Nesse contexto, há a necessidade de abordar os conceitos de qualidade na perspectiva de compreender as concepções de qualidade na educação superior. Fundamentam esta discussão alguns autores que abordam a qualidade na educação superior no Brasil: Morosini (2014), Ristoff (2013), Dias Sobrinho (2010), Cury (2010), Harvey (2006), entre outros.

Harvey (2006), em um dos seus estudos, apresenta conceitos para qualidade e garantia da qualidade:

A garantia de qualidade consiste sobre como verificar a qualidade de um processo ou de resultados. A garantia de qualidade tem como fins incluir a conformidade, controle, responsabilização e melhoria: a qualidade é um instrumento conceitual através do qual estes efeitos são implementados. A implementação ocorre através de uma metodologia de garantia de qualidade (HARVEY, 2006, p. 1apud FERREIRA, 2018, p. 43).

Ferreira (2018) explica que em uma IES pode-se querer melhorar a qualidade da educação superior por meio de uma política de avaliação como o SINAES, para o alinhamento do processo de autoavaliação institucional. Nessa perspectiva, a qualidade é utilizada para assegurar a conformidade, assim como o padrão de qualidade de avaliação JCSEE, que será um padrão para avaliar os critérios de utilidade e precisão sobre a avaliação. O processo de autoavaliação institucional é o processo de garantia de qualidade. Conforme Harvey (2006), a qualidade fornece a base conceitual para os processos de garantia de qualidade.

Conforme Morosini (2014), foi a partir do ano 2000 que as concepções de qualidade trouxeram mais contribuições. Assim as concepções de qualidade são constituídas por: economicismo, pluralismo, especificidade, isomorfismo e equidade. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos tipos de qualidade, segundo Morosini (2014):

Quadro 1: Características das concepções de qualidade

Concepções de Qualidade	Caracterização
	✓ modelo único.

Qualidade Isomórfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ um modelo que considera a excelência, perfeição, atendimento a objetivos, valor financeiro e transformação.</li> <li>✓ é a mais forte em processos avaliativos.</li> <li>✓ busca uma relação direta entre formação acadêmica e empregabilidade com foco num profissional competitivo.</li> <li>✓ tem como suporte um processo de internacionalização voltado à transnacionalização e a educação como mercadoria orientada por organismos multilaterais, como a MC, WB, UNESCO, OCDE, entre outros.</li> <li>✓ a qualidade da educação superior isomórfica leva a refletir sobre o predomínio do processo avaliativo como um fim e não como um meio para atingir a qualidade.</li> </ul>
Qualidade da Especificidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ presença de indicadores standardizados paralelos à preservação do específico.</li> <li>✓ reflete a realidade da União Europeia, pela necessidade de preservar os estados e membros, respeitando suas características e integrando os países pelas suas diferenças.</li> </ul> <p>acredita que não existe único padrão de qualidade da educação superior, mas que a base é o princípio de qualidade de melhor adaptação paraaquele país.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ esse tipo de qualidade tem como fundamento a crença nos mecanismos avaliativos de cada país e no reconhecimento do(s) órgão(s) que realiza(m) a avaliação.</li> </ul>
Qualidade da Equidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ centrada na concepção de tratamento diferenciado para quem é diferenciado.</li> <li>✓ a qualidade está para além da simples padronização de indicadores, abarcando estudos qualitativos e quantitativos.</li> <li>✓ se volta prioritariamente à educação básica e ao fracasso e abandono escolar.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ a equidade da educação superior, nas situações de sociais de gênero, étnica ou meio familiar, não representam obstáculo na educação.</li> <li>✓ a equidade da educação superior, não se restringe ao acesso e nem mesmo à permanência no sistema para atingir o sucesso.</li> </ul>
--	--

Fonte: Conforme Morosini (2014, p.389-397).

O Quadro 1 apresenta as concepções de qualidade de educação superior: especificidade, isomorfismo e equidade. Atualmente a qualidade isofórmica predomina nas avaliações das IES,

Diante dos desafios da educação superior postos no atual contexto, em função da globalização, percebe-se que dentre os três tipos de qualidade da educação superior – isomórfica, da especificidade e da equidade – há predominância da qualidade isomórfica. (FERREIRA, 2018, p. 83).

Sendo assim, os tipos de qualidade prevalecem em dois elementos centrais: a qualidade orientada pelo mercado que fortalece o individual e o consumo do conhecimento como produto; a qualidade do bem público, direito e dever do Estado, que busca dignidade da pessoa humana, instituições e do bem comum. Portanto, a qualidade no contexto da educação superior é uma construção e interpretação de paradigmas diante da sociedade e depende da visão sobre qual tipo de educação superior se pretende: emancipatória ou mercadológica.

## 2.2 COMPREENDENDO O CONCEITO DE FRONTEIRA

A noção de fronteira assumida nesta pesquisa tem sua importância porque envolve um papel que abrange os seguintes aspectos: teórico, contextual e metodológico. Teórico visto que meta-avaliar é assumido enquanto elo contributivo academicamente às universidades estudadas e, também para a área da Educação no campo das Políticas Educacionais, âmbito no qual habita esta pesquisa no PPGE da UFFS. Contextual porque envolve o lugar geográfico tomado como realidade por meio de estudo documental (não é empírico) que compreende duas Universidades de Fronteira na América do Sul. Metodológico porque a análise final dos dados é realizada por meio de relações e não de comparações hierárquicas entre contextos

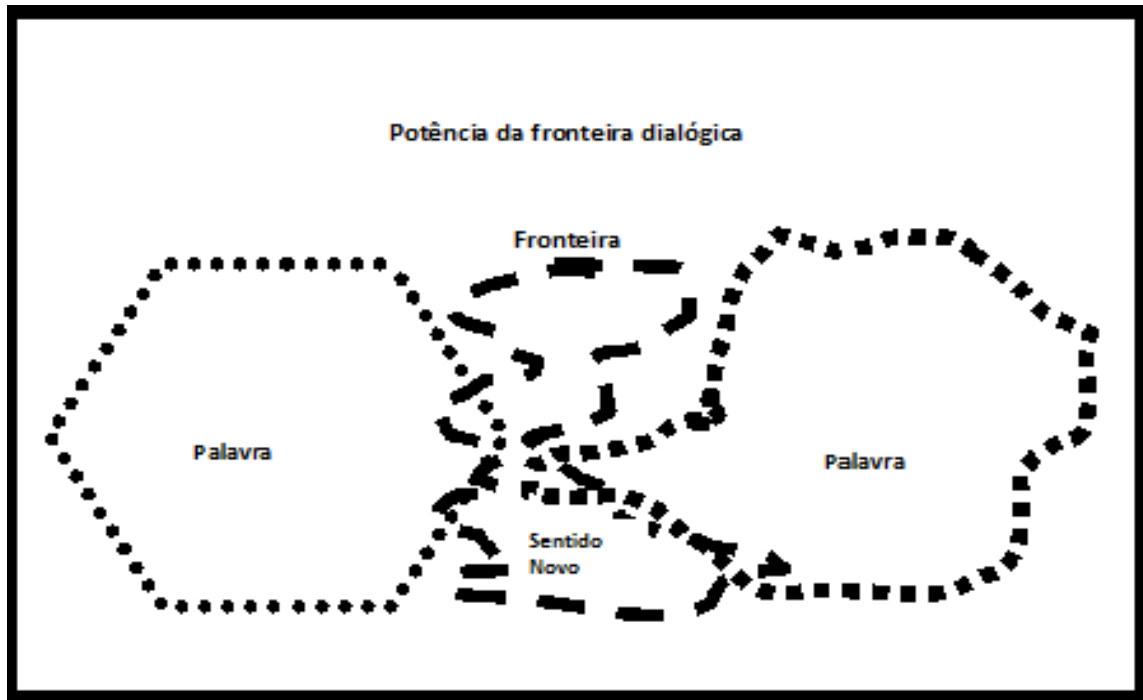
singulares, mas, por isso mesmo, contributivo à proposição de oferecimentos novos à qualificação de seus processos educativos.

Assumir o diálogo como percurso que entrelaça metodologicamente a pesquisa e o ensino envolve, essencialmente, apostar nas relações entre vozes. É assim que a fronteira tem sentido de entrecruzamento dinâmico, de interação entre sujeitos que deliberam acerca das coisas e das próprias relações.

[...] A potência e a riqueza produtiva e produtora de interpretações acerca do mundo está em entender-se a relação de diferenças. Os contornos que dão um acabamento provisório são importantes, porque neles se podem enxergar as singularidades. Trata-se de pensar nos contornos e nas escalas como dimensões nodais que permitem os entrecruzamentos, no entanto, é apenas parte do caminhar, porque é no movimento que se constituem os sujeitos, as produções e o ensino. (ANDREIS, SCHERMA, 2016, p. 91).

Assumir que todo encontro é concomitantemente a um confronto (ANDREIS, 2014a) implica assumir a fronteira como elo (ANDREIS, 2014b). Não é o contato, mas no contato que reside a força do diálogo que gera o novo pensar. Isso ocorre porque toda palavra escrita, verbalizada, gesticulada ou expressada não pertence a um sujeito, “uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira” (BAKHTIN, 2004, p. 113). A força do novo está na fronteira, pois é no confronto entre palavras que surgem sentidos novos conforme destacado na Figura 2 (ANDREIS; SCHERMA, 2016, p. 92).

Figura 2: Potência da Fronteira Dialógica



Fonte: ANDREIS; SHERMA (2015).

Assim, a zona de fronteira não é uma mistura entre palavras, mas como se observa na Figura 2, é a área de confronto que cria e é criadora do sentido novo. [...] Epistemologicamente, é exatamente no entretecer das fronteiras – entre o eu e o outro, a singularidade e a generalidade, o tempo e o espaço – que ancoramos a afirmação dessas provisoriades. (ANDREIS; SCHERMA, 2016, p. 93).

Nesse contexto, “as fronteiras não são assumidas pelo princípio do limite, mas pela dimensão de elo entre sujeitos que deliberam acerca das coisas”. (ANDREIS, 2014, p. 10). Diante dos conceitos apresentados, a criação de políticas educacionais nos países de fronteira possibilita uma interação entre o Estado e a sociedade. Para Assis (2016), em qualquer um dos lados da fronteira, está assegurado o direito à educação. O autor entende que ao

[...] superarmos a noção de fronteira como limite físico ou geográfico e a compreendermos como zona de contato, a educação é dimensionada como direito humano, de dignidade das pessoas residentes nas fronteiras internacionais. (ASSIS, 2016, p. 84).

Dessa forma, a discussão do direito à educação é um grande desafio para fortalecer também a educação na fronteira. Para Bento (2015, p. 40), fronteira tem o significado de:

[...] espaços físicos, geográficos, de distinção para a afirmação de identidades coletivas situadas nestes territórios específicos. [...] fronteiras são invenções culturais, territoriais, de comunidades antigas com territórios e identidades culturais diferentes.

No entanto, as políticas educacionais nas IES de fronteira não podem contar com projeto único e sim com políticas localmente concebidas por meio de metodologias, estratégias e novas concepções da própria realidade. Nesse contexto, a meta 12 relacionada com educação superior, observa-se no PNE (2014-2024), na estratégia 12.2:

[...] o objetivo da meta é ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior [...] considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais [...] uniformizando a expansão no território nacional. (BRASIL, 2014, n.p).

A meta 12 deveria ter sido atendida no PNE (2001-2011), mas foi redigida no PNE (2014-2024). Nesse aspecto, a importância de estudar e relacionar as universidades de fronteira na América do Sul na pesquisa, em busca de esclarecimentos quanto à qualificação da educação superior nesta região, observa-se que até início dos anos 2000, a preocupação com a educação superior encontrava-se somente na faixa litorânea do Brasil e nas capitais de alguns Estados. Assim, as regiões de interior do País ficaram esquecidas por parte do Estado no que se refere ao Ensino Superior público.

As IES de fronteira podem se constituir em espaço para compartilhar experiências de gestão do ensino superior e legislação que atendam a realidade para fortalecimento no papel das políticas educacionais aplicadas, tendo em vista assegurar a qualidade e oferecer novos caminhos para seus processos educativos no ensino superior.

## 2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AVALIAÇÃO

As Políticas Públicas Educacionais da Educação Superior no Brasil são essenciais para a melhoria e alcance dos objetivos de gestão e qualidade. A partir disso, torna-se importante refletir sobre as implicações, limites e responsabilidades das universidades públicas e privadas.

[...] as políticas de condições de qualidade na educação buscam incidir em uma série de insumos e processos que interferem mais diretamente no currículo, abrangendo a produção e a apropriação do conhecimento, e as relações institucionais e pedagógicas. (FARENZENA, LUCE, 2014, p. 210).

Nesse contexto, o Estado, em 1930 traçou novas concepções e assumiu a educação como direito social, constituindo um direito universal de todo o cidadão brasileiro.

[...] somente na Constituição de 1988 o Direito à Educação aparece mais detalhado e explicitado, registrando-se até os mecanismos para a sua garantia. Nunca na história da educação brasileira, havia sido especificado com tanta minúcia o direito à educação, constitucionalmente. (RODRÍGUEZ, 2017, p. 241-242).

Foi a emenda Constitucional nº 59/09 que modificou o texto do artigo nº 208 da Constituição. A Lei nº 12.796/13 alterou a LDB ampliando as garantias de na educação infantil e, por fim a Lei nº 13.005/2014 aprovou o PNE vigente, trazendo importantes mudanças nos paradigmas da educação. Portanto, o conceito de federação, a importância do PNE (2014 - 2024) e suas implicações nas políticas públicas educacionais brasileiras são fundamentais por sermos uma República Federativa. A palavra Federalismo provém do latim *foedus-eris* que significa contrato, aliança, união, ato de unir-se por aliança e se fiar, confiar-se, acreditar. (CURY, 2010, p. 152).

A Educação é nacional porque se assenta em diretrizes de bases nacionais (BRASIL, 1988, par, 24 do art. 22) cuja elaboração é competência da União. No entanto, o MEC exerce um papel único na organização nacional quanto à educação. Nesse caso, devido ao passado de Planos Nacionais de Educação, o artigo 211, parágrafo 1º da Constituição e os artigos 8º e 9º § 1º e 16, cabe ao MEC tomar a iniciativa da elaboração do PNE.

Na visão de Cury (2010), ao se abstrair ou se esquecer do federalismo como forma de organização do Estado brasileiro, que assim o é desde 1889, pode-se incorrer em uma perda de substância na caracterização da análise das políticas

educacionais. (CURY, 2010, p.151). No atual PNE, o federalismo aplicado é o de cooperação entre os entes federados, pois é um sistema articulado de educação.

[...] o federalismo de cooperação busca um equilíbrio de poderes entre a União e os Estados-membros, estabelecendo laços de colaboração na distribuição das múltiplas competências por meio de atividades planejadas e articuladas entre si, objetivando fins comuns. Esse federalismo político e cooperativo foi posto em 1934, em 1946 e é registro jurídico forte de nossa atual Constituição. (CURY, 2010, p.153).

O PNE vigente, apresentado na Lei nº 13.005/2014, que estará em vigor até 2024, é decenal por força constitucional, pois é uma política de Estado.

Assim está organizado na seguinte estrutura: o corpo da lei e o anexo, com as metas e respectivas estratégias. O PNE é composto por 20 metas e por 254 estratégias. O objetivo central consiste em induzir e articular os entes federados na elaboração de políticas públicas capazes de melhorar, de forma equitativa e democrática, o acesso e a qualidade da educação brasileira. (PNE, 2014).

A partir disso, podemos dizer que as metas do PNE são de responsabilidade e acompanhamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sendo assim, o direito à educação conforme a Constituição Federal de 1988 garante que todos os cidadãos encontrem as condições para os melhores níveis de aprendizagem.

Assim, o acompanhamento do PNE é de alta complexidade, pois é um documento que se caracteriza como uma política orientadora para ações, que possui diversos entes federativos e compromissos definidos para o avanço. Por isso, no PNE a meta 13 está voltada para a elevação da qualidade e está relacionada com as demais metas para elevar:

[...] a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores. (PNE, 2014, p. 225).

No entanto, a meta tem como objetivo manter o compromisso com a qualidade por meio da exigência cada vez maior da qualificação do corpo docente e administrativo. É nesse contexto que são pensadas as políticas públicas e de forma mais específica as políticas educacionais. Por isso, Santos (2015) alerta para a seguinte necessidade:

[...] ampliar as discussões sobre a realidade e o futuro da educação brasileira, pois, a todo instante e local em que uma ação pedagógica é executada, se tornam reais as preocupações sobre os meios e os fins da educação. Enquanto um projeto nacional de educação não for criado, colocado em prática e avaliado de forma clara, essas duas possibilidades, meios e fins da educação não se aproximarão; da mesma forma, as incompatibilidades de leis persistirão determinando as práticas educacionais. (SANTOS, 2015, p. 140).

Diante das condições apresentadas, o PNE tem a responsabilidade nas políticas educacionais, focadas nas desigualdades, acesso, escolaridade mínima, qualidade, e principalmente aspectos relacionados ao financiamento e à gestão na Educação Superior. Nesse sentido, no período de 2015-2020, o Brasil acompanhou um rápido crescimento no ensino superior, decorrente das políticas públicas definidas pelos governos, que aumentaram a oferta de vagas na rede privada, mediante política de financiamento estudantil, e permitiram acesso dos desfavorecidos por meio das políticas de cotas nas universidades públicas.

Na medida em que o mercado se expande, cresce a demanda por habilidades baseadas na competitividade econômica. Tal crescimento da demanda por habilidades voltadas ao mercado é preocupante e impõe a) implementação de marcos regulatórios que garantam a qualidade do ensino superior em seu aspecto acadêmico e não apenas voltado ao ensino profissionalizante).

A governança do ensino superior é distribuída entre a União, Estados e municípios, que possuem a permissão de administrar as instituições de ensino superior. O MEC, por meio do INEP, é responsável por orientar, regular e supervisionar o sistema federal de ensino superior. As políticas do governo federal para a expansão e qualidade estão planejadas no PNE principalmente para os grupos socioeconômicos desfavorecidos. A oferta do ensino superior em instituições públicas e privadas no Brasil é feita a partir de faculdades e centros universitários e universidades. Nesse sentido, apresenta-se a seguir a definição da legislação brasileira adotada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE):

[...] Faculdades: instituições de ensino menores, muitas vezes dedicadas a uma a área específica. Atualmente, as faculdades representam 83% das IES do país. Centros universitários: instituições integrais, dedicadas principalmente ao ensino. Os centros universitários oferecem alguns programas de pós-graduação e podem realizar pesquisas, mas não há necessidade de fazê-lo. Os centros universitários têm maior autonomia na criação de novos programas do que as faculdades. Universidades: instituições abrangentes que devem realizar pesquisas e oferecer educação

de pós-graduação. Universidades também têm autonomia para criar programas. (OCDE, 2018, p. 78).

O ensino superior também é ofertado em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centros Federais de Educação Tecnológica. Quanto ao nível de autonomia, conforme a constituição de 1988, as universidades e centros universitários, públicos ou privados, estão em níveis mais altos de autonomia do que as faculdades, em particular no que se refere a aspectos acadêmicos e administrativos. As faculdades precisam contar com universidades credenciadas para registrar seus diplomas. Além disso, as universidades e centros universitários têm a liberdade de desenvolver currículos seguindo as diretrizes curriculares nacionais, estabelecendo programas de pesquisa, alocando recursos e expandindo seu desenvolvimento regional.

Sendo assim, o que diferencia faculdades, centros universitários e universidades é, basicamente, a autonomia, isto é, registro de diplomas e criação de cursos. No entanto, de acordo com a legislação atual, as faculdades (dentro de certos critérios) podem registrar seus diplomas. Apresenta-se a seguir algumas tendências assumidas pelo ensino superior na medida que a demanda por habilidades e conhecimentos expandem na competitividade econômica: aumento de programas estudantis para IES privadas, taxas altas de matrículas, grande crescimento de matrículas na educação a distância.

Nesse contexto, as autoridades brasileiras também concentraram esforços consideráveis na regulamentação de provedores de ensino superior privados e na implementação de mecanismos para garantir a qualidade da oferta de ensino superior em todas as partes do sistema. (OCDE, 2018, p. 68).

Nesse sentido, para assegurar a qualidade do ensino superior nas IES públicas e privadas, elas são monitoradas e acompanhadas por políticas públicas de avaliação e regulação e por políticas individuais definidas no país, no caso do Brasil, por meio do sistema do SINAES desde 2004 até o momento atual, ou seja, 2020.

Na próxima seção apresenta-se uma breve reflexão a respeito do PNE – Plano Nacional de Educação com suas previsões para as políticas educacionais brasileiras, principalmente para a Educação Superior, considerando que elevar a qualidade da educação superior e aumentar a proporção de mestres e doutores é uma das metas previstas no PNE.



### 2.3.1 O Plano Nacional de Educação e a Avaliação da Educação Superior

O Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2011), apresentou importantes subsídios para o PNE (2014-2024), que está em vigor. Em 2014, como estratégia de expansão e melhoria da qualidade do ensino a política do governo federal aumentou o acesso ao ensino superior para beneficiar os grupos desfavorecidos.

O atual Plano Nacional de Educação foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que estará em vigor até 2024, é decenal por força constitucional, que significa que ultrapassa governos. O PNE é neste sentido:

[...] o objetivo central do plano, que pode ser apreendido de suas diretrizes, consiste em induzir e articular os entes federados na elaboração de políticas públicas capazes de melhorar, de forma equitativa e democrática, o acesso e a qualidade da educação brasileira. (INEP, 2015, p.11).

Desse modo, o PNE está organizado em duas partes: o corpo da lei e o anexo, com as metas e suas respectivas estratégias. É composto por 20 metas e por 254 estratégias. A responsabilidade das metas do PNE é compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Neste contexto, uma das funções do MEC é apoiar a cooperação federativa, com ênfase na assistência técnica e no planejamento cooperativo aos estados e municípios. O art. 2º, da Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), preceitua que “os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), é uma forma de colaboração territorial basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico”.

No entanto, o ADE de acordo como a Resolução nº 1, é um trabalho em rede, desenvolvido nos municípios com proximidade geográfica e/ou características econômicas e sociais semelhantes, como forma de compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras, conhecimentos e experiências na área de educação. Esses aspectos fazem sentido quando falamos das Universidades de Fronteira na América do Sul que precisam aperfeiçoar a qualidade da educação e os resultados que buscam atingir sem ferir a autonomia.

No item 06 dos objetivos e metas, o PNE estabelece a necessidade de “Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica”.

O direito à educação, na esteira da Constituição Federal de 1988 e de normas infraconstitucionais, garante que todos os cidadãos encontrem as condições para os melhores níveis de aprendizagem. Ou seja, conforme o INEP,

[...] a garantia do direito à educação requer que ela seja significativa, isto é, dotada da qualidade que transforme a vida dos indivíduos e que esses, por sua vez, sejam capazes de modificar positivamente a sociedade. Monitorar se esse processo tem ocorrido, avaliar a sua qualidade e a das políticas que o respaldam é parte constitutiva da própria realização do direito à educação. (INEP, 2015, p. 9).

Nesse sentido, o INEP aponta para a necessidade de avaliação da qualidade da educação no sentido de transformação da vida dos indivíduos e de sua capacidade de melhorar a sociedade em que vivem. De acordo com o Artigo 5º da Lei nº 13.005/14, as instâncias responsáveis pelo monitoramento contínuo e avaliações periódicas são: o Ministério da Educação (MEC); a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação. O PNE tem a finalidade de:

[...] consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania. (INEP, 2015, p. 9).

Assim, o acompanhamento é de suma importância e de alto grau de complexidade, pois é um plano que o caracteriza como uma política orientadora para ações, que possui diversos entes federativos e instituições com compromissos definidos para o avanço da educação. De outro lado, a execução do PNE requer:

[...] que as ações em todos os níveis e modalidades de ensino sejam executadas de forma articulada pelos entes federativos, sob pena de aprofundar desigualdades regionais em vez de superá-las. Além disso, a realização de uma meta é requisito para a efetivação das demais e do Plano como um todo. (INEP, 2015, p.14).

Saviani (2009), diz que esse plano trouxe uma melhor aproximação da ideia de sistema, apesar de a referida lei apresentar diversas inapropriações, usos pleonásticos e redundantes sobre o termo. A Lei do PNE, nº 13.005 de 25 de junho de 2014 tem tido uma reprovação devido a descontinuidade nas políticas educacionais. O PNE (2001-2011) também apresentou frustração quanto às políticas educacionais.

Nesse contexto, o PNE, conforme Saviani (2009), está sendo ineficiente, causando muita preocupação para a educação superior no Brasil, pois as políticas educacionais recentes no âmbito nacional agrupam as seguintes garantias: acesso, permanência, equalização de oportunidades, atenção à diversidade e condições de qualidade. Segundo Ferreira (2018), no PNE (2014-2024),

[...] se observadas algumas das metas relacionadas à educação superior, a exemplo da meta 12 entre outras, verifica-se a marca da descontinuidade nas políticas educacionais porque essa meta deveria ter sido atingida no final do PNE (2001-2011) na medida em que se pretendia "estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País". (FERREIRA, 2018, p. 101).

No entanto seguindo a linha de pensamento de Saviani (2009) no sentido da descontinuidade das políticas educacionais, verifica-se também, continuidades, que implicam em qualidade. Por isso, a meta 13 do PNE é uma meta voltada para a elevação da qualidade da educação superior (ES) e a titulação do corpo docente no país, além de estar relacionada com as demais metas.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. (BRASIL, 2014, n.p.).

Diante de tais condições, o PNE, continua com a responsabilidade nas questões públicas da educação, focadas nas desigualdades, acesso, escolaridade mínima, qualidade, e principalmente aspectos relacionados à valorização dos profissionais, gestão e financiamento da educação.

### 2.3.2 Estratégias voltadas para a Avaliação da Educação Superior

O crescimento de matrículas de alunos no ensino superior no Brasil aumentou nestes últimos anos. Isso é uma tendência principalmente no setor privado. O Censo da Educação Superior de 2018 registrou 2.537 IES atuando no país, entre as quais 299 públicas e 2.238 privadas. Sendo assim, conforme dados do INEP:

O número total de alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil aumentou quase quatro vezes nas últimas duas décadas, de 1,7 milhão de estudantes em 1995 para cerca de seis milhões em 2009 e mais de oito milhões de estudantes em 2017. (INEP, 2018, p. 37).

O aumento do número de alunos no setor privado, com destaque para a graduação, também ocorreu na Pós-Graduação. Isso ocorreu porque as IES ofertam cursos com parcelas e mensalidade menores, o que facilita a entrada nos programas para qualificação.

Menos de um em cada três estudantes de pós-graduação está matriculado em uma instituição privada e essa parcela é ainda menor para aqueles que frequentam programas mais orientados academicamente (*stricto sensu*), em particular mestrado (15,4%) e doutorado (11.5%). (CAPES, 2018, p.31).

Dessa forma, para atender às demandas dos cursos de graduação e pós-graduação as qualificações do corpo docente variam entre os tipos institucionais. O nível de mestrado e doutorado já se tornou exigência na Educação Superior sendo uma das principais estratégias para assegurar a qualidade de acordo com a meta 13 do PNE. Conforme relatório OCDE 2018,

[...] mais de 50% do corpo docente de universidades públicas e privadas têm doutorado, comparado a 30% em instituições técnicas federais, 23% em centros universitários e 18% em faculdades. A prevalência de professores com doutorado é maior nas IES públicas (59%) do que nas instituições privadas (22%). (OCDE, 2018, p. 82).

Nesse sentido, a formação dos docentes em cursos de mestrado e doutorado ajuda no desenvolvimento das condições físicas e humanas com as aprendizagens para a diversidade, inclusão e principalmente desempenhar novas pesquisas em diferentes áreas. Outro aspecto também considerado estratégico com relação à expansão da educação a distância no ensino superior no Brasil, refere-se às

mensalidades mais baixas quando comparadas às mensalidades dos cursos presenciais.

Além disso, destacam-se as seguintes estratégias: o Enade, elemento utilizado no processo de avaliação da qualidade da educação superior; a internacionalização com circulação de conhecimentos e formação na educação superior vista como serviço; a gestão das IES que trabalha o conhecimento contextualizado por meio de metodologias e o compromisso com a sociedade; as tecnologias educacionais que são recursos cada vez mais presentes no contexto pedagógico e utilizado para as formações de professores.

#### 2.4 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

Saviani (2009) destaca que “sistema” é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante. Nesse sentido, monitorar o processo ocorrido na avaliação pode contribuir para melhorar e modificar a educação na sociedade. É válido notar as noções de estrutura e sistema na educação:

A estrutura implica a própria textura da realidade; indica a forma como as coisas se entrelaçam entre si, independentemente do homem e, às vezes, envolvendo o homem (como no caso das estruturas sociais, políticas, econômicas, educacionais etc.). O sistema, em contrapartida, implica uma ordem que o homem impõe à realidade. Entenda-se, porém: não se trata de criar a realidade. O homem sofre a ação das estruturas, mas, na medida em que toma consciência dessa ação, ele é capaz de manipular a sua força agindo sobre a estrutura de modo a lhe atribuir um sentido. (SAVIANI, 2009, p.6).

Dessa forma, o autor concluiu que o sistema educacional é criado pelos educadores que com sua experiência configuram como uma organização e ele possui uma estrutura, que resulta no significado da expressão “estrutura do sistema educacional”, e a cada novo processo no sistema é desenvolvido de um processo anterior do sistema. Segundo Ferreira (2018, p. 125),

[...] a complexidade de um sistema é tamanha e exige um olhar sistêmico não só do ponto de vista epistemológico, mas um rigor conceitual e uma metodologia de análise que dê conta de capturar a dinâmica de um sistema que, em movimento, se transforma, se expande e se contrai a todo instante.

Feitos esses esclarecimentos, pode-se estudar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que analisa simultaneamente processos e instituições e compreende 03 (três) componentes: institucional, cursos e estudantes. O SINAES considera o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão institucional, o corpo docente, discente e técnico administrativo e as instalações físicas.

A sistemática de avaliação estabelecida pelo SINAES é baseada em 03 (três) processos avaliativos: Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES, Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG e Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, foi criado conforme a lei 10.861 de 14 de abril de 2004, cujas finalidades são:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, p. 01).

Portanto, o SINAES tem como finalidade melhorar a qualidade, respeitando as características e a autonomia de cada instituição. O processo de avaliação institucional considera os seguintes Eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura. Para a avaliação dos cursos, são considera das 03 (três) dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas. Para a avaliação dos estudantes é utilizado o ENADE, aplicado a todos os cursos de graduação no final do primeiro e último ano de cada curso em diferentes áreas de conhecimento.

Alguns instrumentos compõem a avaliação institucional de acordo como o SINAES: o ENADE, a avaliação dos cursos de graduação e a autoavaliação – conduzida pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), a avaliação externa, o censo da educação superior e cadastro de cursos e instituições. Desse modo, a proposta do SINAES é uma tentativa de articulação entre uma avaliação formativa e uma avaliação reguladora, conforme segue:

[...] de modo especial, esse sistema deve articular duas dimensões importantes: a) avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito em vista de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e b) regulação, em suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, recredenciamento, descredenciamento, transformação institucional etc., funções próprias do Estado. (BRASIL, 2003, p.62).

O SINAES é acompanhado pela CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior). Conforme consta no portal do MEC, essa comissão “É o órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004”. A CONAES descreve a Avaliação Institucional na seguinte configuração:

O processo de avaliação institucional, em sua dimensão interna e externa, não pode projetar sobre as IES um modelo externo e abstrato de qualidade institucional. Na concepção do SINAES, cabe às próprias instituições gerar um modelo institucional nos termos de sua missão e, a partir dele, deve ser avaliada a instituição real. No seu desenho institucional, o SINAES supõe a articulação de diferentes órgãos coordenadores e executores do processo avaliativo e instâncias internas das Instituições de Educação Superior. (CONAES, 2004, p.17).

A CONAES é responsável pelas seguintes atribuições:

I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes; II - estabelecer diretrizes para organização; III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior; IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino; V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação; VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação; VII - realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação. (MEC, 2018).

São essas informações que fazem parte das análises das comissões nos processos de avaliação interna e externa, traçando um panorama geral sobre o desempenho de cursos e instituições. Os resultados das avaliações contribuem para indicar padrões de qualidade das instituições de educação superior.

O MEC torna público o resultado da avaliação das instituições de ensino superior. Caso a avaliação apresente resultado insatisfatório, serão estabelecidos procedimentos, indicadores e prazos a serem adotados para correção. Esses dados e conceitos compõem os processos de regulação por meio dos atos autorizativos como: credenciamento, autorização e reconhecimento. Enquanto os atos regulatórios são o recredenciamento e a renovação de reconhecimento.

A autoavaliação institucional, constitui-se de um processo diagnóstico, formativo, cumprindo os princípios do SINAES e o Projeto de Autoavaliação da Universidade. Sendo assim, conforme os autores:

O SINAES assume um caráter educativo a partir do momento em que passa a ter papel fundamental para a avaliação externa e interna das instituições, com objetivos formativos, tendo em vista a obtenção de informações internas (autoavaliação) que promovam reflexões quanto à melhoria da qualidade acadêmica e externa no cumprimento pelo sistema e instituições da educação superior de suas funções públicas. (SCHEFFER, SPONCHIADO, TESTON, REBONATTO, 2009, p. 134).

A partir disso, evidencia-se que as instituições precisam de acompanhamento no processo de autoavaliação. É relevante que esse acompanhamento promova ações de qualidade no ensino superior, atualização de processos e instrumentos junto à comunidade interna e externa, de forma planejada, que os dados obtidos no processo sejam significativos e que haja a socialização desses dados e cumprimento das políticas educacionais.

Cada instituição utiliza seu regimento interno da CPA para a disciplina, organização, funcionamento e atribuições, previstos na Lei nº 10.861, de 14/04/04, e regulamentada pela Portaria Ministerial (MEC) nº 2.051, de 19/07/04. O regimento poderá ser revisto e atualizado a qualquer tempo, devido à modificação na legislação. Conforme o artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, toda instituição constituirá uma comissão própria de avaliação – CPA que obedecerá às seguintes diretrizes: I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II - atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

A avaliação institucional que assume a concepção formativa destacada por Scheffer, et al. (2008) configura-se como ideal para o sistema de avaliação global, portanto democrático, participativo, emancipatório, com possibilidade de envolver todas as especificidades das instituições. Essa concepção visualiza a avaliação como processo capacitador, educativo e formativo, possibilitando participação coletiva de toda a comunidade acadêmica na socialização dos conhecimentos, conferindo relevância às instituições. O Quadro 2 apresenta uma síntese das principais



características das políticas de avaliação institucional do Ensino Superior Brasileiro no período de 1983 até 2019 (atual): PARU, CNRES, GERES, PAIUB e SINAES.

Quadro 2: Sistemas de Avaliação Institucional Brasileira entre 1983 e 2020.

<b>TÓPICOS</b>	<b>PARU 1983</b>	<b>CNRES 1985</b>	<b>GERES 1986</b>	<b>PAIUB 1993</b>	<b>SINAES 2004 – Atual (2020)</b>
<b>Autores</b>	Grupo gestor (especialistas em análise de projetos, sendo alguns técnicos do MEC).	24 membros (heterogêneo) provenientes da comunidade acadêmica e da sociedade.	Grupo interno do MEC	Comissão Nacional de Avaliação (Representativa de entidades)	CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior)
<b>Objetivo</b>	Diagnóstico da educação superior	Propor nova política de educação superior	Propor nova lei de educação superior	Propor uma sistemática de avaliação institucional	Assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior
<b>Concepção de Avaliação</b>	Formativa	Regulação	Regulação	Formativa	Regulação
<b>Justificativa</b>	Investigação sistemática da realidade	Contraponto da autonomia. Vincula Financiamento	Contraponto da autonomia. Vincula financiamento	Prestação de contas por ser um bem público que atinge a sociedade	Recupera a educação superior como um bem público e a centralidade da Autoavaliação
<b>Tipo de Avaliação</b>	Interna	Externa	Externa	Autoavaliação e Avaliação externa	Autoavaliação interna e externa
<b>Envolvidos</b>	Comunidade acadêmica	Conselho Federal de Educação (para as	Secretaria de Educação Superior para a	Endógena e Voluntária	Institucional, cursos e estudantes

		Universidades) Universidades (para as Faculdades próximas)	Educação Pública Mercado (para a Educação Privada)		
<b>Unidade de Análise</b>	Instituição	Instituição	Instituição	Instituição, iniciando pelo ensino de graduação	Instituição
<b>Instrumentos</b>	Indicadores e Estudo de casos	Indicadores de Desempenho	Indicadores de Desempenho	Indicadores de Desempenho	Relatórios de Indicadores de Desempenho

Fonte: A autora pela base bibliográfica (2019).

Com base no Quadro 2, é possível afirmar que se destacam claramente duas concepções: uma conservadora pela reforma universitária que foi apresentada pelas propostas do PARU e PAIUB. Essas propostas não questionavam a autonomia e nem o financiamento das instituições. A outra concepção é de uma avaliação formativa para a melhoria da qualidade. No entanto, no documento do GERES constava que o modelo da reforma universitária de 1968 não seria um modelo único. Havia um questionamento do sistema existente, na perspectiva de avaliação externa, quanto aos recursos financeiros que deveriam ser disponibilizados de acordo com o desempenho das universidades. Ainda nesse documento, percebe-se a ideia de que a avaliação da educação pública deve cumprir o mesmo papel da avaliação da educação privada no que se refere ao controle e regulação do desempenho institucional.

Para finalizar, esta seção também apresenta indicadores importantes. No PARU (1983), a avaliação refere-se à investigação sistemática da realidade. No CNRE (1985) e GERES (1986), verifica-se a busca pela autonomia e vinculação do financiamento. No PAIUB (1993), preocupou-se com a prestação de contas à sociedade. O SINAES, desde 2004 até atual 2020, resgata a educação superior como um bem público e a centralidade da autoavaliação. Os principais instrumentos utilizados desde 1983 até atual (2020) para o processo de autoavaliação institucional são estudos de caso, relatórios e indicadores de desempenho das IES. Sendo assim, o SINAES é um modelo dinâmico quando comparado aos sistemas de avaliação anteriores.

Por isso, buscou-se um modelo único de avaliação institucional para atender as IES Públicas e Privadas. Um modelo que não faz a distinção de fontes de financiamento, mas coloca o Estado, em igualdade de responsabilidade, como o regulador e mantenedor das Instituições de Ensino Superior.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos, contexto e amostra, caracterização das IES, os processos de coleta, organização e análise de dados, operacionalização da pesquisa, os instrumentos utilizados no tratamento dos dados, padrões de qualidade de avaliação JCSEE e o processo de análise de dados utilizando o *software* ATLAS.ti versão 8.4.24, licença de estudante.

O estudo insere-se na perspectiva da pesquisa qualitativa, que considera a busca de relações em dados obtidos a partir da análise documental dos relatórios de autoavaliação finais das IES ano base 2018, de acordo com Gil (2010), Marconi e Lakatos (2017). A coleta de dados que também se utilizou dos Padrões de Qualidade Internacional de Avaliação JCSEE (Joint Committee On Standards For Educational Evaluation), considerando as categorias de utilidade e precisão. A análise qualitativa dos dados textuais bem como a discussão dos resultados conta com ferramentas do *software* ATLAS.ti.

A coleta de dados considerou documentos disponíveis nos respectivos sistemas das IES envolvidas na amostra, ou seja, ocorreu a partir da análise dos relatórios de autoavaliação disponíveis no site das IES. A organização e a análise dos dados ocorreram a partir de tabelas e quadros de significado, considerando a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011) organiza as diferentes fases da análise em etapas, conforme será detalhado na seção 3.3.

Considerou-se também para a análise de conteúdo os pressupostos da proposta de Saldaña (2013), que complementa a técnica de codificação de Bardin (2011), na terceira fase do tratamento de resultados.

O presente estudo, inserido nesse contexto tem como problema de pesquisa: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades Fronteira na América do Sul?

Nesse sentido, a pesquisa buscou respostas para o problema respeitando os diferentes contextos e características das instituições pertencentes à amostra.

#### 3.1 CONTEXTO E AMOSTRA DA PESQUISA

O estudo envolve duas Universidades situadas na Fronteira da América do Sul, com foco principal no processo avaliativo, fundamentado na política educacional do

Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior (SINAES). A UFFS busca a integração das cidades e Estados que compõem a grande Fronteira Mercosul, seu entorno e país. Já a UNILA, busca a integração latino-americana da América Latina e Caribe. As duas IES possuem a condição especial de permanência dos graduados na região de Mercosul e a contribuição para o desenvolvimento regional, cultural, científico e educacional.

Nesse sentido, a UFFS, com sede da Reitoria em Chapecó SC, Rodovia SC 484 km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, Brasil, apresenta a Fronteira de Estados. A UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul é multicampi, constituída de seis unidades sendo duas localizadas no estado do Paraná, uma em Santa Catarina e três no estado do Rio Grande do Sul. A UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, com sede na cidade de Foz do Iguaçu – PR, está localizada no Edifício Comercial Lorivo - Avenida Silvio Américo Sasdelli, Vila A, 1842 - Vila A, Brasil. A UNILA, constituída por três unidades, faz a Fronteira, com Ciudad del Este - Paraguai e Puerto Iguazu - Argentina. Além disso, destaca-se que a UNILA tem inserção regional em três municípios a região do Oeste do Paraná (Brasil), o Departamento do Alto Paraná (Paraguai) e a Província de Misiones (Argentina), com desenvolvimento científico e tecnológico contribuindo na diversidade latino-americana e caribenha.

### **3.1.1 Caracterização das universidades**

Neste item apresenta-se a caracterização da amostra. Apresenta-se um cenário geral por meio do histórico de cada IES, demonstrando o desenho organizacional com a configuração global dos cargos, funções, subordinações, autoridades no seu ambiente interno, além das principais políticas educacionais.

#### **3.1.1.1 Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, é uma instituição de ensino superior público e popular. A UFFS é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possui autonomia didática, científica, financeira, patrimonial e administrativa. Conforme o relatório de autoavaliação a UFFS tem como Missão:

1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; 2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e Estados que compõem a grande fronteira do Mercosul, seu entorno e o país; 3. Promover o desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso. (CPA/UFFS, 2018, p. 68).

A Universidade abrange municípios da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul - sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. É formada com seis campi: Chapecó (SC), sede da instituição, Laranjeiras do Sul e Realeza (PR), Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo (RS).

Destaca-se como marco histórico da UFFS, o dia 29 de março de 2010, quando recebeu os primeiros alunos, para iniciar os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão. Na sequência, no ano de 2011, iniciaram as obras e as aulas da primeira turma de pós-graduação. Em 2012, houve ampliação da quantidade de cursos de graduação e teve início o primeiro mestrado acadêmico da UFFS. Atualmente, a UFFS tem mais de 44 cursos de graduação, ofertados na modalidade presencial nos períodos matutino, vespertino, integral e noturno ou em regime de alternância. Há 32 cursos de pós-graduação lato-sensu ofertados na modalidade presencial nos períodos matutino e vespertino. A UFFS também oferece 15 cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e 02 cursos de doutorado. São oferecidos ainda projetos de extensão e pesquisa em todas as áreas de conhecimento, possibilitando a capacitação dos servidores e comunidade regional. Conforme o PDI 2019-2023, o corpo docente em 2018 estava constituído por 703 colaboradores com regime predominante, dedicação exclusiva. Os professores substitutos no total em 2018 era de 87 colaboradores. Os servidores técnicos administrativos compõem um quadro de 697 colaboradores distribuídos entre os campi e reitoria.

Figura 3: Mapa da Universidade UFFS



Fonte: Relatório de Gestão 2009-2019, UFFS, 2019.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, equipe autônoma na universidade, coordena o processo de autoavaliação institucional em cada Instituição de Ensino Superior. A CPA da UFFS, está implantada na Universidade Federal da Fronteira Sul desde 2011. É responsável por coordenar, articular os processos internos de avaliação, sistematizar as informações resultantes dos processos de avaliação e disponibilizar os resultados da avaliação à comunidade e aos órgãos reguladores.

A CPA deve ser constituída por ato do Reitor e apresentar na sua composição membros representantes da comunidade acadêmica e civil. O tempo de mandato e funcionamento da equipe é de no mínimo 02 (dois) anos. Diante do exposto, a finalidade histórica da criação da UFFS é a descentralização visto que as universidades federais no Brasil em sua maioria se localizavam nas capitais.

Isso dificultava o acesso e a qualificação de profissionais para as funções relevantes em diferentes áreas. Por isso, a UFFS possui características populares que permitem atender a uma camada da população que não tinha acesso à universidade federal, principalmente atendendo às cidades do interior da região que fazem parte da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul. A organização administrativa encontra-se no Estatuto (Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015) e em seu Regimento

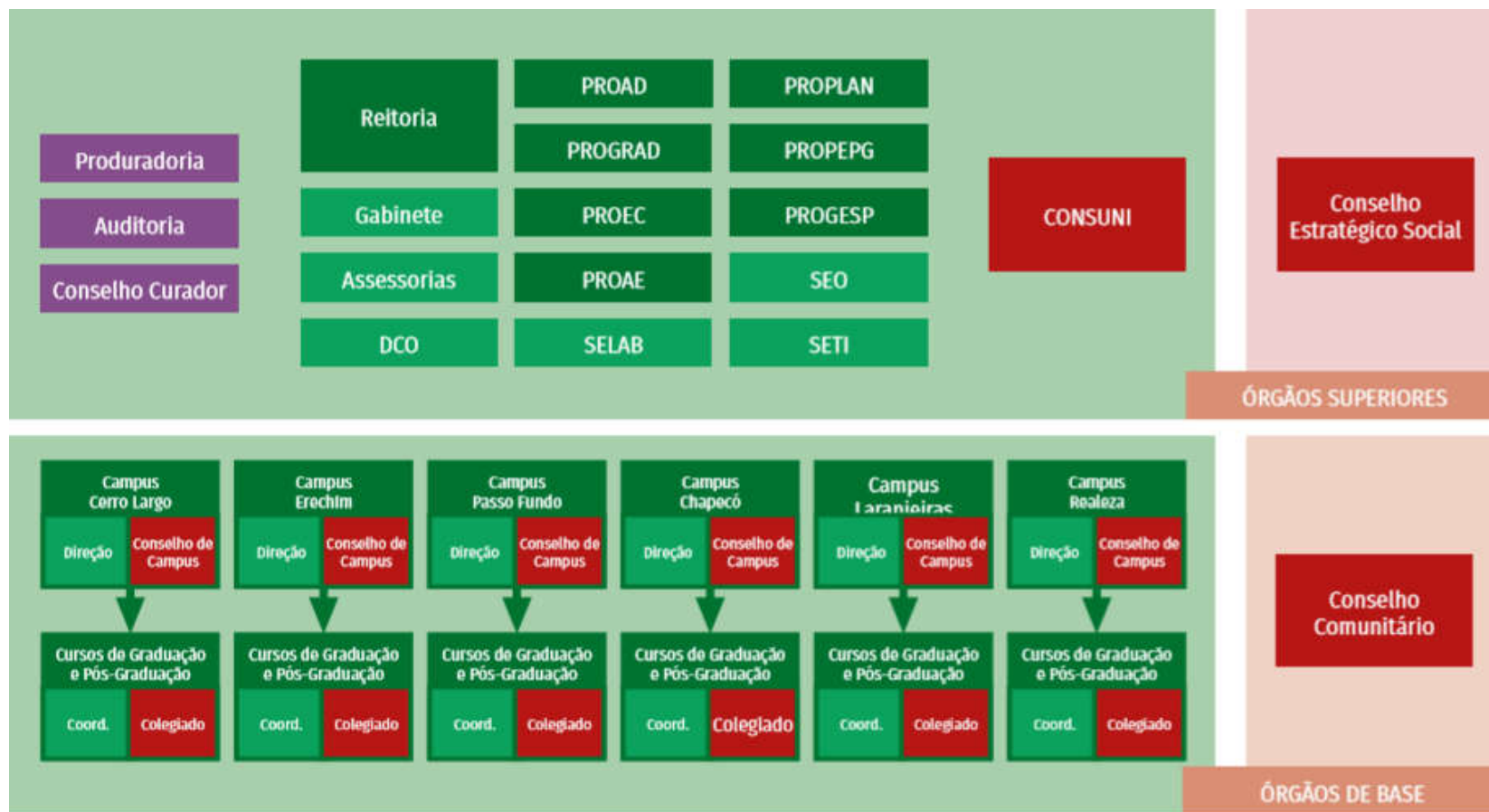


(Resolução nº 3/2016-CONSUNI, de 1º/03/2016). Sendo assim, a estrutura organizacional é composta por órgãos superiores, intermediários e básico, sendo deliberativos e administrativos. Conforme a resolução nº 31/2015 - CONSUNI, segue a definição para os três níveis:

I - No nível superior: o Conselho Universitário e a Reitoria; II - no nível intermediário: o Conselho de Campus e a Direção de Campus; III - no nível de base: o Colegiado da Unidade Acadêmica e a Coordenação da Unidade Acadêmica. Nos três níveis, os órgãos de deliberação e de execução poderão contar com órgãos suplementares setoriais ou auxiliares, que poderão ser dotados de órgãos internos de deliberação. Os órgãos suplementares destinam-se a dar suporte às atividades específicas em matéria administrativa, técnica, jurídica, de ensino, pesquisa e extensão, de comunicação, de cooperação e intercâmbio, de assessoramento e de complementação, aperfeiçoamento e modernização institucional. (PDI 2019-2023, p.138-139).

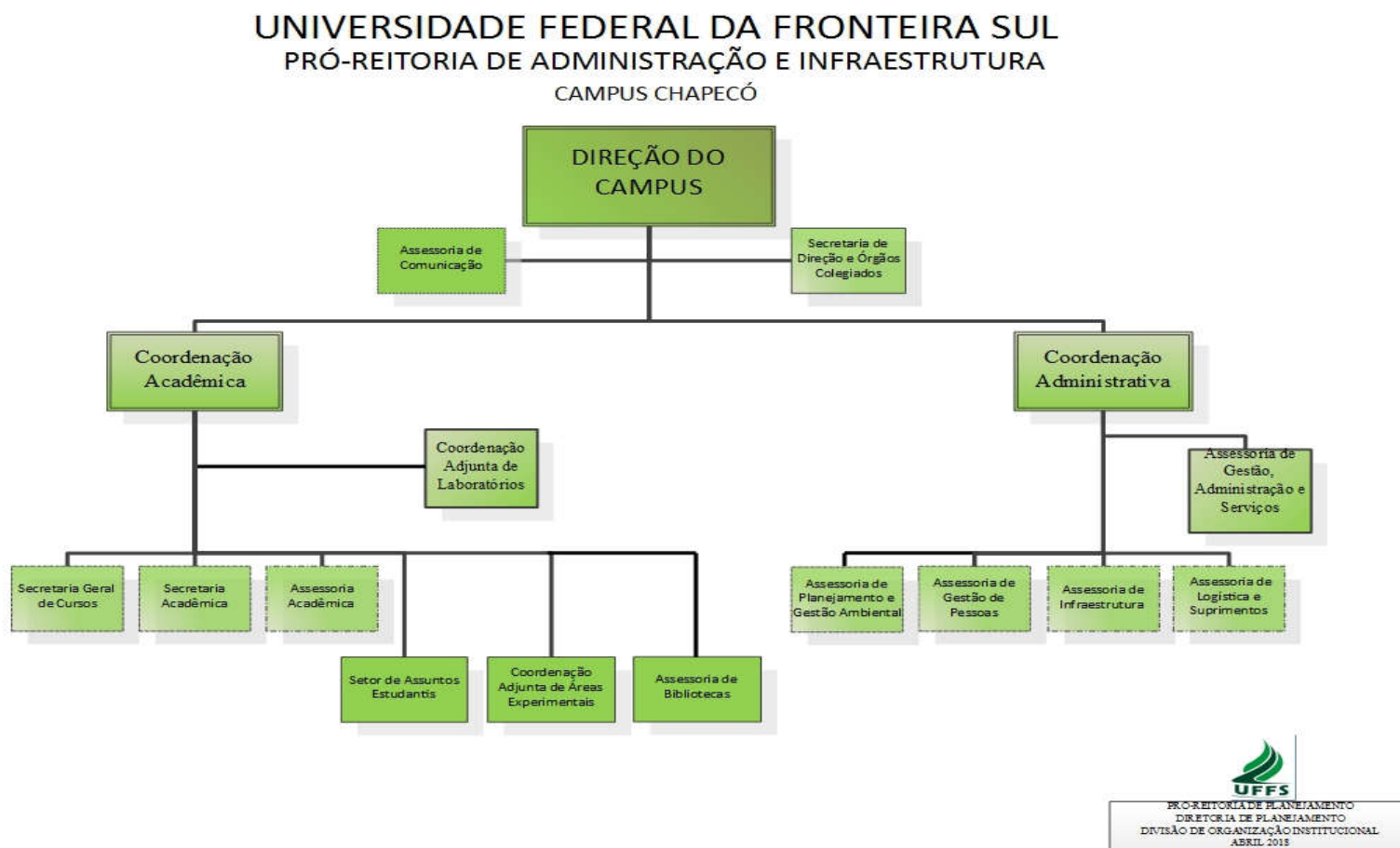
A UFFS é uma instituição multicampi que tem o campus universitário com órgão constitutivo para sua organização administrativa e didático-científica. Assim, além de todos os níveis da estrutura organizacional, podem ainda existir a criação de comissões especiais, programas ou projetos específicos de caráter permanente ou temporário. A Figura 4 coloca em destaque o organograma institucional e acadêmico da UFFS e na Figura 5 apresenta-se o organograma do campus de Chapecó-SC.

Figura 4: Organograma institucional e acadêmico da UFFS



Fonte: UFFS – PDI, (2019-2023).

Figura 5: Organograma do campus UFFS - Chapecó-SC



Fonte: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/proplan-dplan/organogramas/organograma-4> Acessado em 10 Ago. 2019.

### 3.1.1.2 Universidade da Integração Latino Americana (UNILA)

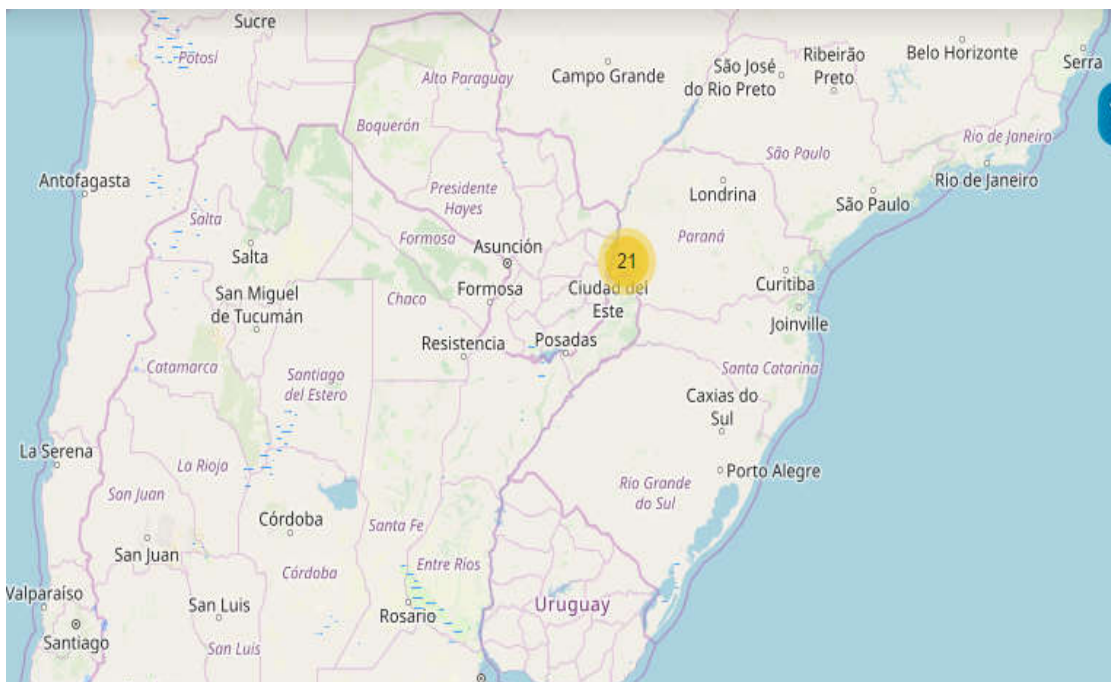
Durante o fórum de Educação Superior do Mercosul em 2006, na cidade de Belo Horizonte - MG, os ministros de Educação de vários países da América Latina criaram um projeto para a viabilização de um espaço entre os países. A iniciativa foi entendida como uma Universidade do Mercosul, mas a proposta não foi aprovada. Posteriormente, ampliou-se o projeto e por meio de uma comissão de implantação foi instalada no dia 06 de março de 2008 a Universidade Federal da Integração Latino Americana, com a publicação da Lei nº 12.189, em 12 de janeiro de 2010. Conforme a Figura 5, apresenta-se a UNILA, que está localizada na cidade de Foz do Iguaçu-PR, no Extremo-Oeste do Paraná, região trinacional formada pelos países Argentina, Brasil e Paraguai. A região é polo de desenvolvimento econômico e de acelerado processo de integração cultural e demográfica. A universidade possui unidades em Foz do Iguaçu - PR: UNILA – Jardim Universitário, UNILA – Parque Tecnológico Itaipu, UNILA – Sede Administrativa, UNILA – Edifício Almada. Conforme o projeto de autoavaliação, a missão institucional específica,

[...] é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina e Caribe. (Projeto de Autoavaliação Institucional – UNILA 2018-2020, p. 11).

As atividades acadêmicas iniciaram-se em 16 de agosto de 2010, em sede provisória no município de Foz do Iguaçu. Os primeiros servidores técnicos administrativos foram nomeados em 18 de outubro de 2010. O processo de institucionalização aconteceu em 2012. Em 2013 ocorreu a criação do Estatuto, Regimento e Plano de Desenvolvimento Institucional. Dando continuidade, em 2013 criou-se o primeiro curso de pós-graduação pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSu). Em 2016, recebeu do Conselho de Educação Superior (CNE/CES) o credenciamento para a oferta de cursos à distância *lato sensu*. Em 2016 também ocorreu o processo de credenciamento para avaliação *in loco* da estrutura da instituição. No final de janeiro de 2019, recebeu deferimento para constar no sistema de gestão do programa UAB, o SisUAB. Para maior legibilidade, possui Comissão Própria de Avaliação - CPA e o processo de autoavaliação institucional, que são divididos em etapas parciais, por meio de ciclos avaliativos para consolidar os dados relevantes a cada Eixo, servindo

para nortear a tomada de decisões. Na Figura 6 pode-se visualizar a localização da UNILA.

Figura 6: Mapa da universidade UNILA



Fonte: O mapa completo pode ser acessado em <https://unila.edu.br/umapas/>

Desse modo, a UNILA tem o compromisso com graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão em diversas áreas de conhecimento. A UNILA, conta com 30 cursos de graduação. Há 4.375 estudantes de graduação (3.072 brasileiros – 70,22%; e 1.303 estrangeiros – 29,78%, oriundos de 23 países), 9 Programas de Mestrado, 1 Programa de Residência Multiprofissional e 1 Doutorado Interinstitucional, com 08 cursos de pós-graduação na categoria *lato sensu*, criados e ofertados segundo demandas advindas de sua área de abrangência, conforme o relatório de autoavaliação institucional 2018. Segundo o departamento de informações institucionais PROGRAD 2018, o quadro de docentes conta com 414 docentes, sendo 368 efetivos, 24 professores visitantes e 22 substitutos. Em relação ao corpo administrativo, há 539 servidores, 23 ocupantes de curso superior (classe E) e 308 de nível médio (classe D). Em agosto de 2013, com a publicação da portaria nº 543/2013, definiu-se as regras para a criação da CPA, depois de oficializada, iniciou os trabalhos para o processo de autoavaliação institucional.

A organização administrativa da UNILA está prevista e encontra-se no documento (Art. 3º do Regimento Geral), a sua estrutura organizacional conta com os órgãos colegiados que são constituídos pelo Conselho Universitário que é o órgão máximo deliberativo. O departamento de órgãos colegiados ligados à Reitoria presta assessoria ao Conselho Universitário, Conselho Curador e as Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. Sendo assim, conta com os Conselhos de Institutos, Colegiado de Curso, Colegiado de Programa de Pós-Graduação.

As Unidades Acadêmicas são organizadas cada uma com seu centro interdisciplinar são elas: Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Políticas e Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. A Administração Superior e seus órgãos de apoio têm vínculo com a Reitoria, Vice-Reitoria, Pró- Reitoria de Graduação, Pró- Reitoria de Extensão, Pró- Reitoria de Pesquisa, Pró- Reitoria de Pós-Graduação, Pró- Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura, Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Pró- Reitoria Assuntos Estudantis, Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró- Reitoria Relações Institucionais e Internacionais. No entanto, também conta com a Secretaria de Comunicação, Secretaria de Apoio Científico e Tecnológico, Procuradoria Geral Federal, Auditoria Geral da UNILA, Comissão de Ética, Instituto Mercosul de Estudos Avançados, Editora Universitária, Biblioteca da UNILA e Laboratório de Computação de Alto Desempenho. Na Figura 7, apresenta-se o organograma institucional e acadêmico da UNILA e na Figura 8, coloca-se em destaque o organograma do campus de Foz do Iguaçu – PR da UNILA

Figura 7: Organograma institucional e acadêmico da UNILA



Fonte: UNILA, PDI 2019-2023.

Figura 8: Organograma campus UNILA Foz do Iguaçu-PR

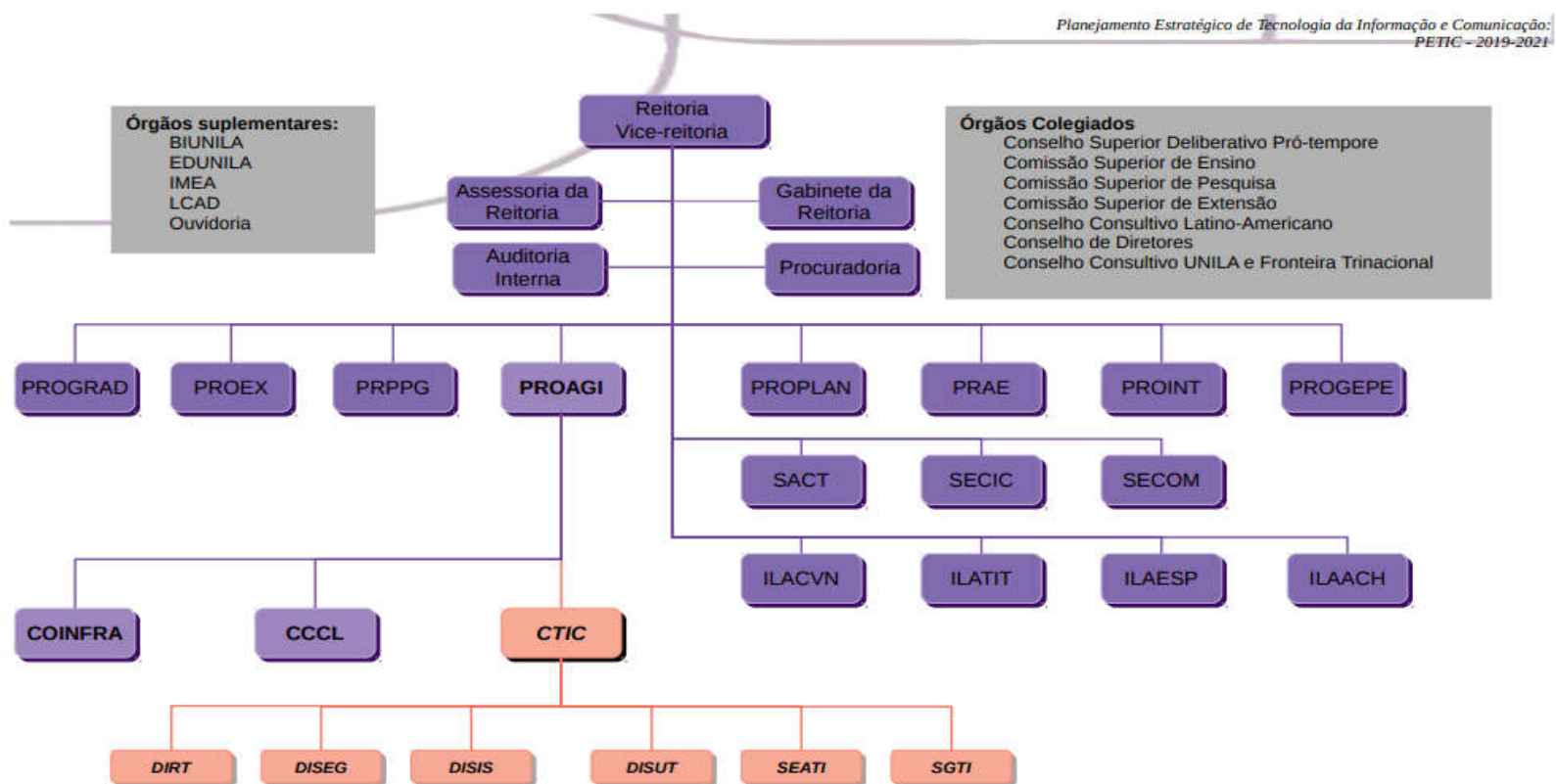


Figura 1: Organograma da Reitoria da Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Fonte: [https://portal.unila.edu.br/proagi/ctic/documentos-ctic/arquivos/petic\\_2019-2021.pdf/view](https://portal.unila.edu.br/proagi/ctic/documentos-ctic/arquivos/petic_2019-2021.pdf/view). Acessado em 10 agosto. 2019.



A autoavaliação tem o objetivo de contribuir para a reflexão coletiva, considerando as avaliações interna e externa, em consonância com o PDI e demais políticas educacionais. Destaca-se a importância do vínculo do PDI com a avaliação institucional nas IES, porque esse documento norteador da IES contempla ações de ensino, pesquisa e extensão tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, previstas para um período de 5 (cinco) anos, cujo propósito é pensar nas políticas e a participação da comunidade interna e externa no cronograma das ações que devem orientar o futuro das IES. Por fim, esse processo busca melhorar a qualidade do ensino superior, autoconhecimento institucional, dos cursos de graduação e pós-graduação e políticas de ensino, pesquisa e extensão, identificação da responsabilidade social que permite aos participantes o reconhecimento pelo seu entendimento e compromisso nos diferentes espaços da IES.

### 3.2 OS PROCESSOS DE COLETA, ORGANIZAÇÃO E DE ANÁLISE DE DADOS

Para o processo de coleta de dados, utilizou-se a análise documental, tendo em vista as categorias de utilidade e precisão conforme o Padrão de Qualidade de Avaliação Internacional - JCSEE (*Joint Committee On Standards For Educational Evaluation*) e para a análise de dados utilizou-se o software ATLAS.ti, versão 8.4.24, complementar ao processo, considerando os documentos das IES pertencentes a amostra. Para Gil (2010) a análise documental:

[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, bem como o material disponibilizado pela Internet. (GIL, 2010, p. 29).

Para Marconi e Lakatos (2017) a análise documental é:

[...] é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI e LAKATOS, 2017 p.53 e p.54).

Diante disso, acredita-se que a escolha do método de análise documental, que é a interpretação do conteúdo de um texto, pode enriquecer a pesquisa categorizando-a por meio das significações e compreensões estabelecidas a partir da leitura sobre os dados coletados.

A análise dos dados considerou a metodologia da análise de conteúdo que será composta pelos dados retirados dos relatórios finais de autoavaliação do ano-base 2018 das IES. Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo é:

[...] o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Afirma o autor que a descrição e a inferência constituem-se como processos de análise: na primeira, explora-se o texto à medida que ele vai sendo desconstruído; no segundo, ocorre a etapa de categorização, momento em que, de acordo com alguns critérios elencados pelo pesquisador, o texto vai sendo reconstruído, e a partir daí parte-se para a inferência dando significado ao discurso. (BARDIN, 2011, p. 48).

A organização e análise dos dados, conforme Bardin (2011), aborda três polos cronológicos em que se organizam as diferentes fases da análise de conteúdo: a primeira é a *pré-análise*, que consiste na organização propriamente dita, compondo um período de intuições, sistematização das ideias iniciais e leitura fluente. Essa fase possui três passos: a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, a formulação dos indicadores que fundamentem a interpretação final. A segunda fase proposta pela autora é a *exploração do material*, caracterizada pela aplicação sistemática das decisões tomadas na fase anterior, consistindo, basicamente, na codificação, decomposição e enumeração dos dados, seja de modo manual ou pelo computador, tendo em vista as regras já formuladas. A terceira fase é o *tratamento dos resultados, inferência e interpretação*. Nessa fase, os resultados são tratados para que se tornem significativos e válidos, permitindo construir quadros, figuras, diagramas que representem as informações obtidas pela análise.

Assim, a fase de pré-análise dá origem ao escopo da pesquisa, por meio da organização do material a ser analisado. Neste momento, ocorre a sistematização de ideias preliminares. Para isso, há quatro etapas: leitura flutuante, escolha de documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices e elaboração de indicadores. (BARDIN, 2011).

Na exploração do material, que é a segunda fase, são administradas as técnicas de codificação, compreensão do material, definição das categorias (sistemas de codificação), identificação das unidades de registro (corresponde ao segmento de conteúdo) e de contexto (unidade que corresponde ao segmento da mensagem). Na terceira fase que é o tratamento de resultados, destaca-se a importância da inferência

e a interpretação. Sendo assim, para complementar, a técnica de codificação de Bardin (2011) utiliza-se os ciclos de codificação de Saldaña (2013) que atribui intensidade à avaliação do conteúdo, expressa os dados de forma qualitativa e utiliza-se do conteúdo extraído por meio do padrão JCSEE.

Quanto à organização e análise dos dados, Saldaña (2013) apresenta a codificação como um processo transitório entre a produção dos dados e a análise extensiva desses dados devendo, portanto, ocorrer de forma cíclica, buscando o refinamento cada vez maior dos resultados encontrados.

No Figura 9, observa-se os ciclos de codificação definidos por Saldaña (2013), que apresenta 31 diferentes possibilidades de composição de códigos com suas técnicas variadas, sugerindo que a escolha seja feita pelo pesquisador, conforme o tipo de pergunta de pesquisa.

Portanto, destaca-se que a análise de conteúdo é uma metodologia adequada para a pesquisa documental já que possibilita levantar e refletir os vários significados de uma palavra ou tema expressos em um documento. Assim, ao investigar as contribuições da meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional de Universidades Fronteira na América do Sul procedeu-se inicialmente o levantamento dos objetos nos processos de coleta de dados que serão organizados com unidades significativas e na sequência a efetuou-se a análise qualitativa de conteúdo que resultou nas categorias e ciclos de codificação obtidos no tratamento dos resultados.

Figura 9: Ciclos de codificação de Saldaña (2013)

<b>PRIMEIRO CICLO DE CODIFICAÇÃO</b>		
<b>Método Gramatical</b>	<b>Método Elementar</b>	<b>Método Afetivo</b>
Codificação por atributo Codificação por magnitude Subcodificação Codificação simultânea	Codificação estrutural Codificação descritiva Codificação literal Codificação de processo Codificação inicial	Codificação de emoções Codificação de valores Codificação de versos Codificação de avaliação
<b>Método literário e de linguagem</b>	<b>Método exploratório</b>	<b>Método procedimental</b>
Codificação dramática Codificação de motivo Codificação de narrativa Codificação de diálogos	Codificação holística Codificação provisória Codificação de hipóteses	Codificação de protocolos Esboço de materiais culturais Codificação de domínios e taxionomias Codificação de causalidade
<b>CICLO DE TRANSIÇÃO ENTRE O PRIMEIRO E O SEGUNDO</b>		
Codificação eclética Mapeamento de Códigos Código <i>Landscaping</i> Diagrama de modelo operacional		
<b>SEGUNDO CICLO DE CODIFICAÇÃO</b>		
Codificação de padrões Codificação focada Codificação axial Codificação teórica Codificação elaborativa Codificação longitudinal		

Fonte: Adaptado Pocrifka (2019), conforme Saldaña (2013).

Quadro 3: Ciclos de codificações aplicadas na pesquisa

<b>Ciclos</b>	<b>Método – Codificação</b>
<b>Pré-codificação</b>	Leitura e reflexão dos dados, destacando todas as palavras e frases que mereceriam atenção.
<b>1º Ciclo de Codificação</b>	Método Exploratório – Codificação Provisória
	Método Elementar – Codificação Estrutural
<b>Ciclo de Transição entre o 1º ciclo e o 2º ciclo</b>	Mapeamento de código
	Código Landscaping (Nuvem de Palavras)
<b>2º Ciclo de Codificação</b>	Codificação de padrões

Fonte: Adaptado pela autora (2020), conforme Saldaña (2013).

O Quadro 3 corresponde aos ciclos, métodos e codificações utilizadas nesta pesquisa, inicialmente na pré-codificação com análise dos relatórios de autoavaliação das IES. No 1º ciclo de codificação, utilizou-se do método exploratório com a codificação provisória que corresponde à criação dos códigos primários para uma investigação inicial. Na sequência, aplicou-se o método elementar com a codificação estrutural que se refere ao padrão de qualidade JCSEE.

O ciclo de transição entre o 1º e o 2º ciclo foi realizado com o mapeamento de códigos que é o processo de organizar os códigos em conjunto. Isso propicia a reorganização para concentrar os principais critérios do estudo da pesquisa, proporcionando uma visão geral e transformando os códigos primários em categorias organizadas. (SALDAÑA,2013).

Na sequência foram criados os grupos de códigos para iniciar o 2º ciclo de codificação, reorganizar e reanalisar os dados do 1º ciclo, decorrentes dos códigos padrões JCSEE que também são apresentados como metacódigos.

### **3.2.1 Coleta dos relatórios de autoavaliação das IES**

A consulta foi realizada a partir dos relatórios de autoavaliação que estavam postados nos sites das universidades UFFS e UNILA do ano-base 2018. A Figura 10 contém o Link da Universidade Federal da Fronteira Sul e a Figura 11, o Link da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Na UFFS, conforme o relatório de autoavaliação ano-base 2018, a divulgação é publicada no site da Universidade <http://www.uffs.edu.br> e pelos e-mails institucionais. Além disso, os resultados foram divulgados via e-mail institucional e informativos semanais por meio eletrônico, à comunidade universitária e externa. São utilizados ainda fóruns de cursos, assembleias e reuniões de docentes, discentes, técnicos administrativos, gestores e demais segmentos das instituições.

Figura 10: Localização do relatório de autoavaliação no site da UFFS

The image is a screenshot of a web browser displaying the UFFS website. The browser's address bar shows the URL: [uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/relatorios-autoavaliacao/relatorio-...](https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/relatorios-autoavaliacao/relatorio-...). The website header features the UFFS logo and navigation links such as 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. A search bar is present with the text 'Buscar no portal'. Below the header, there are navigation tabs for 'Institucional', 'Graduação', 'Pós-Graduação', 'Ingresso', 'Pesquisa', 'Extensão e Cultura', 'Assistência Estudantil', and 'Acesso fácil'. A secondary navigation bar lists campus names: 'CERRO LARGO', 'CHAPECÓ', 'ERECHIM', 'LARANJEIRAS DO SUL', 'PASSO FUNDO', and 'REALEZA'. The main content area shows a breadcrumb trail: 'Página Inicial > Pastas Ocultas > \* Base de dados > GR > Equipes de Trabalho > Comissão Própria de Avaliação > Relatórios de Autoavaliação Institucional > Relatórios de Autoavaliação Institucional > Relatório de Autoavaliação Institucional: Ano-Base 2018'. The main heading is 'Relatório de Autoavaliação Institucional: Ano-Base 2018'. Below the heading, there is a link 'Download do Arquivo'. A navigation button at the bottom left reads '« Anterior Relatório de Autoavaliação Institucional Parcial 2010-2012'. The footer contains the text 'FALE CONOSCO' and the full URL: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/relatorios-autoavaliacao/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-ano-base-2018/@@download/file>.

Fonte: UFFS, (2019a.)

Na UNILA, conforme o relatório de autoavaliação, os relatórios parciais e final, estão divulgados na página da CPA, no sítio da Universidade (<http://www.unila.edu.br/cpa/autoavaliação-projeto>), no informativo semanal La Semana Unilera e pelos e-mails institucionais. Outra forma de divulgação dos relatórios é por meio do uso de sínteses de informações relevantes impressos em folhetos/panfletos (flyer) para envio por mala direta e para distribuição em seminários, salas de aula, eventos e para a população em geral. Assim sendo, a divulgação também ocorre em reuniões de trabalho com equipes acadêmicas, administrativas, coordenadores, corpo docente, discentes dos cursos envolvidos nas avaliações, com o objetivo de apresentar os resultados da autoavaliação, ou seja, toda a comunidade interna.



Figura 11: Localização do relatório de autoavaliação no site da UNILA

The screenshot displays the website of the Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). The browser address bar shows the URL: [portal.unila.edu.br/comissoes/cpa/autoavaliacao-projetos](http://portal.unila.edu.br/comissoes/cpa/autoavaliacao-projetos). The page header includes the UNILA logo and the text "Universidade Federal da Integração Latino-Americana" and "MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO". A search bar is located in the top right corner. The main content area is titled "Autoavaliação" and features a yellow "CPA" logo. Below the logo, there is a navigation menu with the following items: "Sobre a Comissão", "Membros", "Reuniões", "Atas", "Autoavaliação" (highlighted), "Documentos", "Resoluções", "Eleições", and "Contato". The main content area is divided into three sections: "Projetos e Relatórios", "Projetos", and "Relatórios". The "Projetos" section lists three items: "Projeto de Autoavaliação Institucional - 2014", "Projeto de Autoavaliação Institucional - Ciclo Avaliativo 2015/2017", and "Projeto de Autoavaliação Institucional - Ciclo Avaliativo 2018/2020". The "Relatórios" section lists seven items: "Relatório Final de Autoavaliação Institucional - Ciclo Avaliativo 2010/2012", "Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional - 2013", "Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional - 2014", "Relato Institucional - RI 2015", "Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional - 2015", "Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional - 2016", and "Relatório Final de Autoavaliação Institucional - Ciclo Avaliativo 2015/2017". The footer of the page shows the Windows taskbar with the search bar and the system tray displaying the date and time: "POR 18:04 PTB2 14/03/2020".

Fonte: UNILA, (2019a).

### 3.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DOS DADOS

Neste estudo utiliza-se da estrutura teórica e metodológica para a investigação científica e construção das informações. Para isso, os instrumentos foram organizados, conforme a análise de conteúdo no *software ATLAS.ti, versão 8.4.24*.

#### 3.3.1 Padrões de qualidade de avaliação JCSEE

Uma lista de verificação para aplicação dos padrões fornecida pelo JCSEE (1994) pode facilitar a tarefa de avaliar a qualidade da avaliação. Essa lista traz os padrões, distribuídos em suas categorias, e oferece uma escala que pode ser reproduzida. A escala inclui pontos para verificar o nível de atendimento do objeto avaliado em relação a cada padrão: atendido ou não atendido.

Assim a categoria utilidade faz sentido à finalidade e ao uso de uma avaliação. Nessa categoria, a avaliação deve atender às necessidades de informações dos usuários potenciais. No entanto, uma avaliação necessita ser útil para aqueles que a encomendaram e que nela têm interesse. Quanto mais os resultados forem usados pelos participantes ou pelos interessados na avaliação, mais forte se torna o atendimento ao critério de utilidade. É importante enfatizar que a meta-avaliação deve verificar em que medida os resultados da avaliação estão sendo utilizados.

A categoria de precisão é composta por diretrizes que enfatizam as premissas de legitimidade de uma avaliação. Essa categoria tem por finalidade apresentar se uma avaliação transmite informações tecnicamente adequadas sobre as características que determinam o valor ou mérito do programa que está sendo avaliado. Foram considerados no estudo oito dos doze padrões da categoria “precisão”. Considerou-se, conforme o site oficial da JCSSE, que a categoria “utilidade” tenha como garantia a finalidade de uso pelos participantes e interessados pelos resultados da avaliação.

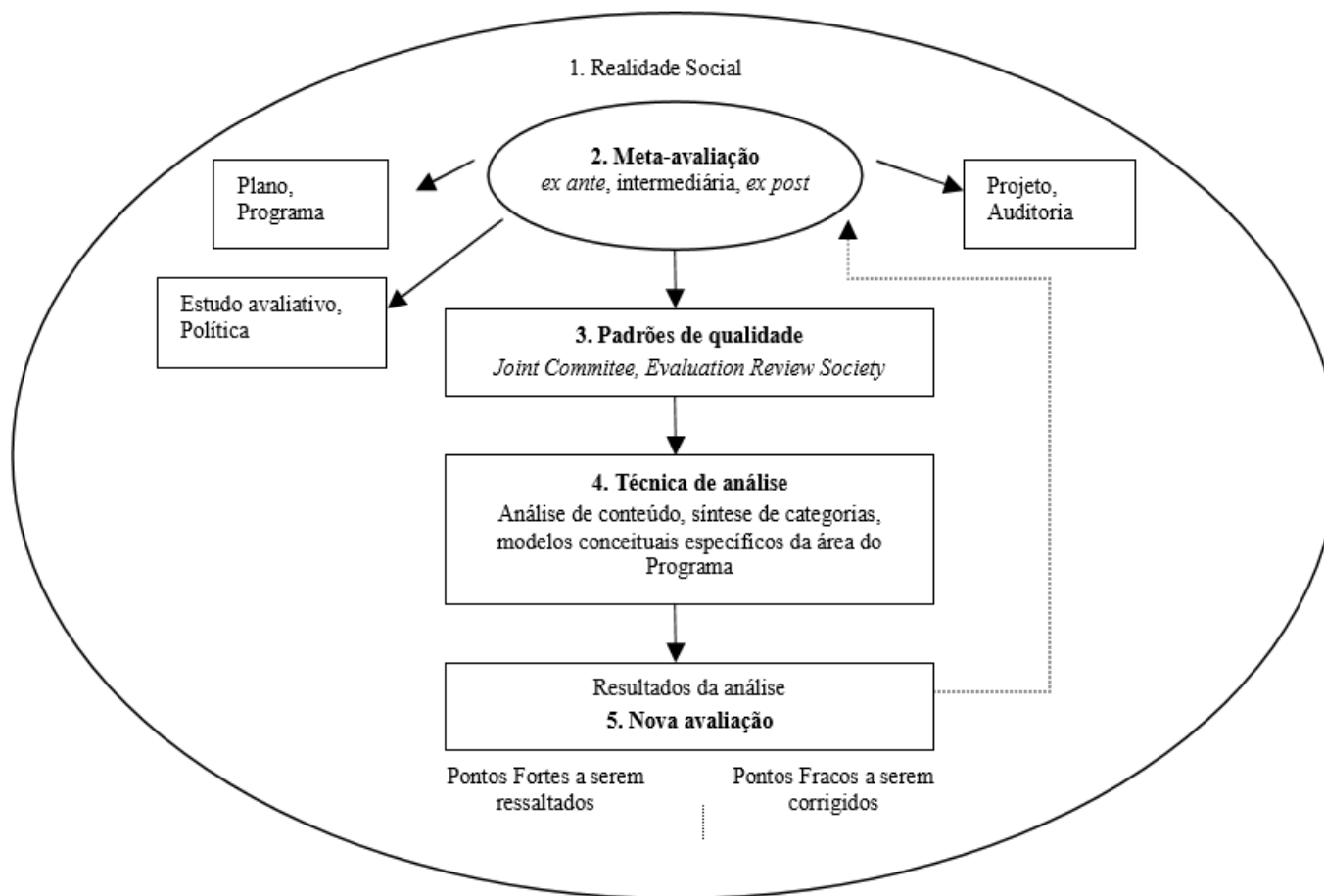
Já a categoria precisão deve transmitir as características principais do processo de autoavaliação, quanto ao valor e mérito. Dessa forma, os critérios de cada categoria permitem apresentar significados que podem estar ocultos no processo. Compreende-se que, ao utilizar as duas categorias de análise (“utilidade” e “precisão”), seja possível ampliar e aperfeiçoar o debate em relação aos processos de autoavaliação desenvolvidos em cada universidade. A categoria “utilidade” pode

contribuir para a discussão dos dados gerados, com o intuito de verificar se eles estão articulados com as necessidades da comunidade acadêmica da IES. Já a categoria “precisão” pode fornecer elementos para que se discuta a elaboração e utilização dos instrumentos aplicados aos diferentes atores envolvidos no processo. O modelo teórico da pesquisa apresenta os seguintes elementos:

- *Realidade social*: meta-avaliar os processos de autoavaliação das Universidades Fronteiras da América do Sul.
- *Meta-avaliação*: a meta-avaliação utiliza de padrões e critérios para assegurar a qualidade, conforme o modelo JCSEE, por meio da aplicação das categorias utilidade e precisão, nos relatórios de autoavaliação finais do ano-base 2018 das IES da amostra.
- *Padrões de qualidade*: utilização do Modelo Padrão de Qualidade de Avaliação Internacional - JCSEE.
- *Técnica da análise*: análise documental Gil (2010), Marconi e Lakatos (2017), de conteúdo Bardin (2011) e Saldaña (2013), com a utilização do software ATLAS.ti.
- *Nova avaliação*: resultado da aplicação da meta-avaliação, em relação a fase anterior, apresentando a contribuição do estudo.

A representação do modelo teórico de pesquisa utilizando a meta-avaliação, conforme Helder (20078) pode ser observado na Figura 12.

Figura 12: Modelo teórico da pesquisa utilizando meta-avaliação



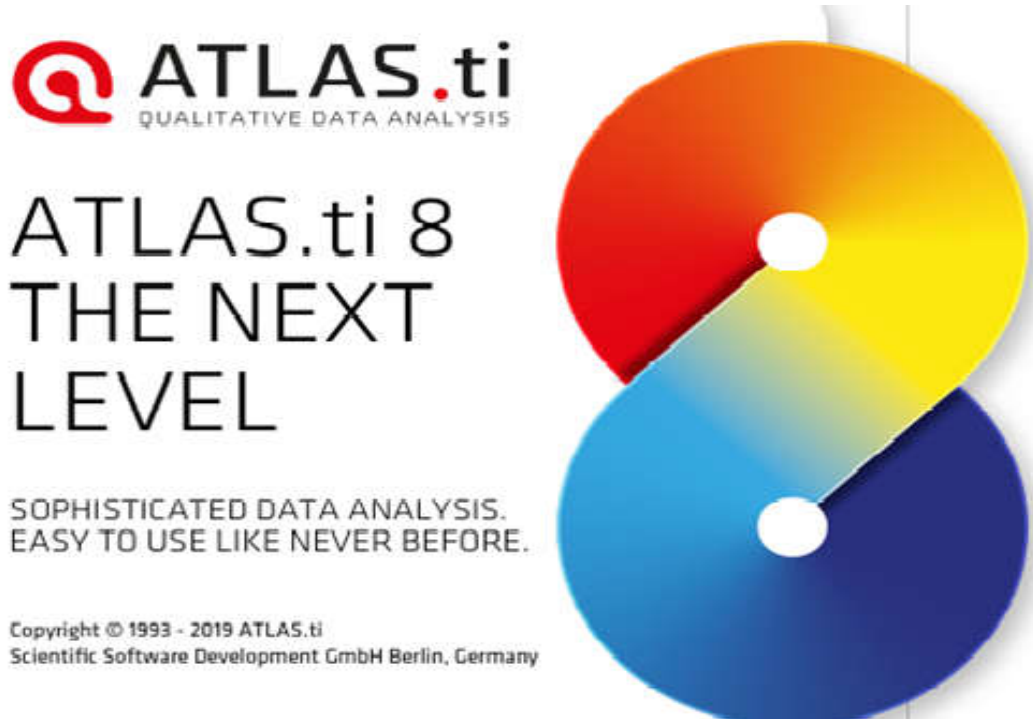
Fonte: Hedler (2007, p. 61).

Na Figura 12 apresenta-se o modelo teórico da pesquisa utilizando a meta-avaliação para que seja possível avaliar a sistematização das informações coletadas durante o processo de avaliação. É essencial a compreensão dos resultados e a qualidade dos resultados disponibilizados, com a finalidade de verificar até que ponto os métodos e técnicas adotados para a compilação dos dados e posterior divulgação foram utilizados de maneira satisfatória. A partir da apresentação e conceituação de meta-avaliação, pode-se compreender a proposta produzida pelo padrão de avaliação JCSEE.

### **3.3.2 O Software ATLAS.ti, versão 8.4.24**

Seguindo o processo, entre vários sistemas de análise de dados qualitativos está o *software* ATLAS.ti, versão 8.4.24 de março de 2019, gratuita para utilização de 1 (um) ano para estudantes. O software iniciou seu processo de comercialização em 1993 e tem sua fonte de desenvolvimento em Berlin – Alemanha, é um software para a análise qualitativa de grandes corpos de dados textuais, gráficos, de áudio e vídeo. Suas ferramentas permitem organizar, remontar e gerenciar documentos de forma criativa e sistemática. Sendo assim, oferece várias possibilidades de mídia para trabalhar, codificando documentos, clipes de áudio ou fotos. É um aplicativo que atende vários formatos: txt, .doc, .docx, odt e, é claro, .pdf, também com dezenas de formatos gráficos e de áudio (.wav, mp3, .wma etc.), bem como os tipos de vídeo mais comuns (.avi, .mp4, .wmv, etc.). Também oferece um conjunto de ferramentas e recursos que são poderosos e flexíveis o suficiente chegar aos detalhes do material de dados mais complexo.

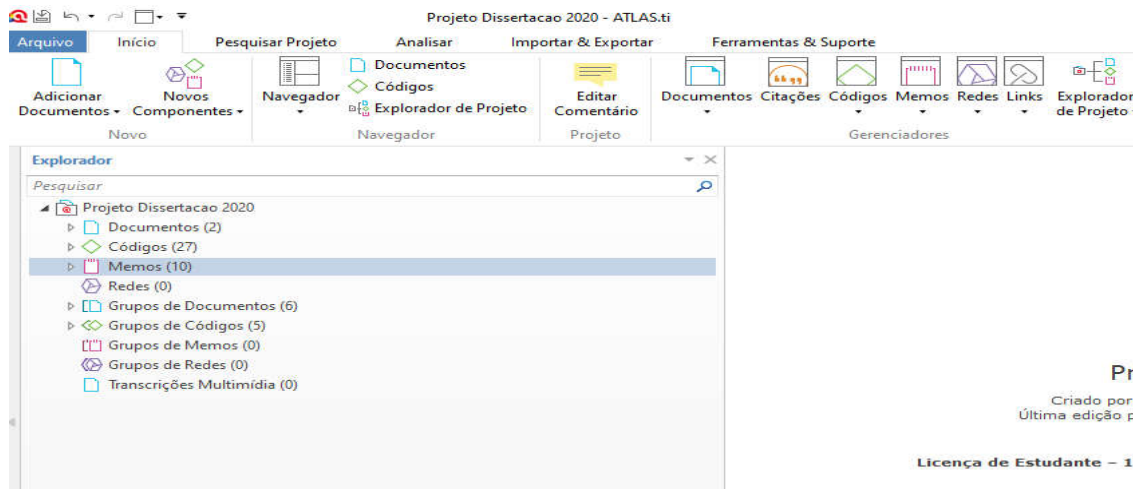
O acesso a todos os componentes básicos do projeto, como documentos, segmentos de dados destacados, codificados, códigos, memorandos, hiperlinks, grupos ou redes, é de fácil acesso. A interface de usuário está atualmente disponível nos seguintes idiomas: Inglês, espanhol, alemão, português e chinês. O *software* ATLAS.ti, contribui com o processo de análise de dados qualitativos e ajuda a conduzir um processo de análise fundamentado em evidências, além de possibilitar a recuperação dos caminhos de análise percorrido pelo pesquisador (CONTRERAS, 2015). Na figura 12, observa-se a imagem da tela inicial do software ATLAS. ti.

Figura 13: Tela inicial do *software* ATLAS.ti

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti, (2020).

O *software* ATLAS.ti, é interativo e faz uma representação fundamentada em evidências, por meio de segmentação de dados, codificação, escrita e diagramação. A organização começa pela nomenclatura atribuída no arquivo de texto (doc. ou txt), arquivos em pdf, imagens (jpg) entre outros formatos. Ao utilizar o ATLAS.ti o documento é analisado, reconhecido pelo leitor e selecionado para análise por meio de seus fragmentos (partes de texto, áudio, vídeo e imagem), após a organização virtual dos arquivos, o projeto é criado no *software*. Na sequência na Figura 13, os principais menus e ferramentas da tela de trabalho: Arquivo, Início, Pesquisar Projeto, Analisar, Importa & Exportar e Ferramentas & Suporte. Também apresenta à esquerda o explorador com a estrutura do projeto.

Figura 14: Tela principal do software ATLAS.ti. e suas ferramentas



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti, (2020).

O *software ATLAS.ti*, é composto por alguns componentes principais: documentos, citações, códigos, memos, comentários e redes. Segue uma breve explicação das funções dos componentes:

- Documentos: são as fontes de dados questionários, entrevistas, imagens, vídeos entre outros.
- Citações: são as marcações realçadas nos documentos quando são identificadas ideias importantes, é um recurso exclusivo, facilita as interpretações no texto.
- Códigos: são segmentos atribuídos pelo pesquisador sobre características em comum.
- Memos: são as anotações do pesquisador para compreender ou explicar o que foi selecionado.
- Comentários: os comentários são criados para explicar documentos, citações, códigos em um projeto.
- Redes: são representações gráficas das associações (links) construídos pelo pesquisador.

Pode-se utilizar outros componentes como os grupos de códigos, que são os agrupamentos de acordo com atributos e características e permitem os questionamentos e cruzamentos de dados conceituais e as transcrições multimídia como os segmentos de texto, vídeo, áudio, partes de imagem que podem auxiliar na resposta da pergunta de pesquisa. Assim, ressalta-se que no corpo do projeto devem

constar todos os documentos que compõem o processo de análise para responder à pergunta da pesquisa.

Figura 15: Barra de ferramenta de análise no ATLAS.ti



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti, (2020).

Na Figura 15, para finalizar a apresentação da organização dos dados no *ATLAS.ti*, na barra de ferramentas no item *Análise* no *ATLAS.ti*, estão as ferramentas para analisar os dados que podem utilizar o formato de redes, relatórios, tabelas, explorador de ocorrência, dependendo da necessidade e objetivo do pesquisador.

A escolha pela utilização do *software ATLAS.ti*, foi no sentido de facilitar o processo de análise de dados realizando a otimização do complexo processo analítico. Conhecido o software em um evento na área de educação o Educere 2019, PUC-PR, e depois desse momento iniciados os estudos no software para a utilização na pesquisa. Desse modo, o *ATLAS.ti* é um software que favorece a análise de conteúdo em diversas áreas de pesquisa e objetivos, sendo possível que todas as correlações e análises sejam realizadas a partir do referencial teórico e da compreensão dos dados obtidos no estudo.

No entanto, o *software ATLAS.ti* conduz à análise qualitativa dos dados, com a criação dos códigos, categorias, indicadores para as unidades de registro, e a organização é de responsabilidade do pesquisador, o que torna um software líder de mercado para análise qualitativa de dados.



## **4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS**

### **4.1 OS DADOS: A ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO**

Neste capítulo apresenta-se os dados obtidos nos relatórios de autoavaliação e a análise, considerando o referencial teórico. Tendo em vista a problemática da pesquisa, na primeira parte apresenta-se os dados obtidos a partir da análise dos relatórios de autoavaliação, para isso, é apresentado o grau de atendimento dos indicadores do JCSEE em relação as IES.

#### **4.1.1 Fluxo do processo de autoavaliação nas IES**

O processo de autoavaliação nas IES acontece em período diferenciado, dependendo da metodologia aplicada e do cronograma de execução definido pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) que é responsável pela organização do fluxo do processo. A elaboração do relatório do processo de autoavaliação, compreende informações constantes: base nacional, ações administrativas, políticas, pedagógicas, técnico-científicas. Esse processo deve seguir na estrutura de análise de acertos e equívocos, conforme o SINAES, nos cinco Eixos:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação).
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição).
- Eixo 3: Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes).
- Eixo 4: Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira).
- Eixo 5: Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física).

O Quadro 4 apresenta o tempo do fluxo do processo de autoavaliação institucional na UFFS e na UNILA.

Quadro 4: Tempo do Fluxo do Processo de Autoavaliação Institucional nas IES

IES	Metodologia (etapas)	Cronograma de execução (início e fim)
UFFS	<p>Conforme a CPA da UFFS,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação sobre a CPA e o processo de autoavaliação;</li> <li>- A autoavaliação utiliza o sistema da UFFS, onde o aluno, técnico ou docente preencheram os formulários eletrônicos, acessados por meio de login e senha.</li> <li>- Cada campus responsável pelo processo de elaboração do instrumento de avaliação, tradução para o formulário eletrônico, elaboração de relatórios e devolução dos resultados aos setores interessados.</li> <li>- Para as autoavaliações dos Cursos e dos CCRs (componentes curriculares regulares), foram encaminhados links para os e-mails dos alunos, técnicos e/ou professores dos respectivos formulários, para que somente por meio do link pudessem preencher uma única vez o formulário eletrônico, utilizando uma versão paga do software SurveyMonkey.</li> <li>- Aplica 3 (três) diferentes instrumentos de autoavaliação: a) Autoavaliação institucional (geral); b) Autoavaliação dos cursos; c) Autoavaliação dos CCRs (Componentes Curriculares Regulares). - Divulgação dos resultados no site da IES.</li> </ul>	<p>No percurso avaliativo da UFFS, é construído o relatório de autoavaliação com início e fim no ano-base 2018.</p> <p>Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação).</p> <p>Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição).</p> <p>Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes).</p> <p>Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira).</p> <p>Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física).</p>

<b>UNILA</b>	<p>Conforme a CPA da UNILA,</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Sensibilização e Divulgação sobre a CPA e o processo de autoavaliação.</li> <li>2) Elaboração/revisão e aplicação dos instrumentos de coleta de informações.</li> <li>3) Análise das informações coletadas e elaboração dos relatórios de autoavaliação.</li> <li>4) Plano de ação de melhorias e cronograma de execução.</li> <li>5) Divulgação dos resultados e Meta Avaliação.</li> </ol>	<p>No percurso avaliativo 2018-2020, serão produzidos três relatórios de autoavaliação institucional:</p> <p>Relatório Parcial 2018 (envio até março de 2019) – Eixos: Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional, Dimensão 8: Planejamento e Avaliação e Eixo 4: Políticas de Gestão, Dimensão 5: Políticas de Pessoal.</p> <p>Relatório Parcial 2019 (envio até março de 2020), segundo ano do ciclo, Eixo 3: Políticas Acadêmica, Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e Eixo 4: Políticas de Gestão, Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição</p> <p>Relatório Final 2020 (envio em março de 2021), terceiro ano do ciclo, Eixo 2: Desenvolvimento Institucional, Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional; e a Dimensão 3, responsabilidade social da instituição e o Eixo 5: Infraestrutura física.</p>
--------------	--	---

Fonte: Organizado pela autora (2020), com base nos relatórios de autoavaliação 2018 das IES.

No Quadro 4, observa-se o percurso avaliativo das IES, na UFFS. Conforme a CPA, o processo de autoavaliação é anual, contempla as etapas de preparação, execução e divulgação de todos os Eixos e dimensões do SINAES em um único relatório de autoavaliação ano-base. Nesse sentido, comparando com o percurso avaliativo da UNILA, o processo de autoavaliação acontece em três anos (2018-2020), para contemplar e atender os eixos e dimensões do SINAES, a organização dos relatórios é parcial e contemplam as etapas de preparação, execução e divulgação que possui o formato de ciclos: 1º ciclo (Eixo 1- dimensão 8 e Eixo 4

– dimensão 5), 2º ciclo (Eixo 3 – dimensão 2 e Eixo 4 – dimensão 6), 3º ciclo (Eixo 2 – dimensão 1, Eixo 5 – dimensão 3), dessa forma, finaliza no terceiro ano do ciclo com um relatório final que contempla os resultados dos dois anos anteriores avaliados, com análise geral com relação aos Eixos e dimensões. Portanto, é possível afirmar que os documentos possuem metodologia e cronograma de execução diferentes para a aplicação do processo de autoavaliação institucional nas IES.

#### 4.1.2 Processo de análise de dados no ATLAS.ti

No Quadro 5, apresenta-se o percurso do processo de análise de dados utilizando o ATLAS.ti, objetivo geral, objetivos específicos, método e análise de conteúdo vinculados ao software.

Quadro 5: Percurso do processo de análise de dados utilizando o ATLAS.ti

Objetivo geral e específicos	Método	Análise de Conteúdo	
Meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul.	Coleta dos relatórios de autoavaliação das IES.	Escolha dos documentos	Pré-análise

<p>Conhecer as principais políticas educacionais de Avaliação Institucional na Educação Superior nas Universidades de Fronteira na América do Sul.</p>	<p>Definição de um padrão de qualidade de avaliação.</p>	<p>Escolha do padrão de qualidade de educação JCSEE</p>	
<p>Identificar os pontos fortes a serem ressaltados e os frágeis a serem melhorados no processo de autoavaliação institucional, mediante a checagem de critérios de qualidade de avaliações JCSEE (Joint Committee On Standards For Educational Evaluation) Padrões de Qualidade Internacionais de Avaliação nas Universidades de Fronteira na América do Sul.</p>	<p>Leitura dos documentos escolhidos.</p>	<p>Leitura flutuante</p>	<p>Exploração do Material</p>

Apresentar os Eixos em comum do processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul.	Escolha dos relatórios ano-base 2018 das IES.	Formulação das hipóteses	Inicia a utilização do Software ATLAS.ti
	Criação dos Códigos.	Codificação	
Associação de códigos em categorias.			
Associação dos códigos com os grupos de códigos.			
Codificação de unidades de registro e unidades de contexto no ATLAS.ti.		Referenciação dos indicadores do JCSEE	
Construção da memos e comentários no ATLAS.ti		Categorização	
Seleção a partir das categorias do JCSEE.			

	Seleção a partir dos trechos dos relatórios.		
	Elaboração de relatórios, redes, tabelas.		
	Discussão sobre os resultados das categorias JCSEE.		Tratamento, inferência e interpretação

Fonte: Elaborado pela autora, 2019, com base bibliográfica.

O Quadro 5 apresenta as informações organizadas referentes à análise de dados com a compreensão do material, as técnicas de codificação, a definição das categorias (sistemas de codificação), identificação das unidades de registro (corresponde ao segmento de conteúdo) e de contexto (unidade que corresponde ao segmento da mensagem), que aborda a análise de dados qualitativos e o processo de análise de conteúdo, tratamento e resultados, conforme os autores Bardin (2011) e Saldaña (2013). O percurso do processo de análise de dados utilizando o *software* ATLAS.ti. Inicia na fase de pré-análise por meio da análise de conteúdo com a escolha dos documentos, a coleta dos dados nos relatórios de autoavaliação para atender ao objetivo geral de meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul que fazem parte da amostra do estudo.

Nesse sentido, segue-se com a escolha do padrão de qualidade de educação JCSEE para avaliar a qualidade da avaliação nas categorias utilidade e precisão, com o método de leitura flutuante e a formulação das hipóteses para investigar os objetivos específicos: conhecer as principais políticas educacionais de Avaliação Institucional na Educação Superior nas Universidades de Fronteira na América do Sul; identificar os pontos fortes a serem ressaltados e os frágeis a serem melhorados no processo de autoavaliação institucional, mediante a checagem de critérios de qualidade de avaliações JCSEE (Joint Committee On Standards For Educational Evaluation), Padrões de Qualidade Internacionais de Avaliação nas Universidades de Fronteira na América do Sul; apresentar os Eixos em comum do processo de autoavaliação institucional das IES.

Na sequência, a codificação é realizada com a criação dos códigos, associação de códigos em categorias e associação dos códigos com os grupos de códigos. Depois é feita a referenciação dos indicadores do JCSEE, a construção da codificação de unidades de registro e unidades de contexto, a categorização com a construção das memos e comentários das principais características dos relatórios de autoavaliação institucional com a seleção a partir dos critérios de avaliação: utilidade e precisão do JCSEE e seleção dos trechos dos relatórios para elaboração das análises por meio de relatórios, nuvem de palavras, redes e tabelas.

Por fim, apresenta-se a discussão sobre os resultados dos critérios de avaliação da qualidade, utilidade e precisão do JCSEE com o tratamento, inferência e interpretação.



## 5 ANÁLISE E RESULTADOS

Neste capítulo, discute-se a partir da leitura, análise dos dados e resultados da aplicação da meta-avaliação com os padrões de qualidade de avaliação JCSEE, nos relatórios de autoavaliação ano-base 2018 das IES. Destaca-se uma visão global dos documentos coletados, com diferentes aspectos para buscar atender o objetivo geral da pesquisa no sentido de compreender o processo de meta-avaliação que ocorre nas duas Universidades de Fronteira Sul da América do Sul que fazem parte da amostra neste estudo enquanto percurso potencial à qualificação da educação.

Para discutir os resultados obtidos a partir dos dados e análise apresentados em cada categoria, suas relações com os referenciais teóricos, e respostas para a problemática de pesquisa: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira na América do Sul?

Conforme a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e Saldaña (2013), os trechos em destaque dos relatórios de autoavaliação das IES, foram organizados e classificados conforme o padrão de qualidade JCSEE, que possui uma estrutura de identificação semiestruturada. Os padrões de qualidade do JCSEE em análise neste estudo são “utilidade” e “precisão” e seus critérios.

Dessa forma, a análise e resultados de dados destaca o fluxo do processo de autoavaliação nas IES, conforme os indicadores JCSEE para as etapas de preparação, execução e divulgação. Na sequência, apresenta-se a codificação que ocorreu com base nos relatórios de autoavaliação institucional analisados no *software* ATLAS.ti. Essa análise resulta no desempenho de cada IES pertencente a amostra por meio da meta-avaliação, que é um modo de acompanhar e aperfeiçoar o processo de autoavaliação.

### 5.1 SISTEMATIZAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS

A análise dos relatórios de autoavaliação possibilita às universidades conhecerem melhor sua própria realidade e o seu campo de atuação, pois embasam, justificam e norteiam as políticas educacionais. A partir das categorias de análise apresenta-se neste estudo os resultados relativos ao corpo docente, corpo discente e pessoal técnico administrativo, conforme análise dos relatórios de autoavaliação

utilizando o software ATLAS.ti e os padrões de qualidade JCSSE. Sendo assim, depois da classificação das unidades de registro e unidades temáticas, foram criadas as unidades temáticas gerais. Optou-se por dividir em etapas o processo de avaliação institucional.

Iniciou-se a análise de dados com a etapa de pré-codificação. No primeiro ciclo de codificação foi utilizado o método exploratório com a codificação provisória para uma investigação preparatória. Ainda no primeiro ciclo foi necessário utilizar o método elementar com a codificação estrutural, na sequência realizado o mapeamento de códigos com a transição do 1º ciclo para o 2º ciclo de codificação, passando para a codificação de padrões, com base no padrão de qualidade semiestruturado JCSSE para a organização dos dados. Para Saldaña (2013), a codificação é um processo transitório entre a produção dos dados e a análise extensiva desses dados. Por isso, deve ocorrer de forma cíclica na busca do refinamento cada vez maior dos resultados encontrados. Desse modo, cada unidade de categoria traz identificação para a etapa do processo de autoavaliação. As categorias a serem consideradas nesta análise são:

- 1- Preparação do processo de autoavaliação (Unidade de Categoria - U3 - Finalidades Negociadas, Unidade de Categoria - U4 - Valores explícitos, Unidade de Categoria - A2 - Informação Válida e Unidade de Categoria - A6 - Projetos de Som e Análises).
- 2- Execução do processo de autoavaliação institucional (Unidade de Categoria – U2 - Atenção às partes interessadas, Unidade de Categoria – U1 - Credibilidade do Avaliador, Unidade de Categoria – U5 - Informações Relevantes, Unidade de Categoria – A3 - Informações confiáveis).
- 3- Divulgação do processo de autoavaliação institucional (Unidade de Categoria - U6 - Processos e produtos significativos, Unidade de Categoria - U7 - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados, Unidade de Categoria - A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto e Unidade de Categoria - A5 – As avaliações de gerenciamento de informações).

O processo de análise de dados no software ATLAS.ti, ocorreu conforme expresso nas telas no Apêndice VI. Para inserir os relatórios de autoavaliação no projeto, os relatórios foram coletados em formato digital word (.docx) para análise de conteúdo.

Na sequência, realizou-se a criação do projeto de pesquisa e base de dados, primeiramente, observa-se que os documentos não apresentam a mesma estrutura, então foi necessária uma etapa de pré-codificação para identificação das características principais dos relatórios de autoavaliação coletados.

Assim, identifica-se que a universidade UFFS contempla no relatório todos os Eixos conforme a política de avaliação do SINAES (Eixo1: Planejamento e Avaliação Institucional, Eixo 2: Desenvolvimento Institucional, Eixo 3: Políticas Acadêmicas, Eixo 4: Políticas de Gestão e o Eixo 5: Infraestrutura). Já a UNILA possui uma metodologia diferente: um relatório parcial com estrutura de ciclos, apresenta dois Eixos no ano-base 2018 (Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional e Eixo 4: Políticas de Gestão, sendo que os demais Eixos são apresentados em outros relatórios de autoavaliação nos anos correspondentes (2019 e 2020). Assim, os dados ganham uma estruturação conforme expressa Saldaña (2013, p.03)

Um código na investigação qualitativa é na maioria das vezes uma palavra ou frase curta que simbolicamente atribui um sumativa, saliente, essência-captura, e / ou atributo evocativo para uma porção de dados baseados na linguagem ou visuais. Os dados podem consistir em transcrições de entrevistas, notas de campo da observação participante, revistas, documentos, desenhos, artefatos, fotografias, vídeo, sites da Internet, e-mail correspondência, literatura, e assim por diante.

Na etapa seguinte apresenta-se a criação das unidades de registro. Foram marcados no texto dos documentos as unidades de registro (códigos) e unidades de contexto (citação). Os métodos de codificação exploratórios são:

[...] atribuições exploratórias e preliminares de códigos aos dados antes que sistemas de codificação mais refinados sejam desenvolvidos e aplicados. Como a investigação qualitativa é um processo emergente de investigação, esses métodos de codificação usam rótulos provisórios à medida que os dados são inicialmente revisados. Depois de terem sido analisados dessa maneira, os pesquisadores podem prosseguir para métodos de codificação mais específicos de primeiro ciclo ou segundo. (SALDAÑA, 2013, p. 141).

Conforme Saldaña (2013), isso permite a leitura inicial dos dados. Assim foram criados três códigos gerais para o método exploratório e a codificação provisória para uma investigação preparatória: Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional, Eixo 4: Políticas de Gestão e PNE – Meta 13, que embasam as análises na etapa inicial.

### 5.1.1 Constituição das Unidades de Registro

Na sequência, no Quadro 6, apresenta-se uma síntese das unidades de registro identificadas nos trechos recortados dos relatórios de autoavaliação analisados das IES, bem como a redução dessas categorias em unidades temáticas e, por fim, a convergência dessas unidades temáticas em categorias de análise. Nos quadros deste capítulo serão utilizadas as siglas: UR para Unidades de Registro, UT para Unidades Temáticas e U e A para as categorias de análise.

Quadro 6: Organização geral das unidades de registros, unidades temáticas e categorias de análise da UFFS e UNILA

Categorias de Análise (U - Utilidade) e (A - Precisão)	Unidades Temáticas (UT)	Unidades de Registro (UR)
<p><b>U - Utilidade</b> – os padrões de utilidade destinam-se a aumentar o grau em que as partes interessadas no programa consideram os processos e produtos de avaliação valiosos para atender às suas necessidades.</p>	<p><b>U3</b> - Finalidades Negociadas</p>	<p><b>UR1</b> - O processo de avaliação interna foi coordenado pela CPA e contou com o auxílio da Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e Procuradoria Educacional Institucional (PI).</p> <p><b>UR2</b> - Conforme a Lei nº 10.861/2004, a autoavaliação, enquanto avaliação interna, deve contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos, bem como deve ser assegurado o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos e a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.</p>

		<p><b>UR3-</b> Considerando estes aspectos, o processo de autoavaliação na UNILA é conduzido respeitando as peculiaridades e especificidades da Instituição, sua missão e planejamento.</p> <p><b>UR4</b> - Os procedimentos de autoavaliação, em processo permanente de elaboração, possuem dupla e complementar função, a saber: contribuir para a institucionalização de uma cultura de avaliação e desenvolver a avaliação interna em si.</p> <p><b>UR5</b> - Tendo em vista os Eixos e dimensões do SINAES, as autoavaliações planejadas e realizadas em 2018 e início de 2019 abrangeram setores da UNILA, acadêmicos e administrativos, por meio de diferentes instrumentos e procedimentos de autoavaliação.</p>
	<p><b>U4</b> - Valores explícitos</p>	<p><b>UR6</b> - A CPA está implantada e em funcionamento na UFFS, desde 2011, com o objetivo de coordenar, conduzir e articular o processo de Avaliação Institucional da UFFS10, bem como sistematizar e prestar informações para subsidiar as avaliações do INEP/MEC e as políticas da UFFS e sensibilizar a Comunidade Universitária da importância do processo de Autoavaliação Institucional para a melhoria contínua da gestão universitária, do processo de ensino e aprendizagem e da vida universitária.</p> <p><b>UR7</b> - A devolutiva dos resultados da CPA junto aos participantes e a Comunidade Universitária é de vital importância para que as oportunidades de melhoria identificadas possam se tornar realidade e para que os participantes sintam-se motivados a participar, cobrar melhorias, acompanhar as ações realizadas e participar ativamente da implantação e manutenção de uma cultura de melhoria contínua da Instituição.</p>

		<p><b>UR8</b> - A autoavaliação realizada na UNILA é parte do Projeto de Autoavaliação Institucional 2018-2020, dando continuidade as ações planejadas no período anterior (2015-2017), que contempla o momento atual do desenvolvimento avaliativo das dimensões e Eixos do SINAES.</p> <p><b>UR9</b> - Desta forma, na busca por acompanhar o desenvolvimento das ações definidas no PDI, a autoavaliação levará em conta a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal, a organização e gestão da instituição, a infraestrutura física, o planejamento e avaliação, as políticas de atendimento aos estudantes e a sustentabilidade financeira, conforme definido pelo SINAES.</p> <p><b>UR10</b> - Com isso, a autoavaliação, por meio do conhecimento da realidade da Instituição, possibilitará a elaboração de conhecimentos para a transformação social e para avanços científicos e tecnológicos, filosóficos, artísticos e culturais, a fim de alcançar os objetivos e a missão da UNILA decorrentes de sua identidade institucional, bem como de possíveis percalços para o cumprimento dos mesmos.</p> <p><b>UR11</b>- A autoavaliação institucional objetiva produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades da Universidade, identificar as causas dos seus problemas, elevar a consciência pedagógica e a capacidade dos seus profissionais docentes e técnicos, fortalecer as relações de cooperação entre diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com seu entorno, julgar sobre a importância científica e social de suas atividades e prestar contas à sociedade (MEC, 2017a).</p>
--	--	---

	<p><b>U1</b> - Credibilidade do Avaliador</p>	<p><b>UR12</b> - Nesse sentido, a CPA-UNILA mantém registros das revisões dos instrumentos ao passo que forem identificadas necessidades de alteração, viabilizando assim, ao final do processo de reformulação, envolver as partes interessadas na atividade avaliativa, a qual deverá novamente ser validada pela comunidade acadêmica.</p> <p><b>UR13</b> - Parte expressiva dos estudantes reconhece como satisfatórios os mecanismos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional.</p> <p><b>UR14</b> - Há reconhecimento dos gestores a respeito da CPA e de seu impacto no planejamento institucional ao nortear os pontos problemáticos e exitosos da instituição.</p> <p><b>UR15</b> - Nesse sentido, consideramos importante que a instituição apoie e forneça os subsídios necessários para a atuação da Comissão Própria de Avaliação, responsável por coordenar a Autoavaliação institucional.</p> <p><b>UR16</b> - Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las.</p> <p><b>UR17</b> - Todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, além de proporcionar as informações na coleta dos dados, também, na sistematização, e análise desses dados.</p> <p><b>UR18</b> - O número exagerado de comitês e comissões na UFFS faz com que a rotatividade dos membros seja elevada e a participação efetiva, muito baixa.</p>
--	---	---

		<p><b>UR19</b> - destaca-se a baixa participação dos membros, que impossibilitaram a realização de reuniões, por falta de quórum, para a atualização do Regimento Interno da CPA e outras ações previstas, de modo a se ajustar às novas demandas e à realidade multicampi da Instituição.</p> <p><b>UR20</b> - A capacitação dos membros da CPA é uma necessidade contínua. Porém, sua importância nos dias atuais é maior, tendo em vista a alta rotatividade dos membros da CPA, o que em determinadas circunstâncias compromete a continuidade dos trabalhos até então realizados.</p> <p><b>UR21</b> - O número exagerado de comitês e comissões na UFFS faz com que a rotatividade dos membros seja elevada<sup>21</sup> e a participação efetiva, muito baixa.</p> <p><b>UR22</b> - A melhoria dos processos avaliativos passa primeiramente pela sensibilização dos membros da CPA.</p>
	<p><b>U2</b> - Atenção às partes interessadas</p>	<p><b>UR23</b> - Nessa etapa de trabalho, a CPA-UNILA procedeu à elaboração e/ou à revisão dos instrumentos de coleta de informações necessários à autoavaliação institucional, observando a máxima participação possível das comunidades interna e externa. Essa elaboração/revisão dos instrumentos leva em consideração os Eixos avaliativos e as dimensões estabelecidas para cada ano do ciclo avaliativo, sem deixar de observar as especificidades da missão institucional da universidade.</p> <p><b>UR24</b> - No mesmo sentido da avaliação institucional, a avaliação do ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes, nas diversas atividades curriculares, também tem um caráter formativo e possibilitador de construção de conhecimentos para a transformação</p>



		<p>social e para avanços científicos e tecnológicos e, em definitivo, para alcançar os objetivos e a missão da UNILA.</p> <p><b>UR25-</b> Todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, além de proporcionar as informações na coleta dos dados, também, na sistematização, e análise desses dados.</p> <p><b>UR26-</b> Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las</p> <p><b>UR27</b> - Por último, gostaríamos de destacar a importância de se estimular a aproximação da CPA com as diferentes Pró-Reitorias, direções de Institutos e comunidade acadêmica em geral por meio da divulgação dos impactos da autoavaliação no cotidiano da universidade, uma vez que essas melhorias devem ser amplamente divulgadas no interior da instituição.</p> <p><b>UR28-</b> Assume-se a autoavaliação como importante instrumento de caráter formativo e possibilitador do desenvolvimento profissional dos corpos docente e técnico- administrativo, e de todos os membros da instituição, por quanto se constitui em uma prática política, de participação democrática, colocando todos os atores em um processo.</p> <p><b>UR29-</b> Podem ser observadas muitas oportunidades de melhoria dos processos de gestão. Com relação à CPA, não parece estar clara a importância do processo de autoavaliação na Instituição, tendo em vista que somente 1 (um) campus apresenta representação dos quatro segmentos previstos para participar da CPA e que existe um campus</p>
--	--	--

		<p>da UFFS que nunca apresentou sequer um representante para compor a equipe da CPA, ficando fora das discussões mais detalhadas.</p> <p><b>UR30</b> - Pode ser observado que, até o momento, o processo de autoavaliação é tratado como mero instrumento burocrático, tendo sua importância ignorada ou desconhecida na melhoria da vida universitária e no processo de ensino e aprendizagem.</p> <p><b>UR31</b>- Foi apontada a importância de se atrelar a obrigatoriedade do participante (docente, TAES ou estudantes) selecionar “QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO” ou “NÃO QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO”, pois, nesse caso, o participante poderá optar espontaneamente por participar ou não do processo de Autoavaliação Institucional.</p> <p><b>UR32</b>- Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento e mensurar a quantidade de pessoas que ao acessá-lo busca participar efetivamente do processo, ou, então, que se recusa a fazê-lo.</p> <p><b>UR33</b> - Atualmente, percebe-se que a maior parte da Comunidade Universitária sequer abre o link de Autoavaliação Institucional.</p> <p><b>UR34</b> - Podem ser observadas muitas oportunidades de melhoria dos processos de gestão. Com relação à CPA, não parece estar clara a importância do processo de autoavaliação na Instituição, tendo em vista que somente 1 (um) campus apresenta representação dos quatro segmentos previstos para participar da CPA e que existe um campus da UFFS que nunca apresentou sequer um representante para compor a equipe da CPA, ficando fora das discussões mais detalhadas.</p>
--	--	---

		<p><b>UR35-</b> Foi observada uma participação muito baixa, de cerca de 3,8%, nos últimos instrumentos de autoavaliação institucional englobando as diferentes dimensões previstas pelo SINAES, reforçando a ideia que os resultados do processo de autoavaliação não eram devolvidas aos participantes, os quais não se sentiram interessados em participar do preenchimento de um formulário bastante extenso, com mais de 80 (oitenta) questões, sendo algumas dissertativas</p>
		<p><b>UR36</b> - A comunidade acadêmica deverá ser novamente sensibilizada, quanto à importância das ações efetivas da CPA o planejamento e melhoria do convívio e formação universitária, por meio de fóruns de discussão e informativos institucionais.</p>
	<p><b>U5</b> - Informações Relevantes</p>	<p><b>UR37</b> - Os instrumentos podem ser variados e ajustados aos propósitos do processo de autoavaliação, desde que contemplem os aspectos relevantes de cada Eixo avaliado, tais como entrevistas semiestruturadas, questionários com questões fechadas e abertas.</p>
		<p><b>UR38</b> - Também foi considerada a correlação entre instrumento/elemento, ou seja, para cada segmento do universo da pesquisa existe um questionário de avaliação diferenciado e/ou formulário próprio. A aplicação dos instrumentos ocorre em período definido para essa atividade.</p>
		<p><b>UR39</b> - no período de coleta dos dados, todos os usuários desses sistemas (docentes, TAES ou estudantes) ao adentrar nesses espaços seriam abordados por uma mensagem contendo o link para acesso ao questionário de Autoavaliação Institucional. Foi apontada a importância de se atrelar a obrigatoriedade do participante (docente, TAES ou estudantes) selecionar “QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO” ou “NÃO QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO”, pois,</p>

		<p>nesse caso, o participante poderá optar espontaneamente por participar ou não do processo de Autoavaliação Institucional.</p> <p><b>UR40</b> - Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento e mensurar a quantidade de pessoas que ao acessá-lo busca participar efetivamente do processo, ou, então, que se recusa a fazê-lo.</p> <p><b>UR41</b> - pois na análise crítica do relatório completo da CPA, referente ao triênio 2015- 2017, foi constatado que as respostas não sofreram alterações significativas nos últimos anos.</p> <p><b>UR42</b> - A comunidade acadêmica como um todo não percebe ações ou mudanças como resultado do processo de autoavaliação institucional.</p>
	<p><b>U6</b> - Processos e produtos significativos</p>	<p><b>UR43</b> - Outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínteses de informações relevantes impressos em folhetos/panfletos (flyer) para envio por mala direta e para distribuição em seminários, salas de aula, eventos e para a população em geral.</p> <p><b>UR44</b> - Além disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de gestão das unidades acadêmicas e administrativas, a fim de apresentar os resultados da avaliação e fornecer subsídios às ações de planejamento, execução e acompanhamento, visando a melhoria contínua da Instituição.</p> <p><b>UR45</b> - Espera-se que, com esta metodologia e procedimentos, a prática de uma cultura de autoavaliação, enquanto processo permanente, organizado e sistematizado, possa ser fomentada na Instituição, desde o âmbito da avaliação interna da Instituição, dos</p>

		<p> cursos de graduação, do processo de ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes, dos componentes curriculares, bem como servidores que realizam atividades meio à consecução das atividades finalísticas.</p> <p><b>UR46</b> - Os procedimentos de avaliação da UNILA, em processo permanente de construção, têm dupla e complementar função: por um lado, contribuir para institucionalizar uma cultura de avaliação e, por outro, desenvolver a avaliação institucional em si, incluída, nesta última, a do ensino-aprendizagem.</p> <p><b>UR47</b> - Em relação aos processos de autoavaliação e a produção de juízos críticos sobre a UNILA, observamos a partir das respostas dos gestores que a maioria das unidades reconhece a importância do trabalho desenvolvido pela CPA e seu impacto no planejamento institucional.</p> <p><b>UR48</b> - Entre discentes, docentes e TAE's o número de respondentes que considera o processo de autoavaliação institucional satisfatório, entre excelente e suficiente, é superior aos que o consideram insuficiente.</p> <p><b>UR49</b> - Os esforços na construção de uma cultura de avaliação entendida como fruto de um processo contínuo, coletivo e dialogado, não punitivo, apontam resultados significativos.</p> <p><b>UR50</b> - Quanto à parte que cabe à CPA, considera-se que a Comissão está em pleno processo de consolidação e que o feedback obtido trouxe importantes informações que deverão nortear os processos de sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da atuação da CPA, e dos trabalhos por ela executados visando a excelência da Instituição.</p>
--	--	--

		<p><b>UR51</b> - Os resultados desse processo de autoavaliação não refletiram alterações significativas dos aspectos positivos e/ou negativos ao longo dos últimos anos.</p> <p><b>UR52</b> - a) Divulgar os resultados das autoavaliações. Se os participantes da pesquisa não recebem a devolutiva dos resultados, não são estimulados a participar de futuras avaliações;</p> <p><b>UR53</b> - até o momento, o processo de autoavaliação é tratado como mero instrumento burocrático, tendo sua importância ignorada ou desconhecida na melhoria da vida universitária e no processo de ensino e aprendizagem.</p> <p><b>UR54</b> - Esta tímida participação em um processo de grande importância Institucional evidencia a necessidade de fortalecimento do processo de sensibilização Institucional das Atribuições e Importância da CPA.</p> <p><b>UR55</b> - Avaliando-se os resultados apresentados nos relatórios da CPA de 2015 a 2017, verifica-se que grande parte das informações permaneceu inalterada. Somado a isso, observou-se um decréscimo do número já reduzido de participantes dos questionários de autoavaliação institucional.</p> <p><b>UR56</b> - É importante que as atividades e relatórios elaborados pela CPA não sejam mero instrumento burocrático, mas que sejam conhecidos e utilizados pelos diferentes setores e segmentos da UFFS, de modo a obter melhorias perceptíveis, especialmente em aspectos que mereçam maior atenção, com o mínimo recurso econômico e humano necessário.</p>
--	--	--

	<p><b>U7</b> - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados</p>	<p><b>UR57</b> - A devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos Semanais por meio eletrônico, disponibilizada para toda a Comunidade Universitária e Comunidade Externa. Além desses meios, os resultados dos diferentes Instrumentos da Avaliação utilizados pela CPA foram divulgados e discutidos em Fóruns de Cursos, Assembleias e Reuniões Docentes.</p> <p><b>UR58</b> - Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos.</p> <p><b>UR59</b> - Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um diálogo buscando uma uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público.</p> <p><b>UR60</b> - Após o envio dos relatórios das respostas dos processos de autoavaliação, foi solicitado aos setores interessados um relato das ações para a melhoria dos aspectos identificados, para inserção no relatório da CPA e futuro acompanhamento da efetividade das ações.</p> <p><b>UR61</b>- Das ações que cabem à CPA, os resultados das pesquisas serão encaminhados de forma a assegurar o sigilo individual das informações, a todos os participantes, na forma de relatórios específicos e a inclusão destes dados nos relatórios da CPA, que deverão ser divulgados de forma mais ampla e eficiente.</p>
--	---	--

		<p><b>UR62</b> - Além de atender a esse procedimento obrigatório, os dados gerados pelo processo de autoavaliação institucional, de acordo com os Eixos estabelecidos para cada ano, serão publicados para as comunidades interna e externa, pontuando-se os avanços, as potencialidades e as fragilidades verificadas, com vistas à elaboração e à implementação de melhorias.</p> <p><b>UR63</b> - Isso porque, o resultado dessas análises, segundo a Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, devem constar em relatório de autoavaliação institucional, a ser postado no prazo de 1º de janeiro a 31 de março de cada ano, em versão parcial ou integral, e será mantido no cadastro em Sistema e-MEC, junto ao registro da instituição, em campo próprio.</p> <p><b>UR64</b> - Após a aplicação dos questionários, o sistema gera relatórios com os resultados e traz os comentários e observações registradas nas questões abertas. Para as análises estatísticas, as informações são tabuladas com o auxílio de softwares estatísticos.</p> <p><b>UR65</b> - Os questionários utilizam como possibilidade de resposta a escala Likert que tem por variação de 0-7, sendo: 0. Não sei ou não posso responder; 1. Totalmente insatisfeito; 2. Bastante insatisfeito; 3. Possivelmente insatisfeito; 4. Nem satisfeito, nem insatisfeito; 5. Satisfeito; 6. Bastante satisfeito; 7. Totalmente satisfeito.</p> <p><b>UR66</b> - O resultado do relatório de autoavaliação institucional, de acordo com os Eixos estabelecidos para cada ano, pontuando-se os avanços, as potencialidades e as fragilidades da instituição, além da divulgação em todas as mídias possíveis, serão encaminhados às unidades acadêmicas e administrativas para conhecimento, discussão e elaboração de um plano de ação de melhorias, contendo a relação</p>
--	--	--



		<p>de atividades consideradas prioritárias, bem como aquelas necessárias para a melhoria contínua e busca da excelência.</p> <p><b>UR67</b> - Outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínteses de informações relevantes impressos em folhetos/panfletos (flyer) para envio por mala direta e para distribuição em seminários, salas de aula, eventos e para a população em geral.</p> <p><b>UR68</b> - Além disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de gestão das unidades acadêmicas e administrativas, a fim de apresentar os resultados da avaliação e fornecer subsídios às ações de planejamento, execução e acompanhamento, visando a melhoria contínua da Instituição.</p> <p><b>UR69</b> - Este processo implica uma permanente devolução e, portanto, circulação das informações a todos os membros da universidade.</p> <p><b>UR70</b> - partir dos dados do gráfico abaixo pode-se depreender que parte da comunidade acadêmica teve acesso aos resultados divulgados pela CPA, uma vez que avalia de forma satisfatória a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional.</p> <p><b>UR71</b>- O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três segmentos da comunidade acadêmica, bem como a divulgação dos resultados desse processo.</p> <p><b>UR72</b> - Outro ponto que consideramos relevante relaciona-se ao fomento de um debate sobre metodologias e protocolos de análise dos resultados da autoavaliação institucional no sentido de permitir que o processo culmine na construção de planos de melhorias por meio de ações concretas, contínuas e cotidianas.</p>
--	--	---

		<b>UR73</b> - Como resultado, a CPA deverá encaminhar aos responsáveis e à Reitoria, os resultados levantados, solicitando a elaboração de um Plano de Melhorias que deverá ser acompanhado, de forma a verificar a evolução da instituição nestas dimensões em avaliações futuras.
<b>A1 - Precisão</b> - Os padrões de precisão destinam-se a aumentar a confiabilidade e a veracidade das representações, proposições e descobertas de avaliação, especialmente aquelas que apoiam interpretações e julgamentos sobre qualidade.	<b>A2</b> – Informação Válida	<p><b>UR74</b> - Para tanto, utiliza-se de diferentes instrumentos e informações, pautando-se em metodologia que respeite os princípios supracitados indicados na Lei do SINAES, os quais expressam a necessidade de contemplar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representação da comunidade externa, a transparência de suas atividades, assegurando a publicidade dos procedimentos realizados, a globalidade de resultados a fim de compor uma visão de conjunto da Instituição e a incorporação de diferentes dimensões.</p> <p><b>UR75</b> - A análise do conjunto destes Eixos e dimensões, ao longo do período trienal em andamento, permitirá estabelecer coerência, continuidade entre as informações apresentadas e uma autoavaliação integral, facilitando, inclusive, a elaboração dos relatórios de autoavaliação.</p> <p><b>UR76</b> - Segundo o SINAES, a autoavaliação possui como uma de suas etapas essenciais a sensibilização da comunidade em relação à importância de sua participação no processo avaliativo. Com esse objetivo, a CPA-UNILA fez uso de todos os canais de comunicação disponíveis na universidade, e de encontros com diferentes segmentos.</p> <p><b>UR77</b> - Para incentivar a participação da comunidade externa, a CPA, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e com a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais, desenvolveu material de divulgação de seus trabalhos e da importância da</p>

		<p>participação da comunidade Latino-americana e caribenha nesse processo avaliativo, tendo em vista a missão e o público-alvo da UNILA (ANEXOS B e G).</p> <p><b>UR78</b> - O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três segmentos da comunidade acadêmica, bem como a divulgação dos resultados desse processo.</p> <p><b>UR79</b> - A participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional tem reduzido a valores onde se questionam até mesmo a validade dos resultados obtidos.</p> <p><b>UR80</b> - Falha no retorno das informações por parte da CPA ou da Instituição, aos participantes das pesquisas;</p> <p><b>UR81</b> - Não atendimento às expectativas de melhorias das ações apresentadas como urgentes ou prioritárias pelos participantes das pesquisas.</p>
	<p><b>A6</b> - Projetos de Som e Análises</p>	<p><b>UR82</b> - A Autoavaliação da Instituição, de forma geral, englobando as dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)<sup>11</sup>, foi realizada utilizando o sistema da UFFS, onde o aluno, técnico ou docente preencheram os formulários eletrônicos, acessados por meio de login e senha.</p> <p><b>UR83</b> - CPA tem como meta a sensibilização e participação da comunidade universitária nas diferentes etapas do processo de avaliação institucional: elaboração e/ou atualização dos instrumentos de avaliação, participação para coleta de dados confiáveis, avaliação crítica dos resultados dos relatórios e elaboração de planos de ação para a melhoria dos aspectos identificados.</p>

		<p><b>UR84</b> - Vale explicitar, nesse processo, que a autoavaliação é entendida como acompanhamento crítico da realidade institucional a fim de orientar, teórica, metodológica, política e pedagogicamente, os caminhos, as condições e as formas que conduzam ao alcance dos objetivos e metas da missão da UNILA.</p>
		<p><b>UR85</b> - A autoavaliação é considerada, portanto, em nível macro e micro, ou seja, enquanto parte de um sistema nacional de avaliação, vigente no Brasil, e como parte de um projeto de avaliação interno da Instituição, da CPA na UNILA.</p>
		<p><b>UR86</b> - Institucionalmente, no âmbito do ensino de graduação, a autoavaliação pode ser prevista, ainda, nos planos de ensino dos componentes curriculares pelos docentes responsáveis, como parte do processo de ensino-aprendizagem enquanto instrumento de avaliação (formativa) da aprendizagem e de recuperação de ensino, conforme previsto nas normas de graduação (UNILA, 2018).</p>
	<p><b>A3</b> - Informações confiáveis</p>	<p><b>UR87</b> - Das ações que cabem à CPA, os resultados das pesquisas serão encaminhados de forma a assegurar o sigilo individual das informações, a todos os participantes, na forma de relatórios específicos e a inclusão destes dados nos relatórios da CPA, que deverão ser divulgados de forma mais ampla e eficiente.</p>
		<p><b>UR88</b> - A participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pessoais no sistema de preenchimento dos questionários são preservadas a identificação dos respondentes, garantindo o anonimato e o sigilo, além da fidedignidade das respostas, motivo pelo qual, a amostragem é considerada não probabilística.</p>

		<p><b>UR89</b> - Espera-se que, com esta metodologia e procedimentos, a prática de uma cultura de autoavaliação, enquanto processo permanente, organizado e sistematizado, possa ser fomentada na Instituição, desde o âmbito da avaliação interna da Instituição, dos cursos de graduação, do processo de ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes, dos componentes curriculares, bem como servidores que realizam atividades meio à consecução das atividades finalísticas.</p>
		<p><b>UR90</b> - A avaliação é entendida como acompanhamento crítico reflexivo do cotidiano institucional para orientar, teórica, metodológica, política, organizativa e pedagogicamente, os caminhos, as condições e os modos que levem a alcançar os objetivos e metas pautados na missão da universidade a curto, médio e longo prazo. Neste entendimento, a avaliação contínua é indispensável para gestão e planejamento institucional da UNILA.</p>
		<p><b>UR91-</b> Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las.</p>
		<p><b>UR92</b> - A comunidade acadêmica reconhece como satisfatórios os mecanismos de participação na definição do planejamento da UNILA.</p>
	<p><b>A4</b> – Precisão - Programa Explícito Descrições de Contexto</p>	<p><b>UR93</b> - Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos.</p>
		<p><b>UR94</b> - Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um</p>

		<p>diálogo buscando uma uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público.</p> <p><b>UR95</b> - Na UFFS, as ações concernentes ao planejamento e a avaliação institucional são realizadas por meio de quatro entes legalmente constituídos, a saber: • Pró-Reitoria de Planejamento; • Diretoria de Planejamento; • Divisão de Avaliação e Estatística; • Comissão Própria de Avaliação (CPA).</p> <p><b>UR96</b> - A participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pessoais no sistema de preenchimento dos questionários são preservadas a identificação dos respondentes, garantindo o anonimato e o sigilo, além da fidedignidade das respostas, motivo pelo qual, a amostragem é considerada não probabilística.</p> <p><b>UR97</b> - Todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail institucional e ao acessar os sistemas, com explicações sobre a autoavaliação em andamento, acessível via internet, na Instituição ou externamente, por computadores e celulares.</p> <p><b>UR98</b> - Os planejamentos oficiais da instituição estão incorporados de forma integrada nos trabalhos desenvolvidos em cada unidade gestora.</p>
	<p><b>A5</b> - As avaliações de gerenciamento de informações</p>	<p><b>UR99</b> - A Autoavaliação da Instituição, de forma geral, englobando as dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)<sup>11</sup>, foi realizada utilizando o sistema da UFFS, onde o aluno, técnico ou docente preencheram os formulários eletrônicos, acessados por meio de login e senha.</p>

	<p><b>UR100</b> - é necessário que a qualificação dos estudantes, dos técnicos e dos docentes estejam alinhados às demandas e expectativas regionais, nacionais e mundiais, de modo a evitar que a Instituição se feche em suas demandas internas, esquecendo-se de suas obrigações para com a sociedade.</p>
	<p><b>UR101</b> - A devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos Semanais por meio eletrônico, disponibilizada para toda a Comunidade Universitária e Comunidade Externa. Além desses meios, os resultados dos diferentes Instrumentos da Avaliação utilizados pela CPA foram divulgados e discutidos em Fóruns de Cursos, Assembleias e Reuniões Docentes.</p>
	<p><b>UR102</b> - Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos.</p>
	<p><b>UR103</b> - Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um diálogo buscando uma uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público.</p>
	<p><b>UR104</b> - Foram utilizadas duas ferramentas distintas para diferentes abordagens da autoavaliação institucional.</p>
	<p><b>UR105</b> - No caso da aplicação de instrumentos de coleta de dados para a autoavaliação institucional, cabe à CPA-UNILA, em articulação com as unidades administrativas e acadêmicas (ANEXOS C, D, E e</p>

		<p>F), promover a estruturação e criação de mecanismos específicos, presencial ou on-line, para viabilizá-la, priorizando o alcance das metas estabelecidas no PDI e as percepções e sugestões de melhorias advindas de docentes, de discentes, de técnicos administrativos, de egressos e da comunidade externa.</p> <p><b>UR106</b> - Os dados coletados são organizados e tabulados, agrupando-os conforme critérios estabelecidos pela CPA, com apoio técnico de profissional da área de estatística. A CPA analisa a consistência obtida e, se houver necessidade, são realizadas ações complementares para o preenchimento de eventuais lacunas.</p> <p><b>UR107</b> - De posse de informações consideradas suficientes, ocorre a organização e análise dos dados, procurando avaliar em que medida se encontra coerência entre as atividades desenvolvidas pela universidade e as políticas institucionais estabelecidas no PDI, de acordo com a percepção das comunidades interna e externa. Isto é, os dados coletados serão a base para a elaboração de relatórios, a fim de disseminar o conhecimento.</p> <p><b>UR108</b> - O desenvolvimento das autoavaliações ocorre com auxílio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para a aplicação de questionários junto a docentes e discentes, e do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), no caso do formulário com roteiro de informações e questionário direcionado aos TAES</p> <p><b>UR109</b> - Ambos ocorrem de forma on-line, o que possibilita rapidez na obtenção de informações, abrangência maior de pessoas em curto espaço de tempo. A avaliação das dimensões 5, 8 e 10 ocorreu no período de 20 a 23/03/2019.</p>
--	--	--



		<p><b>UR110</b> - Todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail institucional e ao acessar os sistemas, com explicações sobre a autoavaliação em andamento, acessível via internet, na Instituição ou externamente, por computadores e celulares.</p> <p><b>UR111</b> - Os questionários utilizam como possibilidade de resposta a escala Likert que tem por variação de 0-7, sendo: 0. Não sei ou não posso responder; 1. Totalmente insatisfeito; 2. Bastante insatisfeito; 3. Possivelmente insatisfeito; 4. Nem satisfeito, nem insatisfeito; 5. Satisfeito; 6. Bastante satisfeito; 7. Totalmente satisfeito.</p>
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, ATLAS.ti, 2020.

Apresenta-se no Quadro 6, as unidades de registros, unidades temáticas e categorias de análise da UFFS e UNILA que têm o intuito de analisar o tratamento dos dados e conceitos que norteiam a pesquisa. Por isso, essas categorias serão verificadas com os padrões de qualidade de avaliação JCSSE que são um conjunto de atributos e indicadores de padrões de utilidade e precisão.

Percebe-se que a categoria de análise **utilidade** (U) apresenta 07 unidades temáticas e a categoria de análise **precisão** (A) conta com 05 unidades temáticas, no total são 111 unidades de registro encontradas, que se relacionam com as categorias e unidades temáticas, sendo 73 unidades de registro para a categoria utilidade e 38 unidades de registro para a categoria precisão.

Observa-se ainda, que a análise dos relatórios de autoavaliação institucional das IES conduz para a resposta da problemática de pesquisa que é: Como a meta-avaliação envolvendo mais de uma universidade pode contribuir para a qualificação da Educação na América do Sul?

Portanto, verifica-se que as categorias de análise de conteúdo evidenciadas nos relatórios de autoavaliação institucional atendem ao objetivo de meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul. Na próxima seção discute-se cada uma das categorias de análise sob a perspectiva do referencial teórico da pesquisa.

## 5.2 PRIMEIRO CICLO DE CODIFICAÇÃO: MÉTODO EXPLORATÓRIO E CODIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Neste momento foi utilizado o método exploratório com a codificação provisória que inicia com alguns códigos gerais com base na investigação preparatória cujos dados podem aparecer antes de serem analisados pelo pesquisador. Dessa forma, foram selecionados os fragmentos nos relatórios que expressam planejamento e avaliação institucional, políticas de gestão, políticas educacionais que implicam diretamente na avaliação institucional no software ATLAS.ti.

A associação dos códigos gerais referentes à codificação provisória pode ser observada nos códigos gerais: código Eixo 1: Planejamento e avaliação, código Eixo 4 de Políticas de Gestão e código geral PNE Meta 13.

O código geral Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional, vários trechos apresentam uma reflexão sobre a importância científica, social e a qualidade no Ensino Superior nas IES. O planejamento estratégico das IES é fundamental para a efetivação das ações e estratégias de acompanhamento nos processos de desenvolvimento da CPA, docentes, discentes, corpo administrativo e comunidade externa. No contexto dos relatórios de autoavaliação institucional analisados na UNILA, o Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional, leva em conta a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior (SINAES). A UNILA aponta que desenvolve relatórios semestrais com participação da comunidade e entende a avaliação como contínua e formativa. Assim, o Eixo 1 objetiva planejar as ações definidas no PDI e utiliza a autoavaliação com um instrumento aplicado a todos os membros da comunidade interna, é uma prática política e tem caráter formativo e autoconsciência da instituição, neste sentido, pretende-se alcançar os objetivos e missão da IES. Conforme o relatório de autoavaliação da UNILA:

A avaliação é entendida como acompanhamento crítico reflexivo do cotidiano institucional para orientar, teórica, metodológica, política, organizativa e pedagogicamente, os caminhos, as condições e os modos que levem a alcançar os objetivos e metas pautados na missão da universidade a curto, médio e longo prazo. Neste entendimento, a avaliação contínua é indispensável para gestão e planejamento institucional da UNILA. (Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional - UNILA, 2018, p. 42).

Observa-se na UNILA uma cultura de avaliação organizada e preocupada quanto ao seu impacto na IES. Entre as potencialidades identificadas, verifica-se: os gestores incorporam os planejamentos nos trabalhos desenvolvidos em cada unidade gestora da IES; a comunidade acadêmica reconhece como excelente para suficiente os mecanismos para planejamento e avaliação institucional; os gestores reconhecem e respeitam a CPA sobre o planejamento dos pontos problemáticos da IES; o processo de autoavaliação é considerado pela comunidade acadêmica como satisfatório.

Verifica-se na UFFS que também tem sua recente trajetória no cenário nacional da educação superior abrangendo a Fronteira do Mersosul, no Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional que é formado pela Pró-Reitoria, Diretoria de Planejamento, Divisão de Avaliação e Estatística e a CPA. Considera a Lei nº 10.861, de 14 de abril

de 2004, que instituiu o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior (SINAES). A UFFS, apresenta dificuldade com:

[...] relação à implantação da cultura de autoavaliação institucional, foi observada a necessidade de uma sensibilização da comunidade acadêmica e externa, que deve ser realizada após uma capacitação interna dos membros da CPA da UFFS. Estas medidas são necessárias em face à diminuição da já baixa participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional. (Relatório Autoavaliação Institucional UFFS, 2018, p. 64).

Em síntese, as evidências demonstram a necessidade de sensibilização da comunidade universitária e regional quanto à importância da avaliação na IES. No diagnóstico, planejamento de ações para formação e convívio, a comunidade universitária apresenta pouca participação nas pesquisas prejudicando a qualidade e os resultados. Percebe-se ainda que a UFFS não possui uma cultura avaliativa, falta capacitações dos membros locais e gerais da CPA. Além disso há alta rotatividade dos membros da CPA comprometendo a continuidade das atividades e as novas demandas da IES.

Destaca-se nesse contexto que o Eixo 1: Planejamento e Avaliação, nas duas IES apresenta ações para atender seus objetivos, alocação de recursos humanos e financeiros, formulação de políticas educacionais para atender suas prioridades e o aperfeiçoamento da autoavaliação, de modo, que seja entendida como processo de autocrítica e autoconhecimento. Nesse sentido os códigos gerais, contribuem para uma visão geral na problemática de pesquisa: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades Fronteira na América do Sul?

O código geral Eixo 4: Políticas de Gestão, é um Eixo em comum nos relatórios de autoavaliação das IES que apresenta as principais políticas de pessoal que regem as ações e promovem a mudança organizacional, programas de saúde, formação continuada, plano de carreira docente e corpo técnico administrativo, qualidade de vida e relações no trabalho.

No entanto, as políticas de gestão são essenciais para a simplificação de processos, transparência, segurança, confiança nos diferentes espaços das IES e principalmente com a missão universitária. De acordo Lordêlo (2009) e Dazzani

(2009), ao discutir a trajetória da avaliação é fundamental considerar a complexidade do sistema de educação superior e dos procedimentos formais que envolvem a avaliação.

O cenário do Eixo 4: Políticas de Gestão na UNILA, indica o foco de suas políticas: as pessoas. Acredita que são os agentes transformadores para o desenvolvimento profissional e pessoal contribuindo para a missão da IES. Alguns pontos positivos identificados na gestão: plano de carreira, plano anual de capacitação e promoção da saúde e qualidade de vida. Ainda nas políticas de gestão avaliam também as políticas de sustentabilidade financeira, que utiliza os recursos financeiros para cumprimento das metas e prioridades da IES.

Ao comparar com o Eixo 4: Políticas de Gestão da UFFS, observa-se que os servidores estão vinculados conforme a Lei 8.112/1990, que estipula o regime jurídico, possibilita auxílios como alimentação, transporte, licenças legais, capacitações. A UFFS conta com servidores terceirizados por meio de processo licitatório. Nesse sentido, verifica-se que a IES tem capacidade de sustentabilidade financeira e de promover ações com parcerias locais, regionais e nacionais, por meio de recursos existentes para compartilhamento em atividades de pesquisa e extensão para serviços destinados a comunidade externa.

Desse modo, as IES têm desafios quanto a algumas tendências assumidas pelo ensino superior na medida que a demanda por habilidades e conhecimentos expandem na competitividade econômica, os Eixos 1 e 4 identificam que as IES estão preocupadas em assegurar a qualidade. Sobre isso, Libâneo (2011), aborda que a avaliação é requisito para a melhoria das condições que afetam diretamente a qualidade de ensino.

O código geral PNE Meta 13, ao realizar a codificação e vincular algumas citações no relatório de autoavaliação das IES, identifica pontos positivos que favorecem a elevação da qualidade da educação superior, pois em vários trechos os relatórios apresentam estratégias que foram efetivadas para ampliar a qualificação dos docentes. Dessa forma, também contribuem para o processo educativo o grau de comprometimento e a dedicação exclusiva nas IES para assegurar a qualidade. Quanto ao PNE, a Meta 13 na UNILA traz como ponto positivo a destacar, pois é alto

o grau de compromisso dos servidores. Com relação à qualificação do corpo de servidores da instituição, são desenvolvidas várias ações para atender a meta.

Conforme dados identificados no relatório de autoavaliação ano-base 2018, a PROGEPE declarou que a formação do quadro de pessoal TAE, assim como de docentes, possibilita o desenvolvimento da missão institucional com qualidade, sendo comprovado pelo alto grau de qualificação onde 64,31% do quadro de docentes possui título de doutor, 17,98% o título de mestre e 3,27% o de especialista. Já com relação aos TAEs, 9,60% possuem o ensino médio completo, 21,66% possuem graduação, 45,95% possuem especialização, 18,64% possuem mestrado e 1,13% possuem doutorado.

Destaca-se que para atender ao PNE a Meta 13 na UFFS, o perfil dos docentes efetivos por titulação aumentou o número de 61% para 69%, também se verifica que a dedicação exclusiva é de 82% e cerca de 8,5% com licença de capacitação para realização de doutorado, conforme dados do relatório de autoavalição institucional ano base 2018.

Conforme Saviani (2009), quanto a meta 13, no atual PNE, analisando nos relatórios de autoavaliação das IES, verifica-se a continuidade das políticas educacionais. A meta tem como um dos objetivos manter o compromisso com a qualidade no ensino superior por meio da exigência cada vez maior da qualificação do corpo docente em uma economia global, competitiva e orientada pelo conhecimento. Assim, as IES atendem com várias ações para elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior.

### **5.2.1 Primeiro ciclo de codificação: método elementar e codificação estrutural**

Na sequência da criação dos códigos gerais, foram criados os demais códigos no ATLAS.ti para atender aos padrões de qualidade, utilidade e precisão do JCSEE. Utiliza-se o método elementar com a codificação estrutural, que são padrões semiestruturados de coleta de dados que o pesquisador escolhe aplicar.

O padrão de qualidade escolhido foi o JCSEE apresenta uma lista de indicadores para investigar as categorias nos documentos da pesquisa. Os códigos referem-se aos padrões de qualidade JCSEE e estão organizados no software ATLAS.ti, com a

mesma estrutura. Segue o Quadro 7, com a sistematização dos códigos gerados no 1º ciclo de codificação, conforme Saldaña (2013).

Quadro 7: Sistematização dos códigos gerados no 1º ciclo de codificação

<b>Códigos</b>	<b>Quantidade de segmentos</b>	<b>Pergunta Norteadora</b>	<b>Intenção do Código</b>
Finalidades Negociadas U3 – Utilidade	6	Quais são os propósitos da avaliação identificados e negociados continuamente com base nas necessidades das partes interessadas?	Saber se os propósitos de avaliação são identificados e negociados continuamente com base nas necessidades das partes interessadas.
Valores explícitos U4 – Utilidade	5	Quais são os valores culturais no processo de autoavaliação institucional?	As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam propósitos, processos e julgamentos.
Informação Válida A2– Precisão	8	As informações geradas nos relatórios de autoavaliação são validas?	A informação de avaliação deve servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas.
Projetos de Som e Análises A6 - Precisão	5	As avaliações resultam em projetos e análises?	As avaliações devem empregar projetos e análises tecnicamente adequados que sejam apropriados para os propósitos de avaliação.
Atenção às partes interessadas U2 – Utilidade	14	As avaliações atendem as partes interessadas?	As avaliações devem dedicar atenção aos indivíduos e grupos afetados por sua avaliação.

Credibilidade do Avaliador U1 – Utilidade	11	Qual a credibilidade do avaliador?	As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto de avaliação.
Informações Relevantes U5 – Utilidade	4	As informações são úteis para as partes interessadas?	Saber se as informações são úteis para as partes interessadas.
Informações confiáveis A3 - Precisão	7	Os resultados da autoavaliação fornecem informações confiáveis?	Os resultados da autoavaliação fornecem informações confiáveis.
Processos e produtos significativos U6 – Utilidade	14	As avaliações fazem a comunidade acadêmica refletir quanto os entendimentos e comportamentos dos resultados?	As avaliações devem construir atividades, descrições e julgamentos de forma a encorajar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.
Comunicação e relatórios oportunos e apropriados U7 – Utilidade	16	As avaliações atendem às necessidades da comunidade acadêmica?	As avaliações devem atender às necessidades contínuas de informação de seus múltiplos públicos.
Programa Explícito Descrições de Contexto A4 – Precisão	7	As IES documentam seus programas para fins de avaliação?	As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo apropriados para fins de avaliação.
As avaliações de gerenciamento de	13	As IES utilizam métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e	Devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e



informações A5 – Precisão		armazenamento de informações?	armazenamento de informações.
------------------------------	--	----------------------------------	----------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No Quadro 7, apresenta-se a sistematização dos códigos em relação ao 1º ciclo de codificação, sendo que o 1º código verifica as finalidades negociadas quanto a utilidade da avaliação nas IES. A intenção desse código é saber se os propósitos de avaliação são identificados e negociados continuamente com base nas necessidades das partes interessadas. Foram encontrados 6 (seis) segmentos de dados nos relatórios de autoavaliação, para responder à pergunta corresponde ao código: Quais são os propósitos da avaliação identificados e negociados continuamente com base nas necessidades das partes interessadas?

O 2º código corresponde aos valores explícitos quanto à utilidade da avaliação nas IES. A intenção deste código é saber se as avaliações esclarecem e especificam os valores individuais e culturais que sustentam os propósitos, processos e julgamentos, contém 5 (cinco) segmentos de dados para atender a pergunta: Quais são os valores culturais no processo de autoavaliação institucional?

O 3º código que se volta para a informação válida nas avaliações quanto à precisão, sendo assim, a intenção é verificar se as informações da avaliação devem servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas, neste código contém 8 (oito) segmentos de dados para responder à pergunta: As informações geradas nos relatórios de autoavaliação são validas?

O 4º código volta-se para ver projetos de som e análises quanto a precisão da avaliação. Apresenta-se 5 (cinco) segmentos, para saber se as avaliações devem empregar projetos e análises tecnicamente adequados que sejam apropriados para os propósitos de avaliação. Para essa verificação foi criada a pergunta que corresponde ao código: As avaliações resultam em projetos e análises?

O 5º código que trata sobre a atenção às partes interessadas quanto a utilidade da avaliação, identifica-se 14 (quatorze) segmentos para sinalizar se as avaliações devem dedicar atenção aos indivíduos e grupos afetados por sua avaliação. A pergunta é: As avaliações atendem as partes interessadas?

O 6º código trata da credibilidade do avaliador para atender à utilidade da avaliação, traz 11 (onze) segmentos de dados para a intenção de saber se as avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto de avaliação. Para responder a pergunta: Qual a credibilidade do avaliador?

O 7º código trata de verificar se as informações são relevantes quanto a utilidade da avaliação que se apresenta em 4 (quatro) segmentos de dados para saber se as informações são úteis para as partes interessadas. A pergunta é: Quais são as informações úteis para as partes interessadas.

O 8º código verifica se as informações são confiáveis na precisão da avaliação, que tem 7 (sete) segmentos de dados com a intenção de saber se os resultados da autoavaliação fornecem informações confiáveis, por isso tem a pergunta: Os resultados da autoavaliação fornecem informações confiáveis?

O 9º código trata dos processos e produtos significativos na utilidade da avaliação, quantidade de segmentos encontrados foram 14 (quatorze), segmentos de dados, com a intenção de saber se as avaliações devem construir atividades, descrições e julgamentos de forma a encorajar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.

O 10º código volta-se para verificar se a comunicação e relatórios oportunos e apropriados na utilidade da avaliação, a quantidade de segmentos 16 (dezesesseis), segmentos de dados, sua intenção de código buscar saber se as avaliações devem atender às necessidades contínuas de informação de seus múltiplos públicos. Com a pergunta de pesquisa: As avaliações atendem aos nessidades da comunidade acadêmica?

O 11º código trata sobre programa explícito descrições de contexto quanto a precisão, apresenta-se com 7 (sete) segmentos de dados, com a intenção de analisar se as avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo apropriados para fins de avaliação. Com a pergunta: As IES documentam seus programas para fins de avaliação?

O 12º código que trata sobre as avaliações de gerenciamento de informações na precisão da avaliação, identifica 13 (treze) segmentos de dados, com a intenção de saber se as avaliações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão,

verificação e armazenamento de informações. A pergunta do código: As IES utilizam métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações. Neste sentido, com base em todas as perguntas e intenções para cada código, foi analisado os segmentos de cada IES para a verificação do grau atendimento aos critérios do padrão de qualidade de avaliação JCSEE, para responder a problemática de pesquisa: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira na América do Sul?

Na sequência apresenta-se os códigos gerados no primeiro ciclo de codificação do *software ATLAS.ti*, método elementar e codificação estrutural, juntamente com o número de segmentos atrelados a cada um deles. Conforme a distribuição das categorias de critério de utilidade e precisão do JCSEE obtidas no ATLAS.ti, a codificação está dividida em três etapas: preparação, execução e divulgação do processo de autoavaliação.

Os códigos são padrões semiestruturados, escolhidos para verificação do grau de atendimento ao padrão de qualidade que são:

- U3 - Finalidades Negociadas,
- U4 - Valores explícitos,
- A2 - Informação Válida,
- A6 - Projetos de Som e Análise,
- U2 - Atenção às partes interessadas: as avaliações,
- U1 - Credibilidade do Avaliador,
- U5 - Informações Relevantes,
- A3 - Informações confiáveis,
- U6 - Processos e produtos significativos,
- U7 - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados,
- A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto,
- A5 – As avaliações de gerenciamento de informações.

Para cada código criado foi estabelecida uma pergunta norteadora e intenção do código. Assim, os códigos atendem aos dois documentos da pesquisa

simultaneamente. Também realizou-se a criação de memos para o registro das análises e indicadores para auxiliar no processo de codificação das categorias utilidade e precisão sobre o grau de atendimento JCSEE. As memos podem ser utilizadas em todos os componentes no software ATLAS.ti versão 8 pelo pesquisador no (projeto inteiro, documentos, grupos, citações, códigos, redes e links). Neste caso, está vinculado aos códigos para o texto ser observado durante a análise.

Na pesquisa, proporcionou auxílio na verificação de cada conceito dos critérios dos padrões de avaliação JCSEE, para analisar a intenção e a pergunta norteadora de cada código para cada IES. Sendo assim, as memos contribuem para facilitar na análise de conteúdo a busca das anotações principais do pesquisador sobre pontos importantes destacados nos documentos e os conceitos utilizados.

Os comentários facilitam a leitura do texto detalhado sobre o conceito do código correspondente, no caso conforme o padrão de avaliação JCSEE, que facilitam a identificação do grau de atendimento das avaliações nas categorias de utilidade e precisão, sem a necessidade de utilizar outras anotações manuais ou em outro software de edição de texto.

Na sequência, apresenta-se a criação dos grupos de códigos, também chamados de família, que facilitam a organização dos códigos de acordo com as características das apresentadas nas categorias do JCSEE. Observa-se os grupos de códigos gerados a partir do ciclo de transição no *software ATLAS.ti*. Para facilitar na reorganização da codificação, eles trazem os códigos separados por etapa do processo de autoavaliação.

Sendo assim, como se pode observar, cada grupo tem seus códigos específicos, conforme os critérios categoriais de utilidade e precisão do padrão de qualidade do JCSEE, também foi possível organizar os grupos gerais: Eixos institucionais e PNE – Meta 13.

Esse formato de grupos facilita a organização dos dados para a análise de conteúdo e resultados da pesquisa com a utilização do software ALTAS.ti. Os grupos de códigos estão organizados:

- **Grupo de código 1º etapa – processo de autoavaliação – preparação:** o grupo de código 1ª etapa - processo de autoavaliação - preparação, os códigos

foram agrupados e correspondem aos critérios de utilidade e precisão do JCSSE, que no grupo aparece na coluna com o valor 8 (oito), porque o código está duplicado para atender as IES. São eles: finalidades negociadas, valores explícitos, informação válida e projetos de som e análises, eles aparecem com duplicidade para a etapa, conforme o quadro à direita com o título Grupos de Códigos para identificar o grau de atendimento da UFFS e da UNILA, quanto a resposta de “Atendido” e “Não Atendido”.

- **Grupo de código 2ª etapa – processo de autoavaliação – execução:** o grupo de código 2ª etapa - processo de autoavaliação - execução, os códigos agrupados correspondem aos critérios categoriais de utilidade e precisão do JCSSE. No grupo aparece oito códigos vinculados, que são: atenção às partes interessadas, credibilidade do avaliador, informações relevantes e informações confiáveis. Os códigos aparecem com duplicidade para a etapa, conforme o quadro à direita com o título Grupos de Códigos para identificar o grau de atendimento da UFFS e da UNILA, quanto a resposta de “Atendido” e “Não Atendido”.
- **Grupo de código 3ª etapa – processo de autoavaliação – divulgação:** o grupo de código 3ª etapa - processo de autoavaliação - divulgação, os códigos agrupados correspondem aos critérios categoriais de utilidade e precisão do JCSSE. No grupo aparece oito códigos vinculados: processos e produtos significativos, comunicação e relatórios oportunos e apropriados, programa explícito descrições de contexto e as avaliações de gerenciamento de informações, conforme o quadro a direita com o título códigos agrupados. Os códigos aparecem com duplicidade para a etapa, conforme o quadro à direita com o título Grupos de Códigos para identificar o grau de atendimento da UFFS e da UNILA, quanto a resposta de “Atendido” e “Não Atendido”.

Neste sentido, a investigação proposta da pesquisa é meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional por isso a necessidade de organização em grupos de códigos para facilitar encontrar as respostas para cada IES nas etapas de preparação, execução e divulgação nos seus relatórios de autoavaliação.

### 5.3 TRANSIÇÃO DO 1º CICLO PARA O 2º CICLO DE CODIFICAÇÃO

Conforme Saldaña (2013), a transição de ciclos permitiu um avanço estratégico para uma codificação adicional para dar sequência na análise dos dados qualitativos. A transição de ciclo faz parte da análise de conteúdo. Segundo Saldaña (2013), a transição documenta como uma lista de códigos é classificada, recategorizada e conceituada ao longo do percurso analítico, proporciona uma visão textual densa do estudo e, potencialmente, transforma seus códigos primários em categorias organizadas. No Quadro 8, apresenta-se a reorganização dos códigos primários em grupos de códigos.

Quadro 8: Grupos de códigos com os respectivos códigos primários

<b>Grupo de Códigos</b>	<b>Códigos Primários</b>
1ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Preparação	Finalidades negociadas U3 – Utilidade
	Valores explícitos U4 – Utilidade
	Informação válida A2– Precisão
	Projetos de som e análises A6 – Precisão
2ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Execução	Atenção às partes interessadas U2 – Utilidade
	Credibilidade do avaliador U1 – Utilidade
	Informações relevantes U5 – Utilidade
	Informações confiáveis A3 – Precisão
3ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Divulgação	Processos e produtos significativos U6 – Utilidade
	Comunicação e relatórios oportunos e apropriados U7 – Utilidade
	Programa explícito descrições de contexto A4 – Precisão
	As avaliações de gerenciamento de informações A5 – Precisão

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No Quadro 8, observa-se os 3 (três) grupos de códigos criados com os respectivos códigos primários, para meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional das IES nas etapas de preparação, execução e divulgação. Aspectos que são confirmados pelo autor Pinto (2015 p.196), quando nos diz que: “O processo de avaliação institucional do SINAES pode ser dividido em 3 (três) etapas: Preparação,

Execução e Divulgação”. Cada etapa tem os códigos gerados a partir do padrão de qualidade de avaliação (JCSEE), para atender os critérios de utilidade e precisão do processo de autoavaliação institucional das IES.

Sendo assim, os autores Firme e Letichevsky (2010) afirmam que, se a avaliação é principalmente o julgamento do mérito e da relevância de uma instituição ou de um curso, programa ou sistema, a meta-avaliação é a avaliação do mérito e da relevância dessa avaliação, por isso utilizamos as etapas.

### 5.3.1 Mapeamentos de códigos

O mapeamento de códigos apresentado no Quadro 8 traz uma síntese dos principais grupos de códigos identificados na análise de conteúdo com os respectivos códigos primários. Bley (2019), destaca que para realizar o suporte ao mapeamento de códigos, pode-se utilizar o código Landscaping (ou paisagem) que apresenta uma tecnologia visual, conhecido como tag ou nuvem de palavras em que a frequência de palavras faz aumentar o tamanho delas.

Nas Figuras 16 e 18, apresenta-se as nuvens de palavras das IES, que são palavras com maior frequência nos relatórios de autoavaliação institucional, expressam possíveis códigos, categorias em potencial para auxiliar na análise de dados. A Figura 28, destaca todas as palavras utilizadas para a construção do relatório de autoavaliação institucional da UFFS, ano-base 2018. A nuvem de palavras foi elaborada com o *software* ATLAS.ti, com a ferramenta nuvem de palavras. Ainda na Figura 28, observa-se a cor das palavras que aparecem em diversas cores devido à quantidade de palavras e ao modelo escolhido para representar um grande volume de palavras, que não especificam característica especial neste momento.

Nesse sentido, a apresentação das nuvens de palavras dá uma visão geral com todas as palavras do relatório de autoavaliação institucional das IES. Percebe-se que algumas já se destacam devido a frequência, mas foi necessário reelaborar uma nova nuvem de palavras para representar somente as principais palavras-chave que fazem sentido para a pesquisa.

Assim, a nuvem de palavras relativa ao relatório de autoavaliação da UFFS com o título “Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018-2020”, apresenta na sua produção escrita 6.243 palavras escritas, com 79.844 ocorrências. As esferas

foram divididas em dois grupos: a primeira esfera: 6.138 palavras (1 até 5.052 repetições) e a segunda esfera: 105 palavras (28 até 635 repetições).

A palavra que mais repetiu foi 'de' com 5.052 ocorrências, na primeira esfera analisada. O que pode-se dizer a respeito é que o conectivo "de" apareceu com maior frequência nas Figuras 16 e 18, entre outras preposições, que servem para a ligação entre palavras no texto do relatório, termo que é utilizado para associar ideias e estabelecer ligações entre elas. Na gramática, conforme Cegalla (2008), a preposição liga um termo dependente a um termo principal ou subordinante, estabelecendo entre ambos, relações de posse, modo, lugar, causa e fim.

Na primeira esfera, que se apresenta na Figura 16, cabe destacar as palavras 'autoavaliação', 'institucional', 'sul', 'processo', 'políticas', 'universidade', 'fronteira', 'regional'. A partir destes termos, torna-se possível perceber a importância e o papel destas palavras nos objetivos da nossa pesquisa, uma vez que alguns destes termos se encontram, inclusive, no título da pesquisa, assim como, a frequência de aparecimento dos termos no relatório da UFFS. Ainda na primeira esfera, apareceu com grande frequência artigos, preposições e conectores, mesmo que não tenham um sentido real, eles fazem as ligações dentro do conteúdo.

Na segunda esfera que se apresenta na Figura 17, observa-se que é possível encontrar alguns termos relevantes para a pesquisa. Palavras em destaque: 'UFFS', 'CPA', 'autoavaliação', 'campus', 'curso', 'institucional', 'avaliação', 'sul', 'relatório', 'atividades', 'processo', 'resultados', 'ações', 'políticas', 'educação', 'desenvolvimento', 'universidade', 'gestão', 'campi', 'regional', 'planejamento', 'acompanhamento', 'fronteira'. Outras palavras interessantes são: 'professor', 'alunos', 'ensino', 'pesquisa', 'projetos', 'extensão', 'conhecimento', 'comunidade', 'instrumento', 'cultura', 'participar', 'importância', 'sociedade', 'sistema', 'estrutura', 'comunicação', 'administrativo', 'dificuldade', 'atendimento', 'recursos'.

Sendo assim, as palavras com maior frequência no relatório da UFFS, em relação ao processo de autoavaliação institucional, evidenciam que a IES possui uma CPA, que a universidade faz a autoavaliação institucional e de cursos, elabora o registro em relatório de todo o processo, que segue os padrões definidos pelo SINAES. No entanto, quanto aos aspectos relacionados à pesquisa, permite visualizar



que é possível aplicar uma meta-avaliação para possibilitar melhorias no processo de autoavaliação institucional.

A partir da revisão teórica, é possível depreender que as políticas educacionais são aplicadas para o desenvolvimento das IES. Nesse sentido, as palavras com maior frequência, contemplam no relatório os eixos e as dimensões definidos pelo SINAES, o relatório da UFFS apresenta todos os eixos e dimensões contempladas pelo SINAES. Neste sentido, visualizamos que é possível aplicar as categorias JCSEE que avaliam a qualidade da avaliação quanto a utilidade e precisão aplicados nas etapas de preparação, execução e divulgação do processo de autoavaliação institucional da IES. A Figura 28 apresenta a frequência das palavras no relatório de autoavaliação da UFFS.





melhoria (156), extensão (146), resultados (143), ações (127), conhecimento (125), políticas (120), portaria (120), conceitos (110), desenvolvimento (109), trabalho (102), comunidade (101), universidade (101), educação (97), gestão (96), aulas (95), formação (93), tempo (90), colegiado (83), instrumento (82), área (80), aspectos (78), atendimento (73), conteúdo (69), melhorar (69), acadêmica (68), atuação (68), assuntos (64), sociedade (63), adequação (61), Erechim (61), mec (60), cultura (59), informática (57), acesso (56), carga (55), estudos (55), campi (54), participar (54), realização (54), importância (53), integração (52), participantes (51), apoio (50), regional (50), justo (48), recurso (46), informações (44), profissional (44), sistema (43), ano (42), acredito (41), elaboração (39), estrutura (39), demandas (38), pessoas (38), permanência (37), ambiental (36), oportunidades (36), avaliar (35), acessibilidade (34), comunicação (34), disponibilidade (34), necessidade (34), planejamento (34), tecnologias (33), didática (32), indicadores(32), necessário (32), região (32), acompanhamento (31), público (31), resolução(31), administrativo(30), dificuldade (30), discursos (30), fronteira (28).

A nuvem de palavras, Figura 17, analisada na pergunta de pesquisa: como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional da UFFS? Como hipótese, pode-se considerar que a CPA focou o relatório de autoavaliação institucional para contemplar todos os eixos e dimensões da IES, orientados pelo SINAES, preocupada em apresentar os resultados de todos os campi da IES.

Quanto as políticas norteadoras e subjacentes aos relatórios de autoavaliação dessas Instituições de Ensino Superior (IES), é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: autoavaliação (429), campus (423), institucional(375), avaliação (359), Sul (283), relatório (269), atividades (252), estudantes (252), Laranjeiras (246), professor (207), Processo (206), alunos (199), ensino (193), espaços (193), pesquisa (190), políticas (120), portaria (120), conceitos (110), desenvolvimento (109), comunidade (101), universidade (101), educação (97), gestão (96), formação (93), tempo (90), colegiado (83), instrumento (82), área (80), atendimento (73), acadêmica (68), atuação (68), assuntos (64), sociedade (63), adequação (61), Erechim (61), mec (60), regional (50), elaboração (39), estrutura (39), demandas (38), pessoas (38), permanência (37), ambiental (36), oportunidades (36), avaliar (35), acessibilidade (34), comunicação (34), disponibilidade (34), necessidade

(34), planejamento (34), tecnologias (33), didática (32), indicadores (32), necessário (32), região (32), acompanhamento (31), público (31), resolução(31), administrativo(30), dificuldade (30), discursos (30), fronteira (28).

A nuvem de palavras Figura 17 analisada na pergunta de pesquisa: quanto as políticas norteadoras e subjacentes aos relatórios de autoavaliação dessas Instituições de Ensino Superior (IES), pode-se considerar que a IES, atende às orientações da política de avaliação do SINAES.

Considerando o olhar voltado para como se apresentam os Eixos em comum do processo de autoavaliação institucional em Universidades de Fronteira Sul da América do Sul, é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: autoavaliação (429), campus (423), institucional(375), avaliação (359), relatório (269), atividades (252), estudantes (252), Laranjeiras (246), professor (207), Processo (206), ensino (193), espaços (193), pesquisa (190), participação (183), projetos (163), extensão (146), resultados (143), ações (127), conhecimento (125), políticas (120), portaria (120), desenvolvimento (109), comunidade (101), universidade (101), educação (97), gestão (96), formação (93), tempo (90), colegiado (83), instrumento (82), área (80), atendimento (73), acadêmica (68), sociedade (63), adequação (61), Erechim (61), mec (60), cultura (59), informática (57), acesso (56), carga (55), estudos (55), campi (54), participar (54), realização (54), importância (53), integração (52), participantes (51), apoio (50), regional (50), recurso (46), informações (44), profissional (44), sistema (43), ano (42),elabor ação (39), estrutura (39), demandas (38), pessoas (38), permanência (37), ambiental (36), oportunidades (36), avaliar (35), acessibilidade (34), comunicação (34), disponibilidade (34), necessidade (34), planejamento (34), indicadores(32), região (32), acompanhamento (31), público (31), resolução(31), administrativo(30), fronteira (28).

A nuvem de palavras Figura 17 analisada na pergunta de pesquisa: considerando o olhar voltado para como se apresentam os Eixos em comum do processo de autoavaliação institucional em Universidades de Fronteira Sul da América do Sul, como hipótese. É possível considerar que a UFFS, apresenta os 5 (cinco) eixos com suas dimensões correspondentes para avaliação.

Quanto aos pontos fortes a serem ressaltados e as fragilidades a serem melhoradas no processo de autoavaliação institucional, mediante a checagem de critérios de qualidade de avaliações JCSEE nas Universidades de Fronteira na

América do Sul, é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: atividades (252), estudantes (252), professor (207), processo (206), alunos (199), ensino (193), espaços (193), pesquisa (190), participação (183), projetos (163), melhoria (156), extensão (146), resultados (143), ações (127), conhecimento (125), comunidade (101), universidade (101), educação (97), aulas (95), formação (93), tempo (90), colegiado (83), instrumento (82), área (80), atendimento (73), conteúdo (69), melhorar (69), acadêmica (68), atuação (68), assuntos (64), sociedade (63), adequação (61), Erechim (61), mec (60), cultura (59), informática (57), acesso (56), carga (55), estudos (55), campi (54), participar (54), realização (54), integração (52), participantes (51), apoio (50), regional (50), recurso (46), informações (44), profissional (44), sistema (43), ano (42), acredito (41), elaboração (39), estrutura (39), demandas (38), pessoas (38), permanência (37), ambiental (36), oportunidades (36), avaliar (35), acessibilidade (34), comunicação (34), disponibilidade (34), necessidade (34), planejamento (34), tecnologias (33), didática (32), indicadores(32), necessário (32), região (32), acompanhamento (31), público (31), resolução(31), administrativo(30), dificuldade (30), discursos (30), fronteira (28).

A nuvem de palavras, Figura 17, analisada na pergunta de pesquisa, quanto aos pontos fortes a serem ressaltados e as fragilidades a serem melhoradas no processo de autoavaliação institucional, mediante a checagem de critérios de qualidade de avaliações JCSEE nas Universidades de Fronteira na América do Sul, como hipótese. Considera-se que nas IES há problema de participação da comunidade interna e externa, pois os dados apontam a necessidade de melhorias na avaliação, desenvolvimento de atividades e confiabilidade nos resultados.

No que se refere às contribuições da meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional da UFFS, é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: UFFS (635), CPA (519), autoavaliação (429), campus (423), institucional(375), avaliação (359), Sul (283), relatório (269), atividades (252), estudantes (252), Laranjeiras (246), professor (207), processo (206), alunos (199), ensino (193), espaços (193), pesquisa (190), participação (183), projetos (163), melhoria (156), extensão (146), resultados (143), ações (127), conhecimento (125), políticas (120), portaria (120), conceitos (110), desenvolvimento (109), trabalho (102), comunidade (101), universidade (101), educação (97), gestão (96), aulas (95), formação (93), tempo (90), colegiado (83), instrumento (82), área (80), atendimento

(73), conteúdo (69), melhorar (69), acadêmica (68), atuação (68), assuntos (64), sociedade (63), adequação (61), Erechim (61), mec (60), cultura (59), informática (57), acesso (56), carga (55), estudos (55), campi (54), participar (54), realização (54), importância (53), integração (52), participantes (51), apoio (50), regional (50), justo (48), recurso (46), informações (44), profissional (44), sistema (43), ano (42), acredito (41), elaboração (39), estrutura (39), demandas (38), pessoas (38), permanência (37), ambiental (36), oportunidades (36), avaliar (35), acessibilidade (34), comunicação (34), disponibilidade (34), necessidade (34), planejamento (34), tecnologias (33), didática (32), indicadores(32), necessário (32), região (32), acompanhamento (31), público (31), resolução(31), administrativo(30), dificuldade (30), discursos (30), fronteira (28).

A nuvem de palavras analisada na Figura 17 que se refere a pergunta de pesquisa, quanto as contribuições da meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional da UFFS. Como hipótese, pode-se considerar, por meio da meta-avaliação que vislumbra-se a possibilidade de melhorar processos que envolvem a qualidade no ensino superior, as políticas educacionais, comunicação interna e externa, ensino, pesquisa, extensão, acessibilidade e principalmente a tomada de decisão da gestão.

Sendo assim, ainda sobre a nuvem de palavras da Figura 29, fica claro que os termos específicos na área de avaliação institucional no ensino superior, foram dominantes no relatório de autoavaliação da UFFS, principalmente termos ligados às políticas educacionais, avaliação institucional, o SINAES os eixos e suas dimensões.

Termos comuns na área de educação superior, como: 'institucional', 'processo' 'professor', 'políticas', 'mec', 'desenvolvimento', 'alunos', 'ensino', 'pesquisa', 'projetos', 'extensão', 'conhecimento', 'cursos', 'comunidade', 'instrumento', 'planejamento', 'cultura', 'participar', 'estrutura', 'melhoria', 'acompanhamento', 'importância', 'sistema', 'comunicação', 'administrativo', 'dificuldade', 'atendimento', 'recurso', tem frequência destacada. A questão de lugares, os termos relacionados são: 'campi', 'campus', 'estrutura', 'Laranjeiras', 'Erechim', 'espaços', 'tempo', 'fronteira', 'área', 'ambiental', 'região'. O nome dos demais campi não apresentou com a mesma frequência no relatório, destaque para os campi 'Laranjeiras' e 'Erechim'. O tempo também surge como assunto relevante: 'ano', 'permanência'.

O relatório de autoavaliação institucional da UFFS aparece com maior frequência 105 (cento e cinco), palavras que podem expressar possíveis códigos, categorias em potencial para auxiliar na análise de dados. Assim, a utilização das nuvens de palavras busca expressar características do documento que acrescentam clareza e transparência na comunicação de ideias, pois as palavras indicam sua importância no documento analisado.

A seguir observa-se a nuvem de palavras gerada a partir do relatório de autoavaliação da UNILA com o título “Primeiro Relatório Parcial de Avaliação Institucional Ciclo Avaliativo 2018-2020”, apresenta na sua produção escrita 3.438 palavras escritas, com 26.614 ocorrências. A palavra que mais repetiu foi ‘de’ com 1.815 ocorrências. As esferas foram divididas em dois grupos: a primeira esfera: 3.393 palavras (1 até 1.815 repetições) e a segunda esfera: 45 palavras (30 até 338 repetições).

A primeira esfera de palavras, apresenta-se na Figura 18, cabe destacar as palavras: ‘UNILA’, ‘institucional’, ‘autoavaliação’, ‘avaliação’, ‘processo’, ‘relatório’, ‘CPA’. É possível perceber a importância que estas palavras têm nos objetivos da pesquisa, uma vez que alguns destes termos se encontram, inclusive, no título da pesquisa. Ainda na primeira esfera, apareceu uma grande frequência de artigos, preposições e conectores, mesmo que não tenham um sentido real, eles fazem as ligações dentro do conteúdo.

A segunda esfera de palavras, apresenta-se com a Figura 19, é possível encontrar alguns termos muito interessantes e relevantes para a pesquisa. Palavras como: ‘docentes’, ‘planejamento’, ‘gestão’, ‘comunidade’, ‘recursos’, ‘instituição’, ‘gestão’, ‘comunidade’, ‘recursos’, ‘educação’, ‘desenvolvimento’, ‘políticas’, ‘orçamento’, extensão ‘discentes’, ‘técnico administrativo’, ‘ensino’, ‘latino-americanas’, ‘extensão’, ‘pessoal’, ‘qualidade’, ‘universidade’. Outras palavras interessantes como: ‘graduação’, ‘ações’, ‘atividades’, ‘acadêmica’, ‘comissão’, ‘resultados’, ‘servidores’, ‘trabalho’, ‘relação’, ‘superior’, ‘respondentes’, ‘divulgação’, ‘opinar’, ‘plano’, ‘suficiente’, ‘conhecimento’, ‘respeito’.

Sendo assim, as palavras que apareceram com maior frequência no relatório da UNILA, em relação com o processo de autoavaliação institucional, estão relacionadas a presença de uma CPA na IES que realiza a autoavaliação institucional, que



elabora e registra em relatório por meio de ciclos avaliativos, segue as políticas de avaliação definidas pelo SINAES.

Quanto aos aspectos relacionados com a pesquisa, o estudo permite visualizar que é possível aplicar uma meta-avaliação para possibilitar melhorias no processo de autoavaliação institucional. Conforme o autor Ristoff (2009), a meta-avaliação é um dos principais desafios do CONAES, para que todo o esforço seja, de fato, útil, valha a pena e mereça os recursos humanos e materiais investidos, é preciso, de tempos em tempos, parar para refletir sobre os instrumentos e métodos utilizados, sobre os agentes envolvidos, sobre os objetivos traçados, o cenário em que se opera. Para Stufflebeam (2001), as meta-avaliações auxiliam os interessados a perceber tanto os pontos fortes, o mérito e o valor, quanto as fragilidades da avaliação realizada.

Assim, as palavras com maior frequência, contemplaram no relatório os eixos e dimensões definidos pelo SINAES. Neste sentido, visualizamos que é possível aplicar as categorias JCSEE pois elas consideram a qualidade da avaliação quanto a utilidade e precisão para as etapas de preparação, execução e divulgação do processo de autoavaliação institucional da IES.

A Figura 18 destaca as palavras recorrentes no relatório de autoavaliação da UNILA, assim como a frequência de apresentação delas.





Na Figura 19, destaca-se a frequência das palavras no relatório de autoavaliação institucional da UNILA. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira Sul da América do Sul. Ao analisar as palavras sobre a problemática de pesquisa: como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional da UNILA. Observa-se que resultam no total 56 (cinquenta e seis), palavras chaves com a sua frequência conforme segue: UNILA (338), institucional (319), autoavaliação (290), avaliação (211), relatório (147), processo (142), CPA (120), docentes (110), planejamento (110), instituição (87), graduação (75), gestão (74), comunidade (71), recursos (70), educação (68), ações (67), atividades (61), desenvolvimento (58), acadêmica (57), políticas (55), comissão (54), orçamento (52), resultados (52), servidores (51), trabalho (49), relação (47), discentes (45), superior (45), respondentes (44), tec. Administrativo (42), divulgação (39), ensino (37), opinar (37), plano (36), dados (35), integração (34), latino-americanas (34), extensão (33), pessoal (33), qualidade (33), universidade (32), mecanismos (31), suficiente (31), conhecimento (30), federal (30), respeito (30).

A nuvem de palavras, Figura 19, em relação ao problema de pesquisa coloca em destaque a CPA que elaborou o relatório de autoavaliação institucional contemplando somente dois eixos de suas dimensões, conforme previsto nos ciclos avaliativos do SINAES, apresentando um plano de desenvolvimento e metodologia diferenciada no processo interno de autoavaliação institucional.

Quanto as políticas norteadoras e subjacentes aos relatórios de autoavaliação dessas Instituições de Ensino Superior (IES), é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: institucional (319), autoavaliação (290), avaliação (211), relatório (147), processo (142), CPA (120), docentes (110), planejamento (110), instituição (87), graduação (75), gestão (74), comunidade (71), recursos (70), educação (68), desenvolvimento (58), acadêmica (57), políticas (55), comissão (54), orçamento (52), resultados (52), trabalho (49), relação (47), discentes (45), superior (45), técnico administrativo (42), ensino (37), plano (36), dados (35), integração (34), latino-americanas (34), extensão (33), pessoal (33), qualidade (33), universidade (32), federal (30).

A nuvem de palavras analisada se refere à política de avaliação do SINAES, apresentando os eixos e dimensões. Como hipótese nesta avaliação, pode-se considerar que a UNILA atende às orientações da política de avaliação do SINAES.

Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), a finalidade da meta-avaliação pode ser resumida em qualificar o objeto avaliado, empoderar os interessados e gerar informações para contínuo aprimoramento técnico.

Considerando o olhar voltado para como se apresentam os Eixos em comum do processo de autoavaliação institucional em Universidades de Fronteira Sul da América do Sul, é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: institucional (319), autoavaliação (290), avaliação (211), processo (142), CPA (120), docentes (110), planejamento (110), instituição (87), graduação (75), gestão (74), comunidade (71), recursos (70), educação (68), ações (67), atividades (61), desenvolvimento (58), acadêmica (57), políticas (55), comissão (54), orçamento (52), resultados (52), servidores (51), discentes (45), superior (45), técnico administrativo (42), ensino (37), plano (36), dados (35), integração (34), latino-americanas (34), extensão (33), pessoal (33), qualidade (33), universidade (32).

A nuvem de palavras Figura 19 considera o olhar voltado para como se apresentam os Eixos em comum do processo de autoavaliação institucional das Universidades de Fronteira Sul da América do Sul na amostra da pesquisa.

Quanto aos pontos fortes a serem ressaltados e as fragilidades a serem melhoradas no processo de autoavaliação institucional, mediante a checagem de critérios de qualidade de avaliações JCSEE nas Universidades de Fronteira na América do Sul, é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: ações (67), atividades (61), desenvolvimento (58), acadêmica (57), políticas (55), comissão (54), orçamento (52), resultados (52), servidores (51), trabalho (49), relação (47), discentes (45), superior (45), respondentes (44), técnico administrativo (42), divulgação (39), ensino (37), opinar (37), plano (36), dados (35), integração (34), latino-americanas (34), extensão (33), pessoal (33), qualidade (33), universidade (32), mecanismos (31), suficiente (31), conhecimento (30), federal (30), respeito (30).

Desse modo, a nuvem de palavras Figura 19 em análise na pesquisa, aponta várias ações para o desenvolvimento da IES, que realiza atividades para os discentes, docentes e comunidade, apresenta resultados comunidade interna e externa, apresentando como ponto positivo a integração e o respeito.

No que se refere às contribuições da meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional de duas Universidades de Fronteira na América do Sul, é possível verificar as seguintes palavras com maior frequência: relatório (147), processo (142), CPA (120), docentes (110), planejamento (110), instituição (87), graduação (75), gestão (74), comunidade (71), recursos (70), educação (68), ações (67), atividades (61), desenvolvimento (58), acadêmica (57), políticas (55), comissão (54), orçamento (52), resultados (52), servidores (51), trabalho (49), relação (47), discentes (45), superior (45), respondentes (44), técnico administrativo (42), divulgação (39), ensino (37), opinar (37), plano (36), dados (35), integração (34), latino-americanas (34), extensão (33), pessoal (33), qualidade (33), universidade (32), mecanismos (31), suficiente (31), conhecimento (30), federal (30), respeito (30).

A nuvem de palavras analisada, Figura 19, no que se refere às contribuições da meta-avaliação ao processo de autoavaliação institucional da UNILA, considera-se que, por meio da meta-avaliação, será possível melhorar processos que envolvem a qualidade no ensino superior, políticas educacionais, relações entre comunidade interna e externa, políticas de ensino, pesquisa e extensão, integração latino-americanas e principalmente a tomada de decisão da gestão.

Na Figura 19, fica claro que os termos específicos da área de avaliação institucional no ensino superior, foram dominantes no relatório, principalmente termos ligados com o SINAES, com os eixos e dimensões. Termos comuns na área, como: 'docentes', 'planejamento', 'gestão', 'comunidade', 'recursos', 'instituição', 'gestão', 'comunidade', 'recursos', 'educação', 'desenvolvimento', 'políticas', 'orçamento', extensão 'discentes', 'técnico administrativo', 'ensino', 'latino-americanas', 'extensão', 'pessoal', 'qualidade', 'universidade', tem frequência destacada.

Assim como termos relacionados à questão de lugar, como: 'latino-americanas', "abrangência", 'adversidades', 'Bolivianos(as)', 'Brasileiros(as)', 'Chilenos(as)', 'Colombianos(as)', 'Venezuelanos(as)', 'Cubanos(as)', 'Paraguaio(as)', 'Peruanos(as)', 'estrangeiros(as)', que são termos comuns para um relatório de uma universidade fronteira que desenvolve um trabalho integrado. Os termos relacionados ao tempo também surgem como assunto relevante neste relatório, tais como: 'ano', 'anual', "ciclos", 'local', 'permanência', são termos que colocam em destaque as ações de avaliação e demais que são realizadas no ciclo avaliativo relativo ao relatório considerado para o estudo.

Conseqüentemente, no relatório de autoavaliação da UNILA aparecem com maior frequência 56 (cinquenta e seis) vezes, palavras que podem expressar possíveis códigos, categorias em potencial para auxiliar na análise de dados. Assim, a utilização das nuvens de palavras busca expressar características do documento que acrescentam clareza e transparência na comunicação de ideias, pois as palavras indicam sua presença e importância no documento analisado.

No relatório de autoavaliação da UNILA as palavras com maior recorrência podem expressar possíveis códigos, categorias em potencial para auxiliar na análise de dados. Assim, a utilização das nuvens de palavras busca expressar características do documento que acrescentam clareza e transparência na comunicação de ideias, pois as palavras indicam sua importância no documento.

Nesse sentido, os dois relatórios de autoavaliação apresentam palavras que assumem significado na avaliação com alta relevância em questões do ensino, da pesquisa e da extensão das IES, pois expressam o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação, o papel da CPA, dos discentes e docentes na avaliação e da comunidade externa; o envolvimento de cada campus na gestão das políticas educacionais de avaliação; o conhecimento das políticas de avaliação que orientam uma melhor formação docente e do corpo técnico administrativo para atender a comunidade interna e externa.

Para o autor Sobrinho (1996), a autoavaliação é um processo de forte conteúdo ético, pois indaga sobre valores e significados sociais, ou seja, avaliar, é reconhecer o mundo da produção humana e as diferenças, é responder às perguntas que fazemos a respeito de seus valores ou de suas qualidades.

Assim, a propósito, afirma o autor Ferreira (2018), que pesquisar sobre a qualidade da educação superior é, fundamentalmente, um exercício que abre caminhos para repensar a própria educação superior em sua totalidade; e, portanto, o desenvolvimento humano.

Portanto, a análise de conteúdo utilizando as nuvens de palavras, conforme Saldaña (2013), enriquece a interpretação de dados com bastante cuidado e de forma minuciosa, observando as palavras relevantes, classificando e conferindo um significado a partir do aporte teórico da pesquisa, objetivando encontrar as respostas nas indagações da problemática e nos objetivos propostos na pesquisa. Na sequência, o segundo ciclo de codificação de padrões.

## 5.4 SEGUNDO CICLO: CODIFICAÇÃO DE PADRÕES

Para o segundo ciclo de codificação foi necessário reorganizar e reanalisar os dados obtidos no primeiro ciclo de codificação. Assim, no segundo ciclo também são utilizados os códigos de padrões do JCSEE que são explicativos. Dessa forma, as inferências que fazem parte do segundo ciclo estão apresentadas no Quadro 8 a seguir:

Quadro 9: Segundo ciclo de codificação: inferências

<b>Grupos de códigos</b>	<b>Códigos</b>	<b>Inferências</b>
1ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Preparação	Utilidade – U3 - Finalidades Negociadas	UFFS – Atendido UNILA – Atendido
	Utilidade – U4 Valores explícitos	UFFS – Atendido UNILA – Atendido
	Precisão – A2 - Informação Válida	UFFS – Não atendido UNILA – Atendido
	Precisão – A6 - Projetos de Som e Análises	UFFS – Atendido UNILA – Atendido
2ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Execução	Utilidade – U2 - Atenção às partes interessadas	UFFS - Não atendido UNILA – Atendido
	Utilidade – U1 - Credibilidade do Avaliador	UFFS - Não atendido UNILA – Atendido
	Utilidade – U5 - Informações Relevantes	UFFS - Não atendido UNILA – Atendido
	Precisão – A3 - Informações confiáveis	UFFS - Não atendido UNILA – Atendido
3ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Divulgação	Utilidade – U6 - Processos e produtos significativos	UFFS – Atendido UNILA – Atendido
	Utilidade – U7 - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados	UFFS – Atendido UNILA – Atendido
	Precisão – A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto	UFFS – Não Atendido UNILA – Atendido



	Precisão – A5 - As avaliações de gerenciamento de informações	UFFS – Atendido UNILA – Atendido
--	---	-------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nesta seção apresenta-se as categorias de análise constituídas a partir da síntese das unidades de registro evidenciadas nos relatórios de autoavaliação das IES, em consonância com o objetivo de meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional nas duas Universidades de Fronteira Sul da América do Sul.

A meta-avaliação, foi tema principal da pesquisa, que se volta para realizar uma avaliação da avaliação, e que teve como objeto de estudo o processo de autoavaliação institucional, conforme o referencial teórico abordado sobre os instrumentos meta-avaliação e os padrões de qualidade JCSSE. Na sequência, apresenta-se as contribuições para envolver as duas universidades tendo em vista a qualificação da Educação Superior na América do Sul.

O Quadro 9, apresenta os resultados da meta-avaliação das IES nas três etapas do processo de autoavaliação da UFFS e da UNILA, quanto ao grau de Atendimento aos Padrões JCSEE nas categorias de Utilidade e Precisão. Cada etapa foi analisada separadamente, considerando o problema e referencial teórico da pesquisa. As categorias de análise estão assim definidas: 1- Preparação do processo de autoavaliação institucional; 2- Execução do processo de autoavaliação institucional; 3- Divulgação do processo de autoavaliação institucional.

Sendo assim, no Quadro 9, apresenta-se o segundo ciclo de codificação e os resultados da meta-avaliação por meio das inferências, no primeiro grupo de código 1ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Preparação, o código Utilidade – U3 - Finalidades Negociadas, tem como resultado na UFFS como “Não atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Utilidade – U4 Valores explícitos, tem como resultado na UFFS como “Atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Precisão – A2 - Informação Válida como resultado na UFFS como “Atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Precisão – A6 - Projetos de Som e Análises como resultado na UFFS como “Atendido” e na UNILA como “Atendido”, quanto ao grau de atendimento ao padrão de qualidade de qualidade JCSEE, na utilidade e precisão da avaliação.

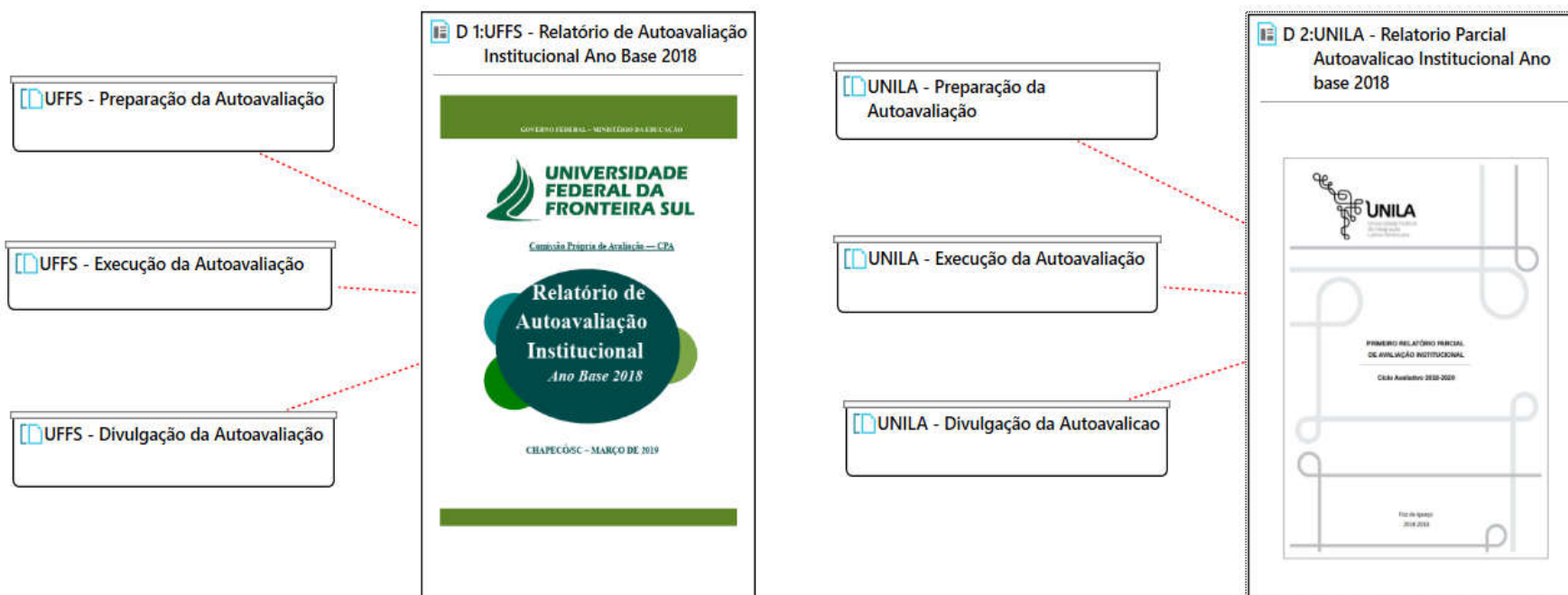
No segundo grupo de código 2ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Execução, o código Utilidade – U2 - Atenção às partes interessadas como resultado na UFFS

como “Não atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Utilidade – U1 - Credibilidade do Avaliador como resultado na UFFS como “Não atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Utilidade – U5 - Informações Relevantes como resultado na UFFS como “Não atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Precisão – A3 - Informações confiáveis como resultado na UFFS como “Não atendido” e na UNILA como “Atendido”, quanto ao grau de atendimento ao padrão de qualidade de qualidade JCSEE, na utilidade e precisão da avaliação.

No terceiro grupo de código 3ª Etapa – Processo de Autoavaliação – Divulgação, o código Utilidade – U6 - Processos e produtos significativos tem como resultado na UFFS como “Atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Utilidade – U7 - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados significativos tem como resultado na UFFS como “Atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Precisão – A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto tem como resultado na UFFS como “Não atendido” e na UNILA como “Atendido”, o código Precisão – A5 - As avaliações de gerenciamento de informações tem como resultado na UFFS como “Atendido” e na UNILA como “Atendido”.

Na Figura 20, apresenta-se uma rede semântica que destaca a ordem dos relatórios e seus grupos de códigos criados para realizar a meta-avaliação nas IES.

Figura 20: Rede que representa os documentos e os grupos de códigos das IES



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti, (2020).

Na Figura 20, observa-se a sequência dos documentos e dos grupos de códigos por meio da ferramenta de análise redes, que correspondem ao fluxo das etapas do processo de autoavaliação das IES.

Para finalizar o procedimento desenvolvido com o ATLAS.ti e a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) e Saldaña (2013), apresenta-se a discussão de cada uma das categorias de análise sob a perspectiva do referencial teórico e dos resultados da aplicação da meta-avaliação das unidades de categorias de utilidade de precisão na UFFS e UNILA.

## **A categorização:**

### **1- Preparação do processo de autoavaliação institucional**

A primeira categoria de análise enfatiza a fase de elaboração, contextualização, valores, propósitos de viabilidade e conflitos de interesse. Essa categoria foi construída a partir de um conjunto de unidades de registros, que originaram as unidades temáticas e que formam a categoria de análise 1, conforme apresentado na Figura 30.

Os documentos analisados das IES [relatório de autoavaliação institucional], no ano-base 2018, apresentam na etapa de preparação do processo de autoavaliação institucional na UFFS, quanto à precisão, a unidade da categoria **A2 – Informação Válida** como **resultado não atendido**, pois não serviu como propósito pretendido para apoiar as informações. Este aspecto também pode ser salientado nos dados:

*“[...] a participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional tem reduzido a valores onde se questionam até mesmo a validade dos resultados obtidos”. (D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:150, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] falha no retorno das informações por parte da CPA ou da Instituição, aos participantes das pesquisas”. (D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:151, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] não atendimento às expectativas de melhorias das ações apresentadas como urgentes ou prioritárias pelos participantes das pesquisas”. (D 1: UFFS -*

**Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:150, julho 2020, APÊNDICE III).**

Nesse sentido, pode-se observar que na UFFS a comunidade acadêmica questiona a validade das informações, porque há falha no retorno e o não atendimento às ações urgentes identificadas. Ainda em relação à precisão, a unidade de categoria **A6 – Projeto de Som e Análises**, apresenta como **resultado atendido**, conforme observado nestes trechos:

*“[...] A Autoavaliação da Instituição, de forma geral, englobando as dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)<sup>11</sup>, foi realizada utilizando o sistema da UFFS, onde o aluno, técnico ou docente preencheram os formulários eletrônicos, acessados por meio de login e senha”. (D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:123, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] CPA tem como meta a sensibilização e participação da comunidade universitária nas diferentes etapas do processo de avaliação institucional: elaboração e/ou atualização dos instrumentos de avaliação, participação para coleta de dados confiáveis, avaliação crítica dos resultados dos relatórios e elaboração de planos de ação para a melhoria dos aspectos identificados. (D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:159, julho 2020, APÊNDICE III).*

A partir disso, no que se refere ao projeto de som e análises, as avaliações estão organizadas tecnicamente com o propósito de avaliação, englobam todas as dimensões propostas pelo SINAES, possuem ferramenta para comunidade interna e externa. A CPA propõe no processo como meta a elaboração, atualização, coleta dos dados e organização dos resultados com o comprometimento de ações para melhoria da qualidade. Além dessas práticas, o acompanhamento da avaliação das partes interessadas, os propósitos precisam de negociação, assim a utilidade que apresenta no critério **U3 - Finalidades Negociadas, como resultado atendido**, também direciona o envolvimento no processo. Esse critério é positivo observado pela comunidade interna e externa.

*“[...] o processo de avaliação interna foi coordenado pela CPA e contou com o auxílio da Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e Procuradoria Educacional Institucional (PI). **D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:120, julho 2020, APÊNDICE III).***

A CPA da UFFS organizou uma equipe para o processo de autoavaliação, apresenta uma negociação e envolvimento de órgãos para acompanhamento, sistematização e organização dos dados e resultados. Além disso, as avaliações devem esclarecer os valores individuais e culturais que sustentam propósitos e processos. Nesse sentido, para finalizar a etapa de preparação ainda se observa na utilidade a categoria **U4 – Valores explícitos**, como **resultado atendido**, como pode ser observado nos dados:

*“[...] A CPA está implantada e em funcionamento na UFFS, desde 2011, com o objetivo de coordenar, conduzir e articular o processo de Avaliação Institucional da UFFS10, bem como sistematizar e prestar informações para subsidiar as avaliações do INEP/MEC e as políticas da UFFS e sensibilizar a Comunidade Universitária da importância do processo de Autoavaliação Institucional para a melhoria contínua da gestão universitária, do processo de ensino e aprendizagem e da vida universitária. **(D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:121, julho 2020, APÊNDICE III).***

*“[...] A devolutiva dos resultados da CPA junto aos participantes e a Comunidade Universitária é de vital importância para que as oportunidades de melhoria identificadas possam se tornar realidade e para que os participantes sintam-se motivados a participar, cobrar melhorias, acompanhar as ações realizadas e participar ativamente da implantação e manutenção de uma cultura de melhoria contínua da Instituição”. **(D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018, 1:161, julho 2020, APÊNDICE III).***

Essas compreensões apontam que a CPA está buscando a melhoria e qualidade da gestão universitária, os valores estão explícitos para a comunidade interna e

externa no intuito de atualização, implantação e manutenção de uma cultura para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

A seguir, apresenta-se os resultados da aplicação da meta-avaliação da UNILA. Quanto à precisão, a unidade da categoria **A2 – Informação Válida, apresenta como resultado atendido**. Esse aspecto também é salientado nos dados:

*“[...] Para tanto, utiliza-se de diferentes instrumentos e informações, pautando-se em metodologia que respeite os princípios supracitados indicados na Lei do SINAES, os quais expressam a necessidade de contemplar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representação da comunidade externa, a transparência de suas atividades, assegurando a publicidade dos procedimentos realizados, a globalidade de resultados a fim de compor uma visão de conjunto da Instituição e a incorporação de diferentes dimensões”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:148, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] A análise do conjunto destes Eixos e dimensões, ao longo do período trienal em andamento, permitirá estabelecer coerência, continuidade entre as informações apresentadas e uma autoavaliação integral, facilitando, inclusive, a elaboração dos relatórios de autoavaliação”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:151, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] Segundo o Sinaes, a autoavaliação possui como uma de suas etapas essenciais a sensibilização da comunidade em relação à importância de sua participação no processo avaliativo. Com esse objetivo, a CPA-UNILA fez uso de todos os canais de comunicação disponíveis na universidade, e de encontros com diferentes segmentos, para Primeiro Relatório de Autoavaliação Institucional – UNILA 2018-2019 esclarecimentos de seus trabalhos e objetivos junto à comunidade interna, estimulando a participação crescente das pessoas envolvidas na vida universitária”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:161, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] Para incentivar a participação da comunidade externa, a CPA, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e com a Pró-Reitoria de Relações*

*Institucionais e Internacionais, desenvolveu material de divulgação de seus trabalhos e da importância da participação da comunidade Latino-americana e caribenha nesse processo avaliativo, tendo em vista a missão e o público-alvo da UNILA”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:162, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três segmentos da comunidade acadêmica, bem como a divulgação dos resultados desse processo”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:216, julho 2020, APÊNDICE III).*

No entanto, a UNILA, para atender a esse critério, utiliza-se de diferentes instrumentos e informações, metodologias para apresentar o processo avaliativo para a comunidade acadêmica e representação da comunidade externa, a transparência de suas atividades, bem como o cuidado das informações e incentivo para a participação do processo. Ainda em relação à unidade da categoria **A6 – Projeto de Som e Análises**, apresenta **resultado como atendido**, conforme observado nestes trechos:

*“[...] Vale explicitar, nesse processo, que a autoavaliação é entendida como acompanhamento crítico da realidade institucional a fim de orientar, teórica, metodológica, política e pedagogicamente, os caminhos, as condições e as formas que conduzam ao alcance dos objetivos e metas da missão da UNILA”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:152, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] A autoavaliação é considerada, portanto, em nível macro e micro, ou seja, enquanto parte de um sistema nacional de avaliação, vigente no Brasil, e como parte de um projeto de avaliação interno da Instituição, da CPA na UNILA”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:157, julho 2020, APÊNDICE III).*



*“[...] Institucionalmente, no âmbito do ensino de graduação, a autoavaliação pode ser prevista, ainda, nos planos de ensino dos componentes curriculares pelos docentes responsáveis, como parte do processo de ensino-aprendizagem enquanto instrumento de avaliação (formativa) da aprendizagem e de recuperação de ensino, conforme previsto nas normas de graduação (UNILA, 2018)”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:158, julho 2020, APÊNDICE III).*

Nesse sentido, a UNILA apresenta quanto à utilidade na unidade de categoria **U3 - Finalidades Negociadas, como resultado atendido**. Também observa-se que a CPA e sua equipe organizam com responsabilidade o processo de autoavaliação, conforme enfatizado no relatório:

*“[...] Conforme a Lei nº 10.861/2004, a autoavaliação, enquanto avaliação interna, deve contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos, bem como deve ser assegurado o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos e a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:142, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] Considerando estes aspectos, o processo de autoavaliação na UNILA é conduzido respeitando as peculiaridades e especificidades da Instituição, sua missão e planejamento”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:147, julho 2020, APÊNDICE III).*

*“[...] Os procedimentos de autoavaliação, em processo permanente de elaboração, possuem dupla e complementar função, a saber: contribuir para a institucionalização de uma cultura de avaliação e desenvolver a avaliação interna em*

si”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:154, julho 2020, APÊNDICE III).

“[...] Tendo em vista os Eixos e dimensões do SINAES, as autoavaliações planejadas e realizadas em 2018 e início de 2019 abrangeram setores da UNILA, acadêmicos e administrativos, por meio de diferentes instrumentos e procedimentos de autoavaliação”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:159, julho 2020, APÊNDICE III).

Outro ponto positivo quanto à utilidade da autoavaliação na IES é que na unidade de categoria **U4 – Valores explícitos, como resultado atendido** as políticas de avaliação são utilizadas na criação das ações para o PDI. Dessa forma, os valores são reconhecidos como avanços científicos, tecnológicos, filosóficos, artísticos e culturais. Também pode ser observado nos dados:

“[...] Desta forma, na busca por acompanhar o desenvolvimento das ações definidas no PDI, a autoavaliação levará em conta a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal, a organização e gestão da instituição, a infraestrutura física, o planejamento e avaliação, as políticas de atendimento aos estudantes e a sustentabilidade financeira, conforme definido pelo SINAES”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:150, julho 2020, APÊNDICE III).

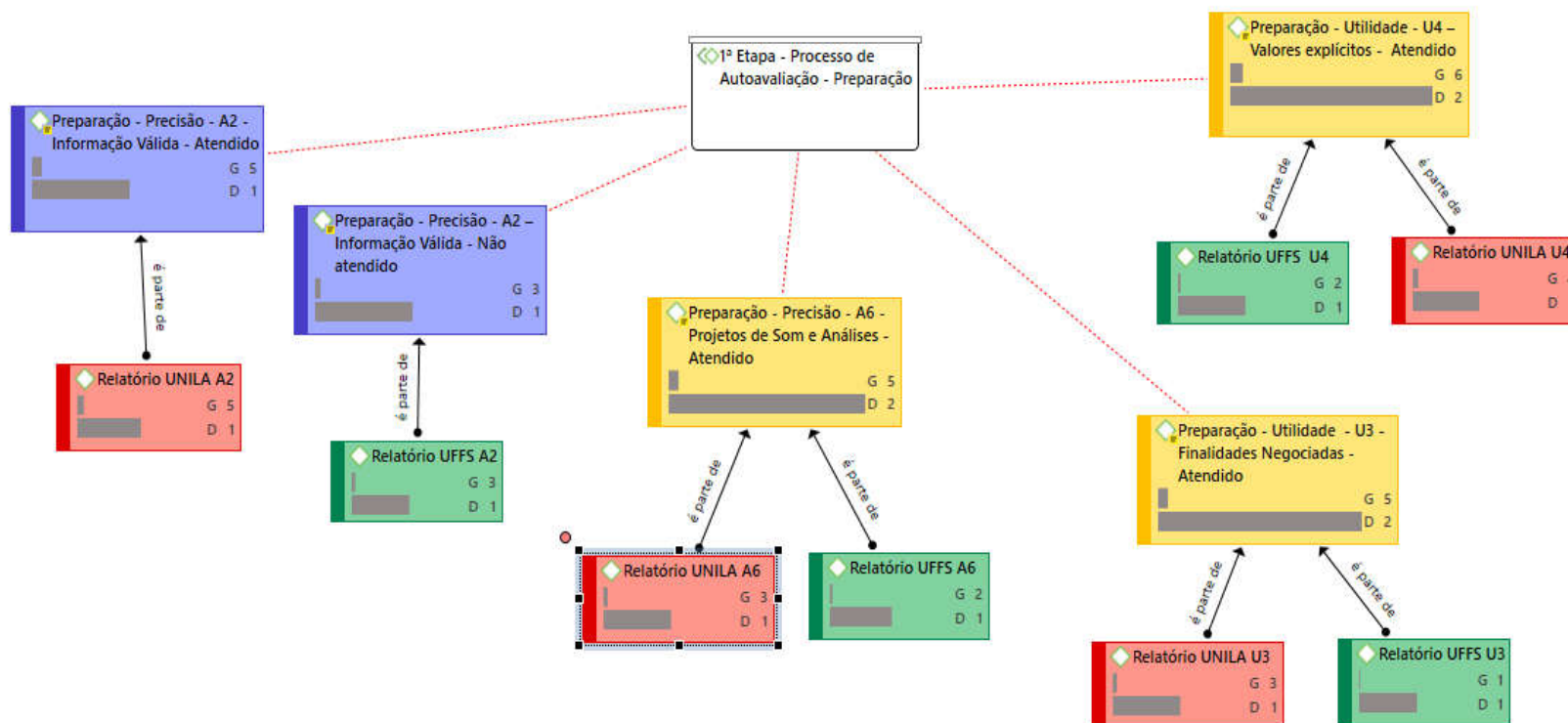
“[...] Com isso, a autoavaliação, por meio do conhecimento da realidade da Instituição, possibilitará a elaboração de conhecimentos para a transformação social e para avanços científicos e tecnológicos, filosóficos, artísticos e culturais, a fim de alcançar os objetivos e a missão da UNILA decorrentes de sua identidade institucional, bem como de possíveis percalços para o cumprimento dos mesmos”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:155, julho 2020, APÊNDICE III).

*“[...] A autoavaliação institucional objetiva produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades da Universidade, identificar as causas dos seus problemas, elevar a consciência pedagógica e a capacidade dos seus profissionais docentes e técnicos, fortalecer as relações de cooperação entre diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com seu entorno, julgar sobre a importância científica e social de suas atividades e prestar contas à sociedade (MEC, 2017a)”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:156, julho 2020, APÊNDICE III).*

Como já mencionado anteriormente, o processo de meta-avaliação também contribui para sinalizar a escolha dos melhores recursos respeitando as políticas de avaliação, sem descuidar das estratégias que garantem o sucesso do processo. Para Stufflebeam (2001), as metas-avaliações auxiliam os interessados a perceber tanto os pontos fortes, quanto as fragilidades da avaliação realizada.

Segue na Figura 21, um esquema do resultado da meta-avaliação na 1ª etapa – processo de autoavaliação UFFS e UNILA, organizado a partir dos pressupostos de Bardin (2011) e Saldaña (2013), considerando as etapas básicas para o desenvolvimento da análise de conteúdo: a pré-análise, a descrição analítica, a codificação e a interpretação inferencial.

Figura 21: Apresentação do resultado da meta-avaliação na 1ª etapa – preparação do processo de autoavaliação UFFS e UNILA



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti, (2020).

#### Legenda:

As universidades: UNILA – está na cor **vermelha**. UFFS – está na cor **verde**.

A letra **G**: significa a quantidade de citações para aquela categoria, interpretação inferencial. A letra **D**: número de outros códigos que estão ligados nesta categoria.

**Azul**: quando as duas IES apresentam para a mesma categoria resposta diferente. **Amarelo**: quando as duas IES apresentam para a mesma categoria resposta igual.

A Figura 21 coloca em destaque uma síntese dos resultados da UFFS e da UNILA para a primeira categoria de análise, a etapa de preparação do processo de autoavaliação institucional. Essa etapa foi constituída a partir de um conjunto de unidades de registro, cujas categorias, originaram-se do 1º e do 2º ciclo de codificação. Observa-se o grau de atendimento de cada IES quanto ao padrão de qualidade JCSEE, e a quantidade de ocorrências relacionadas à interpretação inferencial.

Portanto, vale considerar que **os resultados da meta-avaliação na etapa de preparação do processo de avaliação institucional da UFFS** atende às políticas de avaliação do SINAES para que todas as informações tenham validade no processo. Somente a categoria **A2 - informação válida**, não foi atendida pela IES. Sendo assim, os demais critérios desta etapa foram atendidos, **A6 - projetos de som e análises**, **U4 - valores explícitos** no contexto da avaliação são formalizados e negociados para atender todos os segmentos das IES. Todo o processo de autoavaliação tem **U3 - finalidades negociadas** e pode ser acompanhado pela comunidade interna e externa, por meio das ferramentas utilizadas. A IES tem uma CPA e uma equipe que organiza a primeira etapa para a coleta de dados, escolha de ferramentas e transparência nos dados e principalmente a responsabilidade do processo.

Os **resultados da etapa de preparação do processo de avaliação institucional da UNILA** atende às políticas de avaliação do SINAES para que todas as informações tenham validade no processo. Todos os critérios avaliados nesta etapa foram atendidos, quanto a **A2 - informação válida**, **A6 - projetos de som e análises**, **U4 - valores explícitos** no contexto da avaliação são formalizados e negociados para atender todos os segmentos da IES. Percebe-se que o processo tem as **U3 - finalidades negociadas** e pode ser acompanhado pela comunidade interna e externa, por meio das ferramentas utilizadas. Considera-se que a IES tem uma CPA e uma equipe que organiza a primeira etapa para a escolha de ferramentas e transparência nos dados e principalmente a responsabilidade do processo.

Neste contexto, a etapa de preparação do processo de autoavaliação da UFFS e da UNILA pode se tornar ainda mais significativa quando utilizar para a divulgação do processo de autoavaliação seminários de socialização para a comunidade interna e externa. Dessa forma é possível observar a contribuição com o papel de qualificação da Educação Superior, quanto ao processo avaliativo com mais transparência para

atingir os objetivos propostos. Aspecto que, de acordo Ristoff (2009), sinaliza que todo o esforço, para que seja de fato útil, valha a pena e mereça os recursos humanos e materiais investidos, precisa, de tempos em tempos, parar para refletir sobre os métodos utilizados, sobre os agentes envolvidos, sobre os objetivos traçados e sobre o cenário em que se opera.

## **2- Execução do processo de autoavaliação institucional**

A segunda categoria de análise acontece a partir da realização e execução do processo, identificação dos participantes e envolvidos, instrumentos, objetivos, registro das informações desde sua coleta até os resultados.

Segue os resultados da aplicação da meta-avaliação na etapa de execução do processo de autoavaliação institucional na UFFS. Quanto à precisão da unidade de **categoria U2 - Atenção às partes interessadas, apresenta como resultado não atendido**, as avaliações devem dedicar atenção a toda a gama de indivíduos e grupos investidos no programa e afetados por sua avaliação. Conforme destacado em alguns trechos do relatório para complementar não atendem às partes interessadas:

*“[...] Podem ser observadas muitas oportunidades de melhoria dos processos de gestão. Com relação à CPA, não parece estar clara a importância do processo de autoavaliação na Instituição, tendo em vista que somente 1 (um) campus apresenta representação dos quatro segmentos previstos para participar da CPA e que existe um campus da UFFS que nunca apresentou sequer um representante para compor a equipe da CPA, ficando fora das discussões mais detalhadas”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:129, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Pode ser observado que, até o momento, o processo de autoavaliação é tratado como mero instrumento burocrático, tendo sua importância ignorada ou desconhecida na melhoria da vida universitária e no processo de ensino e aprendizagem”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:130, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Foi apontada a importância de se atrelar a obrigatoriedade do participante (docente, TAES ou estudantes) selecionar “QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO” ou “NÃO QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO”, pois, nesse caso, o participante poderá optar espontaneamente por participar ou não do processo de Autoavaliação Institucional”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:131, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento e mensurar a quantidade de pessoas que ao acessá-lo busca participar efetivamente do processo, ou, então, que se recusa a fazê-lo”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:132, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Atualmente, percebe-se que a maior parte da Comunidade Universitária sequer abre o link de Autoavaliação Institucional”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:133, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Pode ser observadas muitas oportunidades de melhoria dos processos de gestão. Com relação à CPA, não parece estar clara a importância do processo de autoavaliação na Instituição, tendo em vista que somente 1 (um) campus apresenta representação dos quatro segmentos previstos para participar da CPA e que existe um campus da UFFS que nunca apresentou sequer um representante para compor a equipe da CPA, ficando fora das discussões mais detalhadas”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:156, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Foi observada uma participação muito baixa, de cerca de 3,8%, nos últimos instrumentos de autoavaliação institucional englobando as diferentes dimensões previstas pelo SINAES, reforçando a ideia que os resultados do processo de autoavaliação não eram devolvidas aos participantes, os quais não se sentiram interessados em participar do preenchimento de um formulário bastante extenso, com mais de 80 (oitenta) questões, sendo algumas dissertativas”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:156, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] A comunidade acadêmica deverá ser novamente sensibilizada, quanto à importância das ações efetivas da CPA o planejamento e melhoria do convívio e formação universitária, por meio de fóruns de discussão e informativos institucionais”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:172, julho 2020, APÊNDICE III). APÊNDICE IV).*

Quanto à precisão na unidade de categoria **A3 - Informações confiáveis**, **apresenta como resultado não atendido**, os procedimentos de avaliação devem fornecer informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos. Nesse sentido, as informações da comunidade interna e externa são encaminhadas para manter sigilo individual das informações. Esse aspecto também é salientado nos dados:

*“[...] das ações que cabem à CPA, os resultados das pesquisas serão encaminhados de forma a assegurar o sigilo individual das informações, a todos os participantes, na forma de relatórios específicos e a inclusão destes dados nos relatórios da CPA, que deverão ser divulgados de forma mais ampla e eficiente”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:172, julho 2020, APÊNDICE IV).*

Quanto à categoria utilidade a **unidade de categoria U1 - Credibilidade do Avaliador**, **apresenta como resultado não atendido**, as avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto de avaliação, segue representações sobre os avaliadores:

*“[...] O número exagerado de comitês e comissões na UFFS faz com que a rotatividade dos membros seja elevada e a participação efetiva, muito baixa”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:126, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] destaca-se a baixa participação dos membros, que impossibilitaram a realização de reuniões, por falta de quórum, para a atualização do Regimento Interno da CPA e outras ações previstas, de modo a se ajustar às novas demandas e à*



*realidade multicampi da Instituição”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:127, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] A capacitação dos membros da CPA é uma necessidade contínua. Porém, sua importância nos dias atuais é maior, tendo em vista a alta rotatividade dos membros da CPA, o que em determinadas circunstâncias compromete a continuidade dos trabalhos até então realizados”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:128, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] A melhoria dos processos avaliativos passa primeiramente pela sensibilização dos membros da CPA”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:155, julho 2020, APÊNDICE IV).*

Na utilidade a unidade de **categoria U5 - Informações Relevantes**, apresenta **como não atendido**, as informações de avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas. Nesse sentido, observa-se nos dados:

*“[...] no período de coleta dos dados, todos os usuários desses sistemas (docentes, TAES ou estudantes) ao adentrar nesses espaços seriam abordados por uma mensagem contendo o link para acesso ao questionário de Autoavaliação Institucional. Foi apontada a importância de se atrelar a obrigatoriedade do participante (docente, TAES ou estudantes) selecionar “QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO” ou “NÃO QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO”, pois, nesse caso, o participante poderá optar espontaneamente por participar ou não do processo de Autoavaliação Institucional”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:141, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento e mensurar a quantidade de pessoas que ao acessá-lo busca participar efetivamente do processo, ou, então, que se recusa a fazê-lo”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:142, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] pois na análise crítica do relatório completo da CPA, referente ao triênio 2015- 2017, foi constatado que as respostas não sofreram alterações significativas nos últimos anos”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:164, julho 2020, APÊNDICE IV).*

Nos resultados da UNILA quanto a etapa de **execução** do processo de autoavaliação, na unidade de **categoria U2 - Atenção às partes interessadas, como atendido**, as informações relacionadas seguem:

*“[...] nessa etapa de trabalho, a CPA-UNILA procedeu à elaboração e/ou à revisão dos instrumentos de coleta de informações necessários à autoavaliação institucional, observando a máxima participação possível das comunidades interna e externa. Essa elaboração/revisão dos instrumentos leva em consideração os Eixos avaliativos e as dimensões estabelecidas para cada ano do ciclo avaliativo, sem deixar de observar as especificidades da missão institucional da universidade”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:163, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] No mesmo sentido da avaliação institucional, a avaliação do ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes, nas diversas atividades curriculares, também tem um caráter formativo e possibilitador de construção de conhecimentos para a transformação social e para avanços científicos e tecnológicos e, em definitivo, para alcançar os objetivos e a missão da UNILA”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:186, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, além de proporcionar as informações na coleta dos dados, também, na sistematização, e análise desses dados”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:189, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las”.*

**(D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:190, julho 2020, APÊNDICE IV).**

*“[...] Por último, gostaríamos de destacar a importância de se estimular a aproximação da CPA com as diferentes Pró-reitoria, direções de Institutos e comunidade acadêmica em geral por meio da divulgação dos impactos da autoavaliação no cotidiano da universidade, uma vez que essas melhorias devem ser amplamente divulgadas no interior da instituição”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:189, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Assume-se a autoavaliação como importante instrumento de caráter formativo e possibilitador do desenvolvimento profissional dos corpos docente e técnico- administrativo, e de todos os membros da instituição, por quanto se constitui em uma prática política, de participação democrática, colocando todos os atores em um processo”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:313, julho 2020, APÊNDICE IV).*

Ainda analisando a **precisão da avaliação** na unidade de categoria **A3 - Informações confiáveis**, apresenta como resultado atendido, outro ponto positivo, conforme destacado na coleta dos dados:

*“[...] a participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pessoais no sistema de preenchimento dos questionários são preservadas a identificação dos respondentes, garantindo o anonimato e o sigilo, além da fidedignidade das respostas, motivo pelo qual, a amostragem é considerada não probabilística”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:313, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] espera-se que, com esta metodologia e procedimentos, a prática de uma cultura de autoavaliação, enquanto processo permanente, organizado e sistematizado, possa ser fomentada na Instituição, desde o âmbito da avaliação interna da Instituição, dos cursos de graduação, do processo de ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes, dos componentes curriculares, bem como servidores*

*que realizam atividades meio à consecução das atividades finalísticas”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:183, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] A avaliação é entendida como acompanhamento crítico reflexivo do cotidiano institucional para orientar, teórica, metodológica, política, organizativa e pedagogicamente, os caminhos, as condições e os modos que levem a alcançar os objetivos e metas pautados na missão da universidade a curto, médio e longo prazo. Neste entendimento, a avaliação contínua é indispensável para gestão e planejamento institucional da UNILA”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:183, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:183, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] A comunidade acadêmica reconhece como satisfatórios os mecanismos de participação na definição do planejamento da UNILA”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:183, julho 2020, APÊNDICE IV).*

Quanto à **utilidade na unidade de categoria U1 - Credibilidade do Avaliador, apresenta como atendido**, também salientado nos dados.

*“[...] Nesse sentido, a CPA-UNILA mantém registros das revisões dos instrumentos ao passo que forem identificadas necessidades de alteração, viabilizando assim, ao final do processo de reformulação, envolver as partes interessadas na atividade avaliativa, a qual deverá novamente ser validada pela comunidade acadêmica”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:182, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Parte expressiva dos estudantes reconhece como satisfatórios os mecanismos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional”. (D 2:*

**UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:214, julho 2020, APÊNDICE IV).**

*“[...] Há reconhecimento dos gestores a respeito da CPA e de seu impacto no planejamento institucional ao nortear os pontos problemáticos e exitosos da instituição”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:214, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Há reconhecimento dos gestores a respeito da CPA e de seu impacto no planejamento institucional ao nortear os pontos problemáticos e exitosos da instituição”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:214, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] Todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, além de proporcionar as informações na coleta dos dados, também, na sistematização, e análise desses dados”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:317, julho 2020, APÊNDICE IV).*

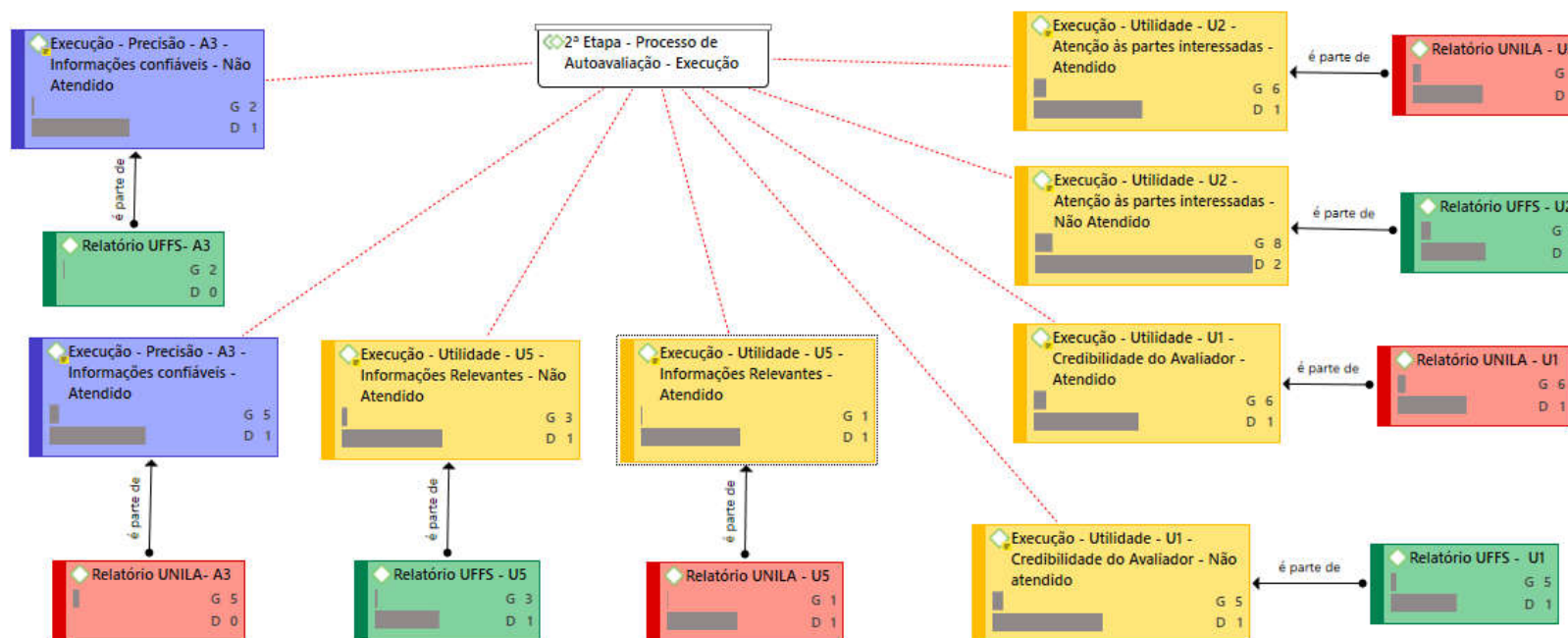
Quanto à **utilidade** da avaliação na unidade de **categoria U5 - Informações Relevantes, apresenta como atendido**, é possível ser observado neste trecho:

*“[...] os instrumentos podem ser variados e ajustados aos propósitos do processo de autoavaliação, desde que contemplem os aspectos relevantes de cada Eixo avaliado, tais como entrevistas semiestruturadas, questionários com questões fechadas e abertas. Também foi considerada a correlação entre instrumento/elemento, ou seja, para cada segmento do universo da pesquisa existe um questionário de avaliação diferenciado e/ou formulário próprio. A aplicação dos instrumentos ocorre em período definido para essa atividade”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:317, julho 2020, APÊNDICE IV).*

Sendo assim, a meta-avaliação nesta etapa contribui para uma discussão dos dados de modo a verificar se estão articulados com as necessidades da comunidade acadêmica. Amaral (2007), afirma que a educação superior é discussão científica em vários países, o aumento de matrículas nas IES em diferentes modelos colaborou para aumentar a falta de confiança nos sistemas de ensino superior, nas instituições e profissionais.

Segue a Figura 22, com esquema organizado a partir dos pressupostos de Bardin (2011) e Saldaña (2013), considerando as três etapas básicas para o desenvolvimento da análise de conteúdo: a pré-análise, a descrição analítica, a codificação e a interpretação inferencial.

Figura 22: Apresentação do resultado da meta-avaliação na 2ª etapa – execução do processo de autoavaliação UFFS e UNILA



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti, (2020).

#### Legenda:

As universidades: UNILA – está na cor **vermelha**. UFFS – está na cor **verde**.

A letra **G**: significa a quantidade de citações para aquela categoria, interpretação inferencial. A letra **D**: número de outros códigos que estão ligados nesta categoria.

**Azul**: quando as duas IES apresentam para a mesma categoria resposta diferente. **Amarelo**: quando as duas IES apresentam para a mesma categoria resposta igual.

A Figura 22 coloca em destaque o resultado da aplicação da meta-avaliação na 2ª etapa do processo de autoavaliação da UFFS e UNILA. Esta etapa foi constituída a partir de um conjunto de unidades de registro, que apresentam as categorias, que originaram do 1º e do 2º ciclo de codificação, observa-se o grau de atendimento de cada IES quanto ao padrão de qualidade JCSEE, a quantidade de ocorrências relacionadas e a interpretação inferencial.

**Acredita-se que os resultados da aplicação da meta-avaliação na etapa de execução do processo de avaliação institucional da UFFS**, não atende aos padrões de qualidade JCSEE nesta etapa. Dessa forma, no processo de execução quanto a categoria **A3 - informações confiáveis**, os participantes não confiam nos instrumentos de coleta de dados. A comunidade interna não tem **U1 - credibilidade do avaliador**, relatos de muita rotatividade de membros da CPA, baixa participação dos membros nas reuniões, assim as capacitações que precisam ter continuidade são comprometidas para dar sequência nas atividades, considerando que a melhoria dos processos passa primeiro pelos membros da CPA para a transparência do processo. Portanto, nesta etapa que ocorre o desenvolvimento da autoavaliação, levantamento de dados, análise das informações e elaboração do relatório final de autoavaliação da IES, também apresentou fragilidade na **U2 - atenção às partes interessadas** que é fator primordial para organização das **U5 - informações relevantes** no processo, também apresenta-se como ponto negativo.

Dentre as fragilidades relacionadas na UFFS, nesta etapa de execução do processo de autoavaliação, destacam-se os **resultados da aplicação da meta-avaliação na etapa de execução do processo de avaliação institucional da UNILA**, que atende os padrões de qualidade JCSEE nesta etapa. No processo de execução quanto a **A3 - informações confiáveis**, os participantes acreditam e contribuem nos instrumentos de coleta de dados. A comunidade interna e externa tem **U1 - credibilidade do avaliador** e na equipe da CPA. Sendo assim, é nesta etapa que ocorre o desenvolvimento da autoavaliação, levantamento de dados, análise das informações e elaboração do relatório final de autoavaliação da IES, neste sentido a importância da **U2 - atenção às partes interessadas** que é fator primordial para organização da **U5 - informações relevantes** no processo, que também apresenta como ponto positivo na IES.



Portanto, neste aspecto vale considerar Cunha (2004) quando afirma que a avaliação desenvolvida deve centrar-se em seu sentido educativo, compreendendo que o processo, muitas vezes, é mais importante do que o próprio produto. Para tanto, a participação dos diferentes interessados no processo avaliativo não deve ser passiva, mas ativa e voluntária.

### **3. Divulgação do processo de autoavaliação institucional**

Nesta terceira categoria de análise, são apresentados os resultados da aplicação da meta-avaliação na etapa de divulgação do processo de autoavaliação institucional das IES. Nesta etapa são apresentados os Eixos e dimensões das IES apresentados nos relatórios de autoavaliação, possibilitando aos participantes uma análise das respostas de forma responsável para a criação de um planejamento de ações. Sendo assim, os resultados da etapa de divulgação da autoavaliação da UFFS, quanto à utilidade da avaliação na unidade de categoria **U6 - processos e produtos significativos, apresenta como resultado não atendido**, as avaliações devem construir atividades, descrições de forma a encorajar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos. Segue alguns dos trechos que destacam esses aspectos no relatório como negativo:

*“[...] os resultados desse processo de autoavaliação não refletiram alterações significativas dos aspectos positivos e/ou negativos ao longo dos últimos anos”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:118, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] divulgar os resultados das autoavaliações. Se os participantes da pesquisa não recebem a devolutiva dos resultados, não são estimulados a participar de futuras avaliações”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:154, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] até o momento, o processo de autoavaliação é tratado como mero instrumento burocrático, tendo sua importância ignorada ou desconhecida na melhoria da vida universitária e no processo de ensino e aprendizagem”. (D 1: UFFS - Relatório*

**Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:154, julho 2020, APÊNDICE V).**

*“[...] Esta tímida participação em um processo de grande importância Institucional evidencia a necessidade de fortalecimento do processo de sensibilização Institucional das Atribuições e Importância da CPA”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:168, julho 2020, APÊNDICE IV).*

*“[...] avaliando-se os resultados apresentados nos relatórios da CPA de 2015 a 2017, verifica-se que grande parte das informações permaneceu inalterada. Somado a isso, observou-se um decréscimo do número já reduzido de participantes dos questionários de autoavaliação institucional”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:195, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] É importante que as atividades e relatórios elaborados pela CPA não sejam mero instrumento burocrático, mas que sejam conhecidos e utilizados pelos diferentes setores e segmentos da UFFS, de modo a obter melhorias perceptíveis, especialmente em aspectos que mereçam maior atenção, com o mínimo recurso econômico e humano necessário”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:195, julho 2020, APÊNDICE V).*

Sendo assim, ainda na utilidade da avaliação na unidade **U7 - comunicação e relatórios oportunos e apropriados, apresenta como resultado atendido**, as avaliações atendem às necessidades contínuas de informação de seus múltiplos públicos, como observado nos dados que seguem:

*“[...] a devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos Semanais por meio eletrônico, disponibilizada para toda a Comunidade Universitária e Comunidade Externa. Além desses meios, os resultados dos diferentes Instrumentos da Avaliação utilizados pela CPA foram divulgados e discutidos em Fóruns de Cursos, Assembleias e Reuniões Docentes”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:145, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:146, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] Após o envio dos relatórios das respostas dos processos de autoavaliação, foi solicitado aos setores interessados um relato das ações para a melhoria dos aspectos identificados, para inserção no relatório da CPA e futuro acompanhamento da efetividade das ações”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:160, julho 2020, APÊNDICE V).*

Na unidade de categoria **A4 - programa Explícito Descrições de Contexto, apresenta como atendido**, os programas são documentados nos seus contextos com detalhes e escopo apropriados para fins de avaliação.

*“[...] ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:146, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um diálogo buscando uma uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:147, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] Na UFFS, as ações concernentes ao planejamento e a avaliação institucional são realizadas por meio de quatro entes legalmente constituídos, a saber: • Pró-Reitoria de Planejamento; • Diretoria de Planejamento; • Divisão de Avaliação e Estatística; • Comissão Própria de Avaliação (CPA)”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:147, julho 2020, APÊNDICE V).*

Desse modo, **quanto a precisão da avaliação na unidade A5 – as avaliações de gerenciamento de informações, apresenta como resultado atendido**, devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.

*“[...] a Autoavaliação da Instituição, de forma geral, englobando as dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), foi realizada utilizando o sistema da UFFS, onde o aluno, técnico ou docente preencheram os formulários eletrônicos, acessados por meio de login e senha”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:123, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] é necessário que a qualificação dos estudantes, dos técnicos e dos docentes estejam alinhados às demandas e expectativas regionais, nacionais e mundiais, de modo a evitar que a Instituição se feche em suas demandas internas, esquecendo-se de suas obrigações para com a sociedade”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:134, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] a devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos Semanais por meio eletrônico, disponibilizada para toda a Comunidade Universitária e Comunidade Externa. Além desses meios, os resultados dos diferentes Instrumentos da Avaliação utilizados pela CPA foram divulgados e discutidos em Fóruns de Cursos, Assembleias e Reuniões Docentes”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:145, julho 2020, APÊNDICE X).*

*“[...] ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:146, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um diálogo buscando uma*

*uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:147, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] foram utilizadas duas ferramentas distintas para diferentes abordagens da autoavaliação institucional”. (D 1: UFFS - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 1:49 julho 2020, APÊNDICE V).*

A aplicação da meta-avaliação na etapa de divulgação da autoavaliação da UNILA, na utilidade da avaliação na unidade de categoria **U6 - processos e produtos significativos, como resultado atendido**, as avaliações possuem atividades, descrições de forma a encorajar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos. Segue os trechos que salientam:

*“[...] outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínteses de informações relevantes impressos em folhetos/panfletos (flyer) para envio por mala direta e para distribuição em seminários, salas de aula, eventos e para a população em geral”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:180, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] além disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de gestão das unidades acadêmicas e administrativas, a fim de apresentar os resultados da avaliação e fornecer subsídios às ações de planejamento, execução e acompanhamento, visando a melhoria contínua da Instituição”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:181, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] os esforços na construção de uma cultura de avaliação entendida como fruto de um processo contínuo, coletivo e dialogado, não punitivo, apontam resultados significativos”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:309, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] quanto à parte que cabe à CPA, considera-se que a Comissão está em pleno processo de consolidação e que o feedback obtido trouxe importantes informações que deverão nortear os processos de sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da atuação da CPA, e dos trabalhos por ela executados visando a excelência da Instituição”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:309, julho 2020, APÊNDICE V).*

Dessa forma na UNILA, quanto a utilidade da avaliação na unidade de categoria **U7 - comunicação e relatórios oportunos e apropriados, apresenta como resultado atendido**, as avaliações atendem às necessidades contínuas de informação de seus múltiplos públicos, como observado nos dados:

*“[...] além de atender a esse procedimento obrigatório, os dados gerados pelo processo de autoavaliação institucional, de acordo com os Eixos estabelecidos para cada ano, serão publicados para as comunidades interna e externa, pontuando-se os avanços, as potencialidades e as fragilidades verificadas, com vistas à elaboração e à implementação de melhorias”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:167, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] isso porque, o resultado dessas análises, segundo a Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, devem constar em relatório de autoavaliação institucional, a ser postado no prazo de 1º de janeiro a 31 de março de cada ano, em versão parcial ou integral, e será mantido no cadastro em Sistema e-MEC, junto ao registro da instituição, em campo próprio”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:168, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] após a aplicação dos questionários, o sistema gera relatórios com os resultados e traz os comentários e observações registradas nas questões abertas. Para as análises estatísticas, as informações são tabuladas com o auxílio de softwares estatísticos”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:174, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] o resultado do relatório de autoavaliação institucional, de acordo com os Eixos estabelecidos para cada ano, pontuando-se os avanços, as potencialidades e as fragilidades da instituição, além da divulgação em todas as mídias possíveis, serão encaminhados às unidades acadêmicas e administrativas para conhecimento, discussão e elaboração de um plano de ação de melhorias, contendo a relação de atividades consideradas prioritárias, bem como aquelas necessárias para a melhoria contínua e busca da excelência ”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:179, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínteses de informações relevantes impressos em folhetos/panfletos (flyer) para envio por mala direta e para distribuição em seminários, salas de aula, eventos e para a população em geral”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:180, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] além disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de gestão das unidades acadêmicas e administrativas, a fim de apresentar os resultados da avaliação e fornecer subsídios às ações de planejamento, execução e acompanhamento, visando a melhoria contínua da Instituição”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:181, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] outro ponto que consideramos relevante relaciona-se ao fomento de um debate sobre metodologias e protocolos de análise dos resultados da autoavaliação institucional no sentido de permitir que o processo culmine na construção de planos de melhorias por meio de ações concretas, contínuas e cotidianas”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:181, julho 2020, APÊNDICE V).*

Quanto a precisão da avaliação na unidade de categoria **A4 - programa Explícito Descrições de Contexto**, apresenta como resultado atendido, os programas são documentados nos seus contextos com detalhes e escopo apropriados para fins de avaliação. Sendo assim, este aspecto também é salientado nos dados:

*“[...] a participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pessoais no sistema de preenchimento dos questionários são preservadas a identificação dos respondentes, garantindo o anonimato e o sigilo, além da fidedignidade das respostas, motivo pelo qual, a amostragem é considerada não probabilística”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:172, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail institucional e ao acessar os sistemas, com explicações sobre a autoavaliação em andamento, acessível via internet, na Instituição ou externamente, por computadores e celulares”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:173, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] os planejamentos oficiais da instituição estão incorporados de forma integrada nos trabalhos desenvolvidos em cada unidade gestora”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:173, julho 2020, APÊNDICE V).*

**Ainda na precisão da avaliação na unidade A5 – as avaliações de gerenciamento de informações, apresenta como resultado atendido,** devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações. Segue destacado nos trechos a seguir:

*“[...] no caso da aplicação de instrumentos de coleta de dados para a autoavaliação institucional, cabe à CPA-UNILA, em articulação com as unidades administrativas e acadêmicas promover a estruturação e criação de mecanismos específicos, presencial ou on-line, para viabilizá-la, priorizando o alcance das metas estabelecidas no PDI e as percepções e sugestões de melhorias advindas de docentes, de discentes, de técnicos administrativos, de egressos e da comunidade externa”. (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:165, julho 2020, APÊNDICE V).*

*“[...] os dados coletados são organizados e tabulados, agrupando-os conforme critérios estabelecidos pela CPA, com apoio técnico de profissional da área de*



estatística. A CPA analisa a consistência obtida e, se houver necessidade, são realizadas ações complementares para o preenchimento de eventuais lacunas”. (D 2: **UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:166, julho 2020, APÊNDICE V**).

“[...] de posse de informações consideradas suficientes, ocorre a organização e análise dos dados, procurando avaliar em que medida se encontra coerência entre as atividades desenvolvidas pela universidade e as políticas institucionais estabelecidas no PDI, de acordo com a percepção das comunidades interna e externa. Isto é, os dados coletados serão a base para a elaboração de relatórios, a fim de disseminar o conhecimento”. (D 2: **UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:169, julho 2020, APÊNDICE V**).

“[...] o desenvolvimento das autoavaliações ocorre com auxílio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para a aplicação de questionários junto a docentes e discentes, e do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), no caso do formulário com roteiro de informações e questionário direcionado aos TAES”. (D 2: **UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:170, julho 2020, APÊNDICE V**).

“[...] Ambos ocorrem de forma on-line, o que possibilita rapidez na obtenção de informações, abrangência maior de pessoas em curto espaço de tempo. A avaliação das dimensões 5, 8 e 10 ocorreu no período de 20 a 23/03/2019”. (D 2: **UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:171, julho 2020, APÊNDICE V**).

“[...] Todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail institucional e ao acessar os sistemas, com explicações sobre a autoavaliação em andamento, acessível via internet, na Instituição ou externamente, por computadores e celulares”. (D 2: **UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:173, julho 2020, APÊNDICE V**).

“[...] Os questionários utilizam como possibilidade de resposta a escala Likert que tem por variação de 0-7, sendo: 0. Não sei ou não posso responder; 1. Totalmente

*insatisfeito; 2. Bastante insatisfeito; 3. Possivelmente insatisfeito; 4. Nem satisfeito, nem insatisfeito; 5. Satisfeito; 6. Bastante satisfeito; 7. Totalmente satisfeito". (D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018, 2:175, julho 2020, APÊNDICE V).*

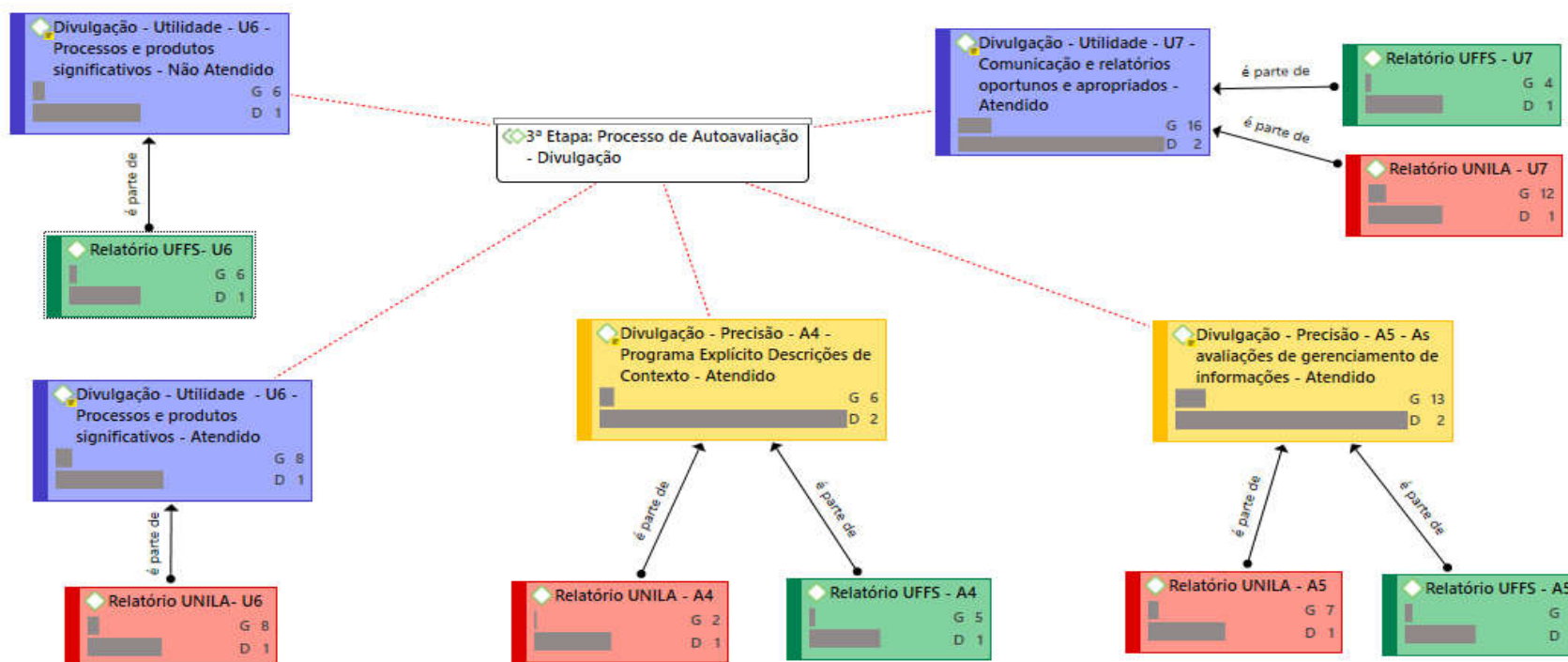
A aplicação da meta-avaliação na etapa de divulgação do processo de autoavaliação das IES traz apontamentos importantes para refletir. De acordo com Ristoff (2000), os resultados da avaliação devem revelar até que ponto o processo de avaliação desenvolvido produziu e forneceu informações tecnicamente apropriadas para o estabelecimento do valor e mérito da instituição avaliada.

Nesse contexto, segundo Firme e Letichevsky (2010), pode-se afirmar que a meta-avaliação tem como propósito fundamental assegurar a qualidade que por sua vez tem na essência a relevância de seu foco de atenção, por meio de um processo de indagação sistemática o mérito no que se refere as qualidades intrínsecas do objeto e a relevância no que se refere ao impacto e a repercussão do objeto foco em questão.

A Figura 35 apresenta em destaque a aplicação da meta-avaliação na etapa de divulgação do processo de autoavaliação institucional da UFFS e da UNILA, foi constituída a partir de um conjunto de unidades de registro, que apresentam as categorias, que originaram do 1º e do 2º ciclo de codificação, observa-se o grau de atendimento de cada IES quanto ao padrão de qualidade JCSEE, a quantidade de ocorrências relacionadas e a interpretação inferencial.

O esquema dos resultados apresentado na Figura 23 foi organizado a partir dos pressupostos de Bardin (2011) e Saldaña (2013), considerando as três etapas básicas para o desenvolvimento da análise de conteúdo: a pré-análise, a descrição analítica, a codificação e a interpretação inferencial.

Figura 23: Apresentação do resultado da meta-avaliação na 3ª etapa – divulgação do processo de autoavaliação - UFFS e UNILA



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti, (2020).

#### Legenda:

As universidades: UNILA – está na cor **vermelha**. UFFS – está na cor **verde**.

A letra **G**: significa a quantidade de citações para aquela categoria, interpretação inferencial. A letra **D**: número de outros códigos que estão ligados nesta categoria.

**Azul**: quando as duas IES apresentam para a mesma categoria resposta diferente. **Amarelo**: quando as duas IES apresentam para a mesma categoria resposta igual.

Na Figura 23, observa-se os resultados relativos à aplicação da **meta-avaliação na etapa de divulgação do processo de avaliação institucional na UFFS**, os quais apresentam que a instituição atendeu à maioria dos critérios JCSEE. Nesta etapa a autoavaliação somente não gerou **A4 - programa explícito descrições de contexto**, neste caso precisa de atenção a este compromisso. Os **U6 - processos e produtos significativos** são documentados para serem utilizados na avaliação. No entanto, existe a organização para **A5 - as avaliações de gerenciamento de informações**, entende-se que existe uma **U7 - comunicação e relatórios oportunos e apropriados** e o sigilo dos dados pela CPA e IES.

Para finalizar os resultados da aplicação da **meta-avaliação, observa-se a etapa de divulgação do processo de avaliação institucional da UNILA**, apresenta que atendeu a todos os critérios definidos pelo JCSEE. Nessa etapa gerou **U6 - processos e produtos significativos**, possibilitando à IES refletir sobre suas ações administrativas e acadêmicas. Os procedimentos e instrumentos utilizados são adequados e atualizados pela CPA. Os **A4 - programa explícito descrições de contexto** e documentados para ser utilizados na avaliação. No entanto, existe a organização para **A5 - as avaliações de gerenciamento de informações**, entende-se que existe uma comunicação sobre a divulgação e sigilo dos dados pela CPA e IES, exige como ponto de atenção elaborar diferentes formatos de divulgação.

Neste sentido, vale considerar conforme destaca Dias Sobrinho (2010), que a avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais, produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social, promovendo dessa forma a qualificação da Educação Superior em todos os seus aspectos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, este estudo foi dirigido com objetivo de meta-avaliar o processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira Sul na América do Sul. Assim, propôs-se a problemática de pesquisa: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira na América do Sul, considerando-se os objetivos específicos deste estudo, retomados e arguidos a seguir. No estudo considerou-se uma reflexão sobre a qualidade no ensino superior, a escolha de metodologia e o conhecimento das políticas de avaliação para o desenvolvimento de uma boa prática do processo de autoavaliação institucional na IES. Nesse sentido, houve um destaque especial para as Universidades de Fronteira Sul na América do Sul, ambas situadas no Brasil, a UNILA – Foz do Iguaçu – PR, faz fronteiras com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). Com inserção regional em três municípios a região do Oeste do Paraná (Brasil), o Departamento do Alto Paraná (Paraguai) e a Província de Misiones (Argentina) e a UFFS instituição multicampi com campus em Chapecó SC, Laranjeiras PR, Realeza PR, Erechim RS, Passo Fundo RS e Cerro Largo RS.

Nesse contexto, a UFFS tem na sua Missão destaque para assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e Estados que compõem a grande fronteira do Mercosul, seu entorno e o país. Promover o desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso. (CPA/UFFS, 2018, p.68).

Na UNILA, a Missão institucional de acordo com a sua lei de criação, é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina e Caribe. (Projeto de Autoavaliação Institucional – UNILA 2018-2020, p.11). Para entender o conceito de Fronteira, Assis (2016), destaca que superamos a noção de fronteira como limite físico e ou geográfico e a compreendermos como zona de contato, a educação é dimensionada como direito humano, de dignidade das pessoas residentes nas fronteiras internacionais.

A UFFS e a UNILA trazem nas suas Missões elementos em destaque entre as tendências de qualidade, o direito a educação e o desenvolvimento regional respeitando as diversidades e a preservação da cidadania. Sendo assim, Bento (2015), afirma que o direito à educação é um desafio para fortalecer a educação na Fronteira, espaços físicos, geográficos, de distinção para a afirmação de identidades coletivas situadas nestes territórios específicos. Assim, Fronteiras são invenções culturais, territoriais, de comunidades antigas com territórios e identidades culturais diferentes.

Dessa forma, vários foram os aspectos observados nos dados que contribuíram para atingir os objetivos deste estudo e responder à questão de pesquisa.

A problemática de pesquisa deste estudo procurou responder como a meta-avaliação em mais de uma universidade contribuiu para a qualificação da Educação Superior na América do Sul, o objetivo geral e específicos foram sendo atendidos ao longo da análise de dados. Nesse cenário, a aplicação da meta-avaliação contribuiu em especial nas etapas do processo de autoavaliação institucional, identificando as potencialidades e fragilidades para uma possível comparação da metodologia, instrumentos e a garantia de uso das partes interessadas pelos resultados da avaliação da IES. Além disso, contribuiu para ampliar conhecimentos e compartilhar os Eixos e dimensões do planejamento e a avaliação institucional e as políticas de gestão, permitindo comparar condições de qualidade nas IES. Segundo Farenzena (2014), as políticas de condições de qualidade na educação buscam incidir em uma série de insumos e processos que interferem mais diretamente no currículo, abrangendo a produção e a apropriação do conhecimento, e as relações institucionais.

Nesse sentido, verificou-se a importância de uma avaliação ser útil contribuindo com informações confiáveis para a qualificação da Educação Superior, no entanto, exige atenção ao adotar uma metodologia adequada, para organização e atualização de ferramentas de fácil acesso para todas as etapas do processo de autoavaliação e uma boa comunicação e divulgação dos resultados para aumentar a confiabilidade e a veracidade das partes interessadas.

Assim, as IES têm um papel essencial para interpretar as fragilidades e as potencialidades e promover reflexões junto a comunidade acadêmica para atender sua missão. Desse modo, partiu-se do objeto de análise o processo de autoavaliação institucional das IES, segue as considerações para os objetivos específicos.

**Quanto às políticas norteadoras e subjacentes aos relatórios de autoavaliação dessas Instituições de Ensino Superior (IES), pode-se dizer que** iniciou nos anos de 1950 a 1970 com o Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos, com a Reforma Universitária. Na sequência, o primeiro sistema de avaliação brasileiro que se apresentou foi o PARU de 1983 -1985, considerando a abordagem qualitativa, formativa e emancipatória de avaliação. O segundo sistema de avaliação CNRES de 1985-1986, com o objetivo de permitir a formulação de uma nova política para a educação brasileira. O terceiro sistema de avaliação foi criado em março de 1986, que orientava o financiamento e a distribuição de recursos. O quarto sistema de avaliação PAIUB de 1993, buscou identificar a eficiência curricular dos programas de graduação, por meio de métricas de desempenho docente, discente e da estrutura física da instituição. O quinto sistema de avaliação de caráter obrigatório em 1995, o Exame Nacional de Cursos, com o objetivo de que a “União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação”. Sendo assim, em 2004 surgiu o sexto sistema de avaliação e atual utilizado nas IES brasileiras até o momento que é o SINAES, o qual considerou a concepção formativa de autoavaliação institucional.

Conforme a OCDE (2018), nesse contexto as autoridades brasileiras concentram esforços consideráveis na regulamentação de provedores de ensino superior e na implementação de mecanismos para a qualidade da oferta de ensino superior em todas as partes do sistema. Dessa forma, algumas tendências são assumidas pelo ensino superior na medida que a demanda por novas habilidades e conhecimentos expandem na competitividade econômica.

**Considerando o olhar voltado para como se apresentam os Eixos e dimensões da avaliação postuladas pelo SINAES do processo de autoavaliação institucional em Universidades de Fronteira na América do Sul pode-se dizer que:** Na UNILA localizada em Foz do Iguaçu - PR com papel fundamental na fronteira no ensino superior, o percurso avaliativo acontece em períodos de três anos (2018-2020), a organização dos relatórios é parcial e contempla as etapas de preparação, execução e divulgação que possui o formato de ciclos para atender todos os Eixos do SINAES: 1º ciclo (Eixo 1- dimensão 8 e Eixo 4 – dimensão 5), 2º ciclo (Eixo 3 – dimensão 2 e Eixo 4 – dimensão 6), 3º ciclo (Eixo 2 – dimensão 1, Eixo 5 – dimensão 3), dessa forma, finaliza no terceiro ano do ciclo com um relatório final que contempla os resultados dos dois anos anteriores avaliados, com análise geral com relação aos Eixos e dimensões.

Na UFFS, instituição multicampi com campus em Chapecó SC, Laranjeiras PR, Realeza PR, Erechim RS, Passo Fundo RS e Cerro Largo RS. Verificou-se após leitura e organização do Quadro 3 que trata do tempo do fluxo do processo de autoavaliação nas IES, que os documentos possuem metodologia e cronograma de execução diferente para a aplicação do processo de autoavaliação institucional.

Quanto à estrutura dos relatórios de autoavaliação das IES no ano-base 2018, os Eixos em comum identificados são: EIXO 1: Planejamento e Avaliação – Dimensão 8: Planejamento e Avaliação e EIXO 4: Políticas de Gestão – Dimensão 5: Políticas de Pessoal e na Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira. Quanto ao Eixo Planejamento e Avaliação Institucional, apresentado na Dimensão 8 que se refere ao planejamento e avaliação das IES em relação aos resultados e a eficácia da autoavaliação. Em relação ao Eixo Políticas de Gestão, demonstrada na Dimensão 5 que trata das políticas de pessoal, planos de carreiras do corpo docente, técnico administrativo em relação ao seu desenvolvimento profissional, plano de carreira, ambiente de trabalho. Também avalia a Dimensão 10 Sustentabilidade Financeira que apresenta a capacidade da IES no planejamento financeiro ao longo prazo para suas contas e a projeção de oferta da educação superior para a comunidade com qualidade.

**Quanto aos pontos fortes a serem ressaltados e as fragilidades a serem melhoradas no processo de autoavaliação institucional, mediante a checagem de critérios de qualidade de avaliações JCSEE nas Universidades de Fronteira na América do Sul pode-se dizer que:** No caso da autoavaliação institucional da UFFS, observa-se na 1ª etapa – processo de autoavaliação – preparação, os seguintes pontos fortes: o código utilidade – U4 valores explícitos, tem como resultado “Atendido”, o código precisão – A2 - informação válida como resultado “Atendido”, o código precisão – A6 - projetos de som e análises como resultado como “Atendido”, como pontos frágeis: o código utilidade – U3 - finalidades negociadas, tem como resultado “Não atendido”.

Na 2ª etapa – processo de autoavaliação – execução, não apresentou pontos fortes. Destaque para os pontos frágeis: o código utilidade – U2 - atenção às partes interessadas como resultado “Não atendido”, o código utilidade – U1 - credibilidade do avaliador como resultado “Não atendido”, código utilidade – U5 - informações relevantes como resultado “Não atendido”, o código precisão – A3 - informações confiáveis como resultado “Não atendido”.



Na 3ª etapa – processo de autoavaliação – divulgação, segue os pontos fortes: o código utilidade – U6 - processos e produtos significativos tem como resultado “Atendido”, o código utilidade – U7 - comunicação e relatórios oportunos e apropriados significativos tem como resultado “Atendido”, o código precisão – A4 - programa explícito descrições de contexto tem como resultado “Atendido”, o código Precisão – A5 - as avaliações de gerenciamento de informações tem como resultado “Atendido”. Segue os pontos frágeis: A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto tem como resultado “Não atendido”.

Portanto, este foi o resultado da análise realizada com a aplicação da meta-avaliação para verificar quanto ao grau de atendimento ao padrão de qualidade de JCSEE, na utilidade e precisão da avaliação da IES. Observa-se, que os pontos fortes estão presentes nas etapas de preparação e divulgação do processo de autoavaliação institucional, e como ponto frágil pode-se considerar a etapa de execução do processo de autoavaliação, que a mesma segue uma perspectiva de avaliação que promove reflexões da maneira que é conduzida em sua metodologia.

No caso da segunda IES que participou do estudo, a UNILA, observou-se que na 1ª etapa – processo de autoavaliação – preparação, segue os pontos fortes: o código utilidade – U3 - finalidades negociadas, tem como resultado “Atendido”, o código utilidade – U4 valores explícitos, tem como resultado “Atendido”, o código precisão – A2 - informação válida como resultado “Atendido”, o código Precisão – A6 - projetos de som e análises como resultado “Atendido”, não apresentou pontos frágeis na etapa.

Na 2ª etapa – processo de autoavaliação – execução, segue os pontos fortes: o código utilidade – U2 - atenção às partes interessadas como resultado “Atendido”, o código utilidade – U1 - credibilidade do avaliador como “Atendido”, o código Utilidade – U5 - informações relevantes como resultado “Atendido”, o código precisão – A3 - informações confiáveis como resultado “Atendido”, não apresentou pontos frágeis na etapa.

Na 3ª etapa – processo de autoavaliação – divulgação, segue os pontos fortes: o código utilidade – U6 - processos e produtos significativos tem como resultado “Atendido”, o código utilidade – U7 - comunicação e relatórios oportunos e apropriados significativos tem como resultado “Atendido”, o código precisão – A4 - programa explícito descrições de contexto tem como resultado “Atendido”, o código precisão –

A5 - as avaliações de gerenciamento de informações tem como resultado “Atendido”, não apresentou pontos frágeis nesta etapa.

Consequentemente, este foi o resultado da análise realizada com a aplicação da meta-avaliação para verificar quanto ao grau de atendimento ao padrão de qualidade de JCSEE, na utilidade e precisão da avaliação da IES. Pode-se observar, que os pontos fortes estão presentes em todas as etapas de preparação, execução e divulgação do processo de autoavaliação institucional, sendo que a mesma, segue uma perspectiva de avaliação que promove reflexões da maneira como é conduzida por meio da organização de ciclos em sua metodologia.

Aspectos salientados por Scheffer, Sponchiado, Teston e Rebonatto (2009), quando se referem que o SINAES assume um caráter educativo a partir do momento em que passa a ter papel fundamental para a avaliação externa e interna das instituições, com objetivos formativos, tendo em vista reflexões quanto a melhoria da qualidade acadêmica e externa no cumprimento pelo sistema e instituições da educação superior de suas funções públicas.

**No que se refere às contribuições da meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional de duas Universidades de Fronteira na América do Sul, em** relação à fase anterior do estudo, entende-se que para a UFFS, no sentido de posicionar e sugerir qualificação sobre a etapa de execução do processo de autoavaliação, não atendeu os padrões de qualidade quanto a utilidade e precisão da avaliação. Recomenda-se uma reflexão sobre a metodologia, ferramentas e principalmente o cuidado com as partes interessadas para aumentar a confiabilidade sobre as representações e descobertas a respeito da avaliação, naquelas que apoiam as interpretações na divulgação dos resultados para a melhoria da qualidade da educação superior. Observou-se que ainda não existe a prática de acompanhamento e que os relatórios são finalizados na etapa de divulgação. Além disso, a comunidade interna e externa não visualiza a curto prazo as ações realizadas após encerramento dos relatórios, porque essas ações demandam certo tempo para serem realizadas.

Quanto à metodologia, os fluxos de processos e instrumentos não possuem ainda a transparência necessária para que o processo ganhe a credibilidade necessária da comunidade acadêmica, aspecto que se constituirá quando se estabelecer uma cultura de avaliação na IES, conforme destaca Cunha (2004), a cultura institucional considera que os processos de avaliação são culturais. É necessário esforços intencionais para

fundar as bases de participação reflexiva, pois não é essa a história e vivência cotidiana. Para ultrapassar a concepção e a prática de avaliação como mera função regulatória e legalista e preciso partir de outra lógica, com outro sentido filosófico, ético e político. Evidenciou-se também, outra situação problemática de que um processo que não é obrigatório não gera credibilidade, confiança e reflexões sobre os resultados, pelos interessados pela avaliação. Assim, volta-se um olhar para a estrutura e organização do relatório, que quando contempla todos os Eixos e todas as dimensões, pode dificultar o entendimento da comunidade interna e externa.

Conforme o relatório de autoavaliação, a CPA na UFFS tem o objetivo de contemplar os diferentes aspectos relacionados ao convívio universitário, desenvolvimento de relações interpessoais, do processo de ensino e de aprendizagem e dos setores de apoio necessários para o bom andamento da gestão acadêmica e administrativa de forma harmônica. Nesta IES a CPA é composta por representantes de diferentes setores que compõe os anseios da Instituição. No entanto, apresenta oportunidades iguais para que membros de todos os campi da UFFS tenham representantes nesta Comissão. Tendo em vista que somente 1 (um) campus apresenta representação dos quatro segmentos previstos para participar da CPA e que o campus de Erechim-RS da UFFS não apresentou sequer um representante para compor a equipe da CPA, esta unidade pelo que foi observado no relatório, tem ficado fora das discussões mais detalhadas no relatório.

A melhoria dos processos avaliativos passa primeiramente pela sensibilização dos membros da CPA. Dessa forma, a sensibilização da comunidade universitária também exige reforço, tendo foco nas ações da CPA, a devolutiva dos resultados dos processos de autoavaliação institucional, a participação dos diferentes setores da Instituição na elaboração e/ou adequação dos instrumentos avaliativos.

Pode ser observado também que, até o momento, o processo de autoavaliação na UFFS é visto como mero instrumento burocrático, tendo sua importância ainda pouco reconhecida ou desconhecida no sentido de uma busca de qualificação e melhoria da vida universitária e dos processos que vão desde a gestão até mesmo de ensino e aprendizagem. Como previsto no PDI e no relatório de autoavaliação a CPA tem como meta a sensibilização e envolvimento da participação da comunidade universitária nas diferentes etapas do processo de avaliação institucional.

Na UNILA, segunda instituição que participou do estudo, observa-se que seu relatório, possui uma metodologia diferenciada para os processos e atendeu todos os padrões de qualidade do JCSSE quanto a utilidade e precisão da avaliação propostos da meta-avaliação em todas as etapas do processo de autoavaliação.

Nesse sentido, os padrões de qualidade aumentam o grau de confiabilidade das partes interessadas nos programas que consideram os processos e produtos de avaliação, as descobertas e representações das avaliações sobre interpretações. Os padrões de qualidade utilidade e precisão utilizados na meta-avaliação, apresentam a capacidade das IES para agregar informações úteis e relevantes tendo em vista os interessados na avaliação, bem como, a melhoria da motivação do processo avaliativo.

Segundo Stufflebeam (2001), o processo de delinear, obter e aplicar informação descritiva e de julgamento sobre a utilidade, a viabilidade, a adequação e a precisão de uma avaliação e sua natureza sistemática, competente conduta de integridade, respeitabilidade e responsabilidade social para orientar a avaliação e divulgar publicamente seus pontos fortes e fracos.

Para se chegar a esses resultados, os dados tiveram um tratamento rigoroso de análise de dados, respeitando as políticas de avaliação e os padrões de qualidade de utilidade e precisão do JCSEE, examinados no *software* ATLAS.ti. Como pesquisadora das áreas de educação e tecnologia, foi possível aplicar os ciclos de codificação da análise de conteúdo com o uso do *software* ATLAS.ti, assim pode contribuir para uma análise qualitativa com rigor científico. De forma geral, a pesquisa proporcionou várias reflexões das contribuições para a qualificação do processo de autoavaliação, na identificação das políticas educacionais, políticas de avaliação, principalmente na importância das partes interessadas dos diferentes ambientes da IES para atender a missão institucional. Este estudo com o tema “Meta-avaliação: processo de autoavaliação institucional nas Universidades de Fronteira na América do Sul”, caracterizada como uma pesquisa qualitativa com análise de conteúdo, conforme os autores Bardin (2011) e Saldaña (2013).

Sendo assim, buscou-se identificar as lacunas do processo de autoavaliação nas IES. As políticas de avaliação orientam a elaboração e implementação da autoavaliação institucional, mas ainda dependem da organização e metodologia da IES, suas políticas internas e vontade dos interessados na avaliação para desempenhar um bom planejamento estratégico. Portanto, os resultados dos processos de autoavaliação, são

explorados como um bem integrante do processo econômico e não como bem público.

O relatório de autoavaliação da UNILA, afirma que a CPA está em pleno processo de consolidação e que o *feedback* obtido trouxe importantes informações que deverão nortear os processos de sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da atuação da CPA e dos trabalhos por ela executados visando a excelência da Instituição.

Uma expectativa da CPA é que diversos planos de melhoria sejam executados pelas unidades envolvidas, de forma que possam evoluir na IES e assumir o caráter formativo e contínuo da autoavaliação e a participação efetiva da comunidade interna e externa acadêmica.

Consequentemente, o estudo respondeu à problemática de pesquisa: Como a meta-avaliação possibilita melhorias no processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira na América do Sul? Nesse sentido pode-se buscar amparo em Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), quando se referem que a finalidade da meta-avaliação pode ser resumida em qualificar o objeto avaliado, empoderar os interessados e gerar informações para o contínuo aprimoramento técnico.

Nesse sentido, os dois relatórios de autoavaliação analisados contemplam as dimensões previstas no SINAES, mas os resultados da aplicação da meta-avaliação nos relatórios não preveem todos os padrões de qualidade JCSEE, conforme apresentados e discutidos na categorização, indicaram lacunas principalmente na etapa de execução do processo de autoavaliação institucional.

Sendo assim, na UFFS, a partir desses dados pode-se dizer que atendeu parcialmente os critérios nas etapas de preparação e divulgação, sendo que o ponto de maior fragilidade está na etapa de execução, pois nem todos os critérios de qualidade analisados foram atendidos, assim, exige uma atenção especial da IES para essa etapa. Por outro lado, na UNILA, os resultados das etapas de preparação, execução e divulgação do processo de autoavaliação institucional apontam que atendeu aos critérios de qualidade do JCSSE.

De forma geral, a aplicação da meta-avaliação nas IES possibilitou indicar aspectos de melhoria no processo de autoavaliação institucional dessas Universidades de Fronteira na América do Sul, para esclarecer e compreender se a autoavaliação produziu informação útil e confiável no processo como um todo para a comunidade interna e externa.

A realização do processo de autoavaliação não é somente para atender as exigências burocrático-legais, mas para a instituição conhecer-se em todas as suas dimensões que vão desde a organização, políticas de funcionamento e gestão, e o relatório possa se tornar um instrumento informativo para a IES, no sentido de promover uma reflexão sobre todas as atividades desenvolvidas na instituição de modo a considerar aspectos apontados pela comunidade interna e externa.

Para Dias Sobrinho (2010), a avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais, produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, os conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. Conforme afirma Ristoff (2000), os resultados da avaliação devem revelar até que ponto o processo de avaliação desenvolvido produziu e forneceu informações tecnicamente apropriadas para o estabelecimento do valor e mérito da instituição avaliada.

Além disso, os resultados da aplicação da meta-avaliação podem proporcionar aos interessados das IES a sua utilização para o acompanhamento das ações com o objetivo de melhoria da qualidade dos serviços prestados a partir das informações coletadas no sentido de qualificar a educação superior, considerando os instrumentos como o software ATLAS.TI e o padrão de qualidade JCSSE, ferramentas essenciais para obter os resultados com rigor sobre o grau de atendimento nas categorias utilidade e precisão em cada etapa do processo de autoavaliação das IES.

Por fim, a política educacional mais enfatizada no estudo foi a política brasileira de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) cujas diretrizes e dimensões foram utilizadas para a análise dos relatórios das IES. Pesquisar a autoavaliação institucional em Universidades de Fronteira na América do Sul, pode contribuir acadêmica e socialmente para a educação superior, para a pesquisa na área da Autoavaliação Institucional e para a linha das políticas educacionais do Programa de Pós Graduação em Educação.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Alberto. **A Reforma do Ensino Superior Português**. In: Políticas do Ensino Superior: Quatro temas em debate. Conselho Nacional de Educação, Lisboa, Portugal, 2007.

ANDREIS, A. M.; SCHERMA, C. C. . **O diálogo, a fronteira e o movimento nas metodologias científicas e pedagógicas**. In: CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. (Org.). Pesquisa, educação e cidadania: percursos teóricos e metodológicos. 1ed. Ijuí/RS: Editora da Unijuí, 2016, v. 01, p. 77-95.

ANDREIS, Adriana Maria. **Cotidiano: uma categoria geográfica para ensinar e aprender na escola**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Ijuí/RS, 2014a. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=459374](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=459374). Acesso em: 13 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **A aula: um território produto-produtor de espaço**. Anais do XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Adriana%20M%20Andreis.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2014b.

ASSIS, Jacira. **Veias abertas nas fronteiras internacionais do Brasil: percalços na efetivação da educação como um direito universal**. International Studies on Law and Education jan-abr. CEMOrOc-Feusp/IJI-Univ. do Porto, 2016.

BARDIN, Laurence, **Análise de conteúdo**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAKHTIN, Mikhail; (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BENTO, F.R. **O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional Sul-Americana**. Revista Conjuntura Austral. Vol. 6, nº 27-28, p. 40-53, dez. 2014-Mar.2015. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51125>. Acesso em: 30 de mar.de 2020.

BITTAR, Mariluce.; MOROSINI, Marília C. **Avaliação da Educação Superior no Brasil: política pública e qualidade da educação** [Evaluacion de la Educación Superior em Brasil: política publica de Estado y calidad de la educación]. In: Seminário Taller Internacional de Evaluación y Acreditación. Aportes para pensar La Educación Superior del Equador, 2008, Quito. Anais. v.1. 2008.

BORGES, Regilson Maciel, ROTHEN, José Carlos. **Abordagens de avaliação educacional: a constituição do campo teórico no cenário internacional**. Revista Eletrônica de Educação, v. 13, n. 2, p. 749-768, maio/ago. 2019.

BRASIL, **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES: Bases para uma Nova proposta da Educação Superior**. Ministério da Educação. Brasília, ago. 2003.

\_\_\_\_\_, 1983. **Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU**. Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_, 1985. (GERES). **Decreto nº 91.117, de 29 de março de 1985**. [Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 06 mar. 2019.

\_\_\_\_\_, 1986. **Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior GERES**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

\_\_\_\_\_, 1993. **Documento Básico Avaliação das Universidades Brasileiras [PAIUB]: Uma Proposta Nacional**. Comissão Nacional de Avaliação. Brasília: MEC, 1993.

\_\_\_\_\_, 2003. **Sinaes: Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_, 2004. **Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 2. ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. **Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 72, abr. 2004.

\_\_\_\_\_. CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para auto-avaliação das instituições de ensino superior**. Brasília: CONAES, 2004.

\_\_\_\_\_. **CNRES**. Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. Institui a CNRES. Brasília.



\_\_\_\_\_. **ENC**. Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995. Criação do Exame Nacional de Cursos.

\_\_\_\_\_. Inep. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes**. Vol. 1 a 5. Brasília: Inep, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **(Revogada). Fixa normas de organização e Funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm)>. Acesso em: 10 jun.2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 18 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. OCDE. **Revisões das Políticas Nacionais para a Educação**. Relatório: Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil. INEP, 2018.

\_\_\_\_\_. PNE. **Plano Nacional da Educação**. <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014%20>. Acesso em: 16 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria. nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA\\_2051.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf). Acesso em 10 de abr. 2019.

BLEY, Dagmar Heil Pocrifka. **Panorama dos elementos influenciadores do processo da adoção de tecnologias por professores**. Recife, 2018.

BLEY, Dagmar Heil Pocrifka. **CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Ciclos de codificação e o software atlas ti: uma parceria criativa para análise de dados qualitativos em pesquisas sobre o uso das tecnologias digitais no campo da Educação**. Em Teia: Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana. vol. 10 - número 1, 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48 edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COMISSÃO NACIONAL PARA REFORMULAÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CNRES/MEC/Brasil, 1985). **Uma nova política para a educação superior brasileira**. Relatório Final. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.index.htm>.

CAPES, **Sistema de Informações Georreferenciadas (GEOCAPES - Georeferenced Information System)**, CAPES, 2018. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> Acesso em: 30 de mar.de 2020.

CONAES - COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Diretrizes para avaliação das instituições de educação superior.** CONAES Brasília: MEC/CONAES, 2004.

CONEAU- **Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria:** Linamientos para la Evaluación Institucional - Buenos Aires, 1997 – Disponível em: [www.coneau.edu.ar](http://www.coneau.edu.ar) – Acessado em: 01 de out. 2019.

CONTRERAS, Ricardo. B. **Qualitative data analysis with Atlas.ti 7 windows:** introduction. Qualitative Data Analysis whit ATLAS.ti 7 Windows Training. Apresentação Power Point utilizada no curso Qualitative Data Analysis whit ATLAS.ti 7 Windows, Chicago, 10 a 12 maio, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento Desigual e Combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado.** Educação & Sociedade. Campinas, v.25, nº88, p.795-817, out.2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Questão Federativa e a Educação Escolar. Educação e federalismo no Brasil:** combater as desigualdades, garantir a diversidade / organizado por Romualdo Portela de Oliveira e Wagner Santana. – Brasília: UNESCO, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e campos políticos. **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 1, jul. 1996.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009):** do provão ao Sinaes. *Avaliação*, v.15, n1. 2010.

FARENZENA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz. **Políticas públicas de educação no Brasil:** reconfigurações e ambiguidades. In: MADEIRA, Lígia Mori. *Avaliação de Políticas Públicas.* Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

FIRME, Thereza Penna.; LETICHEVSKY, Ana Carolina. **O desenvolvimento da capacidade de avaliação no século XXI:** enfrentando o desafio por meio da meta-avaliação. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 180-195, mai./ago. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª Edição – São Paulo: Atlas, 2010.

GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (GERES). **Relatório.** Brasília. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/geres.pdf> > Acesso em: 10 de fev. 2019.

HARVEY, Lee; GREEN, Diana. Defining Quality. **Assessment & evaluation in higher education.** Londres, v.18 Issue 1, p. 9-26, apr. 1993.

\_\_\_\_\_. (2006). **Versão final do documento publicado como Harvey, L., 2006, a "qualidade Entendimento",** Secção B 4,1-1 de" Apresentando Bologna objetivos e ferramentas 'em Purser, L. (Ed.) EUA Bologna Handbook: Fazendo trabalhos de Bolonha, Bruxelas Universitário Europeu Associação e Berlim, Raabe.

HEDLER, Helga Cristina. **Meta-avaliação de auditorias do Tribunal de Contas da União: um estudo sobre auditorias de programas sociais.** Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2007.

HEDLER, Helga Cristina.; TORRES, Cláudio Vaz. **Meta-avaliação de auditorias de natureza operacional do Tribunal de Contas da União.** RAC, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 469-486, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13n3/v13n3a08.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** São Paulo: Objetiva, 2001.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** \_\_\_\_\_ <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1> Acesso em: 16 de abr. 2019.

INEP. **Número de Matrículas da Educação Superior Por Categoria Administrativa e Abrangência Geográfica** (Enrolment in Higher Education, by region and administrative category), <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo>.

FERREIRA, Jeferson Saccol. **Revelações do Sinaes: (des)caminhos da avaliação da qualidade nos Cursos de Pedagogia no Brasil** [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

JCSEE- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards: how to assess evaluation of educational programs.** 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. <http://www.jcsee.org/>

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users: a guide for evaluators and evaluation users.** 3rd. ed. Thousands Oaks, CA: Sage, 2011.

JCSEE - JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION (2018). **Checklist of the program evaluation standards statements Retrieved from** <https://wmich.edu/evaluation/checklists> Acesso em: 16 de abr. 2019.

NEAVE, G. (Ed.). **Knowledge, power and dissent: critical perspectives on Higher Education and research in Knowledge Society.** França: UNESCO, 2006.

NEAVE, G.. Mapping the knowledge society back into higher education. In: NEAVE, G. (Ed.) **Knowledge, power and dissent.** Education on the movies series. Paris: UNESCO Publishing, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Oliveira, João Ferreira de. Toschi, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virginia. **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de Pesquisa**. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2017.

MARIN, Jerri. **Os “deslimites do Vago” e a multiplicidade de fronteiras**. In Fronteiras em questão: múltiplos olhares. Série Fronteiras. Campo Grande, 2013.

MEC, **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: [basenacionalcomum.mec.gov.br](http://basenacionalcomum.mec.gov.br). Acesso em: 22 de mai. 2019.

MEC, **Plano Nacional de Educação**. Fonte: <http://pne.mec.gov.br/perguntas-frequentes>, Acesso em: 20 de jul. de 2019.

MERCOSUL EDUCACIONAL. <http://edu.mercosur.int/pt-BR/>. Acesso em: 26 de Out.de 2018.

MICHAELIS, **Dicionário Escolar de Língua Portuguesa**, 4ª Edição, 2017.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Revista Avaliação**. Campinas, Sorocaba, São Paulo. v. 19, n.2, p.385-405, jul. 2014.

POLIDORI, Marlis Morosoni. **Políticas de avaliação da Educação Superior Brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e outros índices**. Avaliação, Campinas, Sorocaba, v.14, n. 2, 2009.

RISTOFF, Dilvo. **O Sinaes e os seus permanentes desafios**. Universidade Comunitária e Avaliação: os quinze anos do PAIUNG, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **História da institucionalização dos direitos sociais: princípios e conceitos**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 71, p. 230-248, mar. 2017 – ISSN: 1676-2584.

ROQUE NETO, Carnot Jacy. **Elementos de Internacionalização da Educação Superior na experiência ARCU-SUR- Arquitetura**. Monografia de conclusão de curso - Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Paraná, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema de Educação: Subsídios para a Conferência Nacional de Educação (2009)**. Disponível em: [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/conae\\_dermevalsaviani.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/conae_dermevalsaviani.pdf)>. Acesso em: 15 Mai. 2020.

SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researchers**. London: Sage, 2013.

SANTOS, Claudécir Dos. **Políticas educacionais brasileiras e as incompatibilidades de leis entre os entes federados**: observações sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e a formação e(m) tempo integral. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 37, p. 127-142, maio/ago. 2015.

SCRIVEN, Michael. **Evaluation thesaurus**. 4th. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SCHEFFER, Nilce Fatima; et al. **Avaliação do ensino superior: algumas perspectivas**. Espaço Pedagógico, Passo Fundo: Editora UPF, v.15, n.2, p. 132-141, jul/dez. 2008.

SCHEFFER, Nilce Fatima. SPONCHIADO, Denise Aparecida Martins. TESTON, Aínda Teresinha. REBONATTO, Marcelo Trindade Rebonatto. **Concepções de avaliação institucional e do ENADE na prática das instituições integrantes do PAIUNG**. Universidade Comunitária e Avaliação: os quinze anos do PAIUNG, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

STUFFLEBEAM, Daniel L. **The metaevaluation imperative**. American Journal of Evaluation, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001.

STUFFLEBEAM, Daniel L.; SHINKFIELD, Anthony L. **Evaluación sistemática: guía teórica y práctica**. Trad. Carlos Losilla. Barcelona: Paidós, 1987.

STUFFLEBEAM, Daniel L. **Evaluation models. New directions for evaluation**, San Francisco, n. 89, p. 7-98, 2001.

SAFANELLI, Arcângelo dos Santos. KLAES, Luiz Salgado. ANDRADE, Dalton Francisco. TEZZA, Rafael. **Avaliação da Educação Superior: a importância do SINAES nas políticas de avaliações**. AVALIES 2017 – 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179290>, Acesso em: 10 de fev. 2020.

WORTHEN, Blaine. R.; SANDERS, James. R.; FITZPATRICK, Jody. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

UFFS, **Lei nº 12.029/2009**. Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, 15 de set. 2009.

UFFS, Relatório Autoavaliação Institucional, 2018. UFFS, **Resolução nº 31/Consuni/UFFS/2015**. Aprova adequações ao novo Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul, 13 de out., 2015.

UFFS, **Resolução nº 03/Consuni/UFFS/2016**. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal da Fronteira Sul, 01 de mar. 2016.

UFFS < HYPERLINK

"<http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5b%5d=3670>"

UFFS < HYPERLINK

<http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5b%5d=3670>>. Acesso em 22: de abr. 2019.

UFFS < HYPERLINK

"<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649862/16296>>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

UFFS

Relatório de Gestão 2009-2019, Chapecó-SC, CPA, 2019.

UFFS, PDI (2013-2023).

[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/plano\\_de\\_desenvolvimento\\_institucional](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional). Acesso em: 22 de abr. 2019

UNILA, Lei nº 12.189/2010. **Criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA**, 12 de jan., 2010.

UNILA, Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional, CPA, 2018.

UNILA, PDI (2019-2023).

[https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/PDI\\_UNILA\\_20192023\\_Verso\\_Final\\_pds\\_CONSUN\\_07.10.19.pdf](https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/PDI_UNILA_20192023_Verso_Final_pds_CONSUN_07.10.19.pdf). Acesso em: 22 de abr. 2019.

YARBROUGH, D.B., SHULHA, L.M. HOLPSON, R.K., CARUTHERS, F.A. (2011).

**The program evaluation standards: A guide for evaluators and evaluation users** (3 ed). Thousand Oaks, CA: Sage.

## APENDICE I - Lista de verificação das declarações dos padrões de avaliação do programa pelo comitê conjunto de padrões para avaliação educacional



### Standards Statements Joint Committee on Standards for Educational Evaluation

The Program Evaluation Standards “identify and define evaluation question and guide evaluators and evaluation users in the pursuit of evaluation quality” (Yarbrough, Shulha, Hopson, & Caruthers, 2011). The Standards include thirty statements that define five dimensions of program evaluation quality: utility, feasibility, propriety, accuracy, and evaluation accountability. Each standard has a name and is expressed in a statement, which is then explained in more detail in *The Program Evaluation Standards* book (Yahrough et al., 2011). The standards’ names and statements are reproduced below in checklist form with permission of the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (JCSEE). The purpose of this checklist version of the Standards is to provide evaluation practitioners, clients, users, and students with an accessible overview of the Standards. We encourage users to read *The Program Evaluation Standards* in full, and then use this checklist as a quick reference.

#### Utility Standards

The utility standards are intended to increase the extent to which program stakeholders find evaluation processes and products valuable in meeting their needs.

- U1 Evaluator Credibility:** Evaluations should be conducted by qualified people who establish and maintain credibility in the evaluation context.
- U2 Attention to Stakeholders:** Evaluations should devote attention to the full range of individuals and groups invested in the program and affected by its evaluation.
- U3 Negotiated Purposes:** Evaluation purposes should be identified and continually negotiated based on the needs of stakeholders.
- U4 Explicit Values:** Evaluations should clarify and specify the individual and cultural values underpinning purposes, processes, and judgments.
- U5 Relevant Information:** Evaluation information should serve the identified and emergent needs of stakeholders.
- U6 Meaningful Processes and Products:** Evaluations should construct activities, descriptions, and judgments in ways that encourage participants to rediscover, reinterpret, or revise their understandings and behaviors.
- U7 Timely and Appropriate Communicating and Reporting:** Evaluations should attend to the continuing information needs of their multiple audiences.

- U8 Concern for Consequences and Influence:** Evaluations should promote responsible and adaptive use while guarding against unintended negative consequences and misuse.

#### Accuracy Standards

The accuracy standards are intended to increase the dependability and truthfulness of evaluation representations, propositions, and findings, especially those that support interpretations and judgments about quality.

- A1 Justified Conclusions and Decisions:** Evaluation conclusions and decisions should be explicitly justified in the cultures and contexts where they have consequences.
- A2 Valid Information:** Evaluation information should serve the intended purposes and support valid interpretations.
- A3 Reliable Information:** Evaluation procedures should yield sufficiently dependable and consistent information for the intended uses.
- A4 Explicit Program and Context Descriptions:** Evaluations should document programs and their contexts with appropriate detail and scope for the evaluation purposes.
- A5 Information Management:** Evaluations should employ systematic information collection, review, verification, and storage methods.
- A6 Sound Designs and Analyses:** Evaluations should employ technically adequate designs and analyses that are appropriate for the evaluation purposes.
- A7 Explicit Evaluation Reasoning:** Evaluation reasoning leading from information and analyses to findings, interpretations, conclusions, and judgments should be clearly and completely documented.
- A8 Communication and Reporting:** Evaluation communications should have adequate scope and guard against misconceptions, biases, distortions, and errors.

Reference Yarbrough, D. B., Shulha, L. M., Hopson, R. K., & Caruthers, F. A. (2011). *The program evaluation standards: A guide for evaluators and evaluation users* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.



**APÊNDICE II – Links dos relatórios de autoavaliação das IES**

<b>IES</b>	<b>LINK DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO</b>
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	<a href="https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/Relatorios-autoavaliacao/Relatorio-de-autoavaliacao-institucional-ano-base-2018">https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/Relatorios-autoavaliacao/Relatorio-de-autoavaliacao-institucional-ano-base-2018</a>
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	<a href="https://portal.unila.edu.br/comissoes/cpa/autoavaliacao-projetos">https://portal.unila.edu.br/comissoes/cpa/autoavaliacao-projetos</a>

## APÊNDICE III – Etapa de preparação – JCSSE X ATLAS.TI

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

### Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos

Códigos selecionados (1)

## 2 UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018

**Ativo: 1**

**Códigos:** Preparação - Precisão - A2 - Informação Válida - Atendido

**5 Citações:**

**2:148 Para tanto, utiliza-se de diferentes instrumentos e informações, pauta..... (28:968 [28:1496]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Para tanto, utiliza-se de diferentes instrumentos e informações, pautando-se em metodologia que respeite os princípios supracitados indicados na Lei do SINAES, os quais expressam a necessidade de contemplar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representação da comunidade externa, a transparência de suas atividades, assegurando a publicidade dos procedimentos realizados, a globalidade de resultados a fim de compor uma visão de conjunto da Instituição e a incorporação de diferentes dimensões.

**2:151 A análise do conjunto destes Eixos e dimensões, ao longo do período tr..... (29:875 [29:1148]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A análise do conjunto destes Eixos e dimensões, ao longo do período trienal em andamento, permitirá estabelecer coerência, continuidade entre as informações apresentadas e uma autoavaliação integral, facilitando, inclusive, a elaboração dos relatórios de autoavaliação.

**2:161 Segundo o Sinaes, a autoavaliação possui como uma de suas etapas essen..... (30:2043 [31:232]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Segundo o Sinaes, a autoavaliação possui como uma de suas etapas essenciais a sensibilização da comunidade em relação à importância de sua participação no processo avaliativo. Com esse objetivo, a CPA-UNILA fez uso de todos os canais de comunicação disponíveis na universidade, e de encontros com diferentes segmentos, para esclarecimentos de seus trabalhos e objetivos junto à comunidade interna, estimulando a participação crescente das pessoas envolvidas na vida universitária.

**2:162 Para incentivar a participação da comunidade externa, a CPA, em parcer.....  
(31:233 [31:637]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano  
base 2018**

Para incentivar a participação da comunidade externa, a CPA, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e com a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais, desenvolveu material de divulgação de seus trabalhos e da importância da participação da comunidade Latino-americana e caribenha nesse processo avaliativo, tendo em vista a missão e o público-alvo da UNILA (ANEXOS B e G).

**2:216 O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três se.....  
(51:1621 [51:1779]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano  
base 2018**

O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três segmentos da comunidade acadêmica, bem como a divulgação dos resultados desse processo.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

**1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Preparação - Precisão - A2 – Informação Válida - Não atendido

**3 Citações:**

**1:150 A participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação  
in..... (65:351 [65:519]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano  
Base 2018**

A participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional tem reduzido a valores onde se questionam até mesmo a validade dos resultados obtidos.

**1:151 Falha no retorno das informações por parte da CPA ou da Instituição, a.....  
(65:635 [65:736]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base  
2018**

Falha no retorno das informações por parte da CPA ou da Instituição, aos participantes das pesquisas;

**1:153 Não atendimento às expectativas de melhorias das ações apresentadas  
co..... (65:740 [65:873]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano  
Base 2018**

Não atendimento às expectativas de melhorias das ações apresentadas como urgentes ou prioritárias pelos participantes das pesquisas;

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

### **Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

## **2 UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Preparação - Precisão - A2 - Informação Válida - Atendido

### **5 Citações:**

**2:148 Para tanto, utiliza-se de diferentes instrumentos e informações, pauta..... (28:968 [28:1496]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Para tanto, utiliza-se de diferentes instrumentos e informações, pautando-se em metodologia que respeite os princípios supracitados indicados na Lei do SINAES, os quais expressam a necessidade de contemplar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representação da comunidade externa, a transparência de suas atividades, assegurando a publicidade dos procedimentos realizados, a globalidade de resultados a fim de compor uma visão de conjunto da Instituição e a incorporação de diferentes dimensões.

**2:151 A análise do conjunto destes Eixos e dimensões, ao longo do período tr..... (29:875 [29:1148]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A análise do conjunto destes Eixos e dimensões, ao longo do período trienal em andamento, permitirá estabelecer coerência, continuidade entre as informações apresentadas e uma autoavaliação integral, facilitando, inclusive, a elaboração dos relatórios de autoavaliação.

**2:161 Segundo o Sinaes, a autoavaliação possui como uma de suas etapas essen..... (30:2043 [31:232]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Segundo o Sinaes, a autoavaliação possui como uma de suas etapas essenciais a sensibilização da comunidade em relação à importância de sua participação no processo avaliativo. Com esse objetivo, a CPA-UNILA fez uso de todos os canais de comunicação disponíveis na universidade, e de encontros com diferentes segmentos, para

esclarecimentos de seus trabalhos e objetivos junto à comunidade interna, estimulando a participação crescente das pessoas envolvidas na vida universitária.

**2:162 Para incentivar a participação da comunidade externa, a CPA, em parcer..... (31:233 [31:637]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Para incentivar a participação da comunidade externa, a CPA, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e com a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais, desenvolveu material de divulgação de seus trabalhos e da importância da participação da comunidade Latino-americana e caribenha nesse processo avaliativo, tendo em vista a missão e o público-alvo da UNILA (ANEXOS B e G).

**2:216 O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três se..... (51:1621 [51:1779]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três segmentos da comunidade acadêmica, bem como a divulgação dos resultados desse processo.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

**1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Preparação - Precisão - A2 – Informação Válida - Não atendido

**3 Citações:**

**1:150 A participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação in..... (65:351 [65:519]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

A participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional tem reduzido a valores onde se questionam até mesmo a validade dos resultados obtidos.

**1:151 Falha no retorno das informações por parte da CPA ou da Instituição, a..... (65:635 [65:736]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Falha no retorno das informações por parte da CPA ou da Instituição, aos participantes das pesquisas;

**1:153 Não atendimento às expectativas de melhorias das ações apresentadas co..... (65:740 [65:873]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Não atendimento às expectativas de melhorias das ações apresentadas como urgentes ou prioritárias pelos participantes das pesquisas;

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

**1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Preparação - Utilidade - U3 - Finalidades Negociadas - Atendido

**5 Citações:**

**1:120 O processo de avaliação interna foi coordenado pela CPA e contou com o..... (26:595 [26:819]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

O processo de avaliação interna foi coordenado pela CPA e contou com o auxílio da Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e Procuradoria Educacional Institucional (PI).

**2 UNILA - - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Preparação - Utilidade - U3 - Finalidades Negociadas - Atendido

**2:146 Conforme a Lei nº 10.861/2004, a autoavaliação, enquanto avaliação int..... (28:152 [28:795]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Conforme a Lei nº 10.861/2004, a autoavaliação, enquanto avaliação interna, deve contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos, bem como deve ser assegurado o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos e a participação do corpo

discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

**2:147 Considerando estes aspectos, o processo de autoavaliação na UNILA é co..... (28:797 [28:967]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Considerando estes aspectos, o processo de autoavaliação na UNILA é conduzido respeitando as peculiaridades e especificidades da Instituição, sua missão e planejamento.

**2:154 Os procedimentos de autoavaliação, em processo permanente de elaboraç..... (29:1547 [29:1776]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os procedimentos de autoavaliação, em processo permanente de elaboração, possuem dupla e complementar função, a saber: contribuir para a institucionalização de uma cultura de avaliação e desenvolver a avaliação interna em si.

**2:159 Tendo em vista os Eixos e dimensões do SINAES, as autoavaliações plane..... (30:1173 [30:1418]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Tendo em vista os Eixos e dimensões do SINAES, as autoavaliações planejadas e realizadas em 2018 e início de 2019 abrangeram setores da UNILA, acadêmicos e administrativos, por meio de diferentes instrumentos e procedimentos de autoavaliação.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

**1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Preparação - Utilidade - U4 –Valores explícitos - Atendido

**6 Citações:**

**1:121 A CPA está implantada e em funcionamento na UFFS, desde 2011, com o ob..... (30:81 [30:566]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

A CPA está implantada e em funcionamento na UFFS, desde 2011, com o objetivo de coordenar, conduzir e articular o processo de Avaliação Institucional da UFFS10, bem como sistematizar e prestar informações para subsidiar as avaliações do INEP/MEC e

as políticas da UFFS e sensibilizar a Comunidade Universitária da importância do processo de Autoavaliação Institucional para a melhoria contínua da gestão universitária, do processo de ensino e aprendizagem e da vida universitária.

**1:161 A devolutiva dos resultados da CPA junto aos participantes e a Comunid..... (61:97 [61:506]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

A devolutiva dos resultados da CPA junto aos participantes e a Comunidade Universitária é de vital importância para que as oportunidades de melhoria identificadas possam se tornar realidade e para que os participantes sintam-se motivados a participar, cobrar melhorias, acompanhar as ações realizadas e participar ativamente da implantação e manutenção de uma cultura de melhoria contínua da Instituição.

**2 UNILA - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**2:149 A autoavaliação realizada na UNILA é parte do Projeto de Autoavaliação..... (28:1497 [28:1759]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A autoavaliação realizada na UNILA é parte do Projeto de Autoavaliação Institucional 2018-2020, dando continuidade as ações planejadas no período anterior (2015-2017), que contempla o momento atual do desenvolvimento avaliativo das dimensões e Eixos do SINAES,

**2:150 Desta forma, na busca por acompanhar o desenvolvimento das ações defin..... (29:390 [29:874]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Desta forma, na busca por acompanhar o desenvolvimento das ações definidas no PDI, a autoavaliação levará em conta a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal, a organização e gestão da instituição, a infraestrutura física, o planejamento e avaliação, as políticas de atendimento aos estudantes e a sustentabilidade financeira, conforme definido pelo SINAES.

**2:155 Com isso, a autoavaliação, por meio do conhecimento da realidade da In..... (29:1777 [29:2171]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Com isso, a autoavaliação, por meio do conhecimento da realidade da Instituição, possibilitará a elaboração de conhecimentos para a transformação social e para avanços científicos e tecnológicos, filosóficos, artísticos e culturais, a fim de alcançar os objetivos e a missão da UNILA decorrentes de sua identidade institucional, bem como de possíveis percalços para o cumprimento dos mesmos.

**2:156 A autoavaliação institucional objetiva produzir conhecimentos, refleti..... (30:74 [30:568]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**



A autoavaliação institucional objetiva produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades da Universidade, identificar as causas dos seus problemas, elevar a consciência pedagógica e a capacidade dos seus profissionais docentes e técnicos, fortalecer as relações de cooperação entre diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com seu entorno, julgar sobre a importância científica e social de suas atividades e prestar contas à sociedade (MEC, 2017a).

## **APÊNDICE IV - Etapa de execução – JCSSE X ATLAS.ti**

### **Projeto: Projeto Dissertacao 2020**

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

### **Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

#### **1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018 e**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Execução - Precisão - A3 - Informações confiáveis - Atendido

**6 Citações:**

**1:173 Das ações que cabem à CPA, os resultados das pesquisas serão encaminhados..... (65:1994 [65:2297]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Das ações que cabem à CPA, os resultados das pesquisas serão encaminhadas de forma a assegurar o sigilo individual das informações, a todos os participantes, na forma de relatórios específicos e a inclusão destes dados nos relatórios da CPA, que deverão ser divulgados de forma mais ampla e eficiente.

---

#### **2 UNILA - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**2:172 A participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pessoais..... (33:1297 [33:1605]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pessoais no sistema de preenchimento dos questionários são preservadas a identificação dos respondentes, garantindo o anonimato e o sigilo, além da fidedignidade das respostas, motivo pelo qual, a amostragem é considerada não probabilística

**2:183 Espera-se que, com esta metodologia e procedimentos, a prática de uma..... (39:950 [39:1406]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Espera-se que, com esta metodologia e procedimentos, a prática de uma cultura de autoavaliação, enquanto processo permanente, organizado e sistematizado, possa ser fomentada na Instituição, desde o âmbito da avaliação interna da Instituição, dos cursos de graduação, do processo de ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes,

dos componentes curriculares, bem como servidores que realizam atividades meio à consecução das atividades finalísticas

**2:187 A avaliação é entendida como acompanhamento crítico reflexivo do cotid..... (42:489 [42:915]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A avaliação é entendida como acompanhamento crítico reflexivo do cotidiano institucional para orientar, teórica, metodológica, política, organizativa e pedagogicamente, os caminhos, as condições e os modos que levem a alcançar os objetivos e metas pautados na missão da universidade a curto, médio e longo prazo. Neste entendimento, a avaliação contínua é indispensável para gestão e planejamento institucional da UNILA.

**2:190 Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização..... (42:1439 [42:1592]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las

**2:213 A comunidade acadêmica reconhece como satisfatórios os mecanismos de..... (51:1194 [51:1314]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A comunidade acadêmica reconhece como satisfatórios os mecanismos de participação na definição do planejamento da UNILA;

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

**2 UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Execução - Utilidade - U1 - Credibilidade do Avaliador - Atendido

**6 Citações:**

**2:182 Nesse sentido, a CPA-UNILA mantém registros das revisões dos instrumen..... (39:633 [39:949]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Nesse sentido, a CPA-UNILA mantém registros das revisões dos instrumentos ao passo que forem identificadas necessidades de alteração, viabilizando assim, ao final do

processo de reformulação, envolver as partes interessadas na atividade avaliativa, a qual deverá novamente ser validada pela comunidade acadêmica.

**2:214 Parte expressiva dos estudantes reconhece como satisfatórios os mecani..... (51:1319 [51:1454]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Parte expressiva dos estudantes reconhece como satisfatórios os mecanismos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional;

**2:215 Há reconhecimento dos gestores a respeito da CPA e de seu impacto no..... (51:1459 [51:1617]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Há reconhecimento dos gestores a respeito da CPA e de seu impacto no planejamento institucional ao nortear os pontos problemáticos e exitosos da instituição;

**2:223. Nesse sentido, consideramos importante que a instituição apoie e fo..... (52:1224 [52:1432]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

. Nesse sentido, consideramos importante que a instituição apoie e forneça os subsídios necessários para a atuação da Comissão Própria de Avaliação, responsável por coordenar a Autoavaliação institucional.

**2:312 Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização..... (42:1439 [42:1594]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las.

**2:317 Todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, al..... (42:1262 [42:1438]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, além de proporcionar as informações na coleta dos dados, também, na sistematização, e análise desses dados.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

## 1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018

**Ativo: 1**

**Códigos:** Execução - Utilidade - U1 - Credibilidade do Avaliador - Não atendido

### 5 Citações:

**1:126 O número exagerado de comitês e comissões na UFFS faz com que a rotati..... (28:224 [28:365]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

O número exagerado de comitês e comissões na UFFS faz com que a rotatividade dos membros seja elevada<sup>9</sup> e a participação efetiva, muito baixa.

**1:127 destaca-se a baixa participação dos membros, que impossibilitaram a re..... (65:82 [65:350]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

destaca-se a baixa participação dos membros, que impossibilitaram a realização de reuniões, por falta de quórum, para a atualização do Regimento Interno da CPA e outras ações previstas, de modo a se ajustar às novas demandas e à realidade multicampi da Instituição.

**1:128 A capacitação dos membros da CPA é uma necessidade contínua. Porém, su..... (64:2470 [64:2733]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

A capacitação dos membros da CPA é uma necessidade contínua. Porém, sua importância nos dias atuais é maior, tendo em vista a alta rotatividade dos membros da CPA, o que em determinadas circunstâncias compromete a continuidade dos trabalhos até então realizados.

**1:155 O número exagerado de comitês e comissões na UFFS faz com que a rotat..... (228:189 [228:331]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

O número exagerado de comitês e comissões na UFFS faz com que a rotatividade dos membros seja elevada<sup>21</sup> e a participação efetiva, muito baixa.

**1:169 A melhoria dos processos avaliativos passa primeiramente pela sensibil..... (228:91 [228:187]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

A melhoria dos processos avaliativos passa primeiramente pela sensibilização dos membros da CPA.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

## **2 UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Execução - Utilidade - U2 - Atenção às partes interessadas - Atendido

**6 Citações:**

**2:163 Nessa etapa de trabalho, a CPA-UNILA procedeu à elaboração e/ou à revisão..... (31:721 [31:1192]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Nessa etapa de trabalho, a CPA-UNILA procedeu à elaboração e/ou à revisão dos instrumentos de coleta de informações necessários à autoavaliação institucional, observando a máxima participação possível das comunidades interna e externa. Essa elaboração/revisão dos instrumentos leva em consideração os Eixos avaliativos e as dimensões estabelecidas para cada ano do ciclo avaliativo, sem deixar de observar as especificidades da missão institucional da universidade.

**2:186 No mesmo sentido da avaliação institucional, a avaliação do ensino-ap..... (42:119 [42:486]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

No mesmo sentido da avaliação institucional, a avaliação do ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes, nas diversas atividades curriculares, também tem um caráter formativo e possibilitador de construção de conhecimentos para a transformação social e para avanços científicos e tecnológicos e, em definitivo, para alcançar os objetivos e a missão da UNILA.

**2:189 Todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, al..... (42:1262 [42:1437]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Todos os membros da instituição têm a possibilidade de participar, além de proporcionar as informações na coleta dos dados, também, na sistematização, e análise desses dados.

**2:190 Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização..... (42:1439 [42:1592]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Desenvolve-se assim um processo coletivo de reflexão, conscientização sobre as problemáticas institucionais e de elaboração de propostas para superá-las

**2:225 Por último, gostaríamos de destacar a importância de se estimular a ap..... (52:1737 [52:2085]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Por último, gostaríamos de destacar a importância de se estimular a aproximação da CPA com as diferentes Pró-Reitorias, direções de Institutos e comunidade acadêmica em geral por meio da divulgação dos impactos da autoavaliação no cotidiano da universidade, uma vez que essas melhorias devem ser amplamente divulgadas no interior da instituição.

**2:313 Assume-se a autoavaliação como importante instrumento de caráter forma..... (41:1887 [42:486]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Assume-se a autoavaliação como importante instrumento de caráter formativo e possibilitador do desenvolvimento profissional dos corpos docente e técnico-administrativo, e de todos os membros da instituição, por quanto se constitui em uma prática política, de participação democrática, colocando todos os atores em um processo.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

**2 UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Execução - Utilidade - U5 - Informações Relevantes - Atendido

**1 Citações:**

**2:164 Os instrumentos podem ser variados e ajustados aos propósitos do proce..... (31:1193 [31:1712]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os instrumentos podem ser variados e ajustados aos propósitos do processo de autoavaliação, desde que contemplem os aspectos relevantes de cada Eixo avaliado, tais como entrevistas semiestruturadas, questionários com questões fechadas e abertas.

Também foi considerada a correlação entre instrumento/elemento, ou seja, para cada segmento do universo da pesquisa existe um questionário de avaliação diferenciado e/ou formulário próprio. A aplicação dos instrumentos ocorre em período definido para essa atividade.

Projeto: Projeto Dissertação 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

## **1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos: Execução - Utilidade - U5 - Informações Relevantes - Não Atendido**

**4 Citações:**

**1:141 no período de coleta dos dados, todos os usuários desses sistemas (do..... (59:1402 [59:1956]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

no período de coleta dos dados, todos os usuários desses sistemas (docentes, TAES ou estudantes) ao adentrar nesses espaços seriam abordados por uma mensagem contendo o link para acesso ao questionário de Autoavaliação Institucional. Foi apontada a importância de se atrelar a obrigatoriedade do participante (docente, TAES ou estudantes) selecionar “QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO” ou “NÃO QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO”, pois, nesse caso, o participante poderá optar espontaneamente por participar ou não do processo de Autoavaliação Institucional.

**1:142 Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento..... (59:1958 [59:2160]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento e mensurar a quantidade de pessoas que ao acessá-lo busca participar efetivamente do processo, ou, então, que se recusa a fazê-lo.

**1:164 pois na análise crítica do relatório completo da CPA, referente ao tri..... (131:200 [131:377]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

pois na análise crítica do relatório completo da CPA, referente ao triênio 2015- 2017, foi constatado que as respostas não sofreram alterações significativas nos últimos anos.

**2:221 A comunidade acadêmica como um todo não percebe ações ou mudanças como..... (52:638 [52:763]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A comunidade acadêmica como um todo não percebe ações ou mudanças como resultado do processo de autoavaliação institucional.

---

## **2 UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos: Execução - Utilidade - U5 - Informações Relevantes - Não Atendido**

**4 Citações:**



**1:141 no período de coleta dos dados, todos os usuários desses sistemas (do..... (59:1402 [59:1956]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

no período de coleta dos dados, todos os usuários desses sistemas (docentes, TAES ou estudantes) ao adentrar nesses espaços seriam abordados por uma mensagem contendo o link para acesso ao questionário de Autoavaliação Institucional. Foi apontada a importância de se atrelar a obrigatoriedade do participante (docente, TAES ou estudantes) selecionar “QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO” ou “NÃO QUERO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO”, pois, nesse caso, o participante poderá optar espontaneamente por participar ou não do processo de Autoavaliação Institucional.

**1:142 Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento..... (59:1958 [59:2160]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Com isso, a CPA pretende elevar o potencial de alcance do instrumento e mensurar a quantidade de pessoas que ao acessá-lo busca participar efetivamente do processo, ou, então, que se recusa a fazê-lo.

**1:164 pois na análise crítica do relatório completo da CPA, referente ao tri..... (131:200 [131:377]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

pois na análise crítica do relatório completo da CPA, referente ao triênio 2015- 2017, foi constatado que as respostas não sofreram alterações significativas nos últimos anos.

**2:221 A comunidade acadêmica como um todo não percebe ações ou mudanças como..... (52:638 [52:763]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A comunidade acadêmica como um todo não percebe ações ou mudanças como resultado do processo de autoavaliação institucional.

**APENDICE V**– Etapa de divulgação – JCSSE X ATLAS.ti**Projeto: Projeto Dissertacao 2020**

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

**1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018 e**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Divulgação - Precisão - A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto - Atendido

**6 Citações:**

**1:146 Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discu..... (61:1197 [61:1408]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos.

**1:147 Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e co..... (61:1410 [61:1802]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um diálogo buscando uma uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público.

**1:170 Na UFFS, as ações concernentes ao planejamento e a avaliação instituci..... (63:120 [63:410]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Na UFFS, as ações concernentes ao planejamento e a avaliação institucional são realizadas por meio de quatro entes legalmente constituídos, a saber: • Pró-Reitoria de Planejamento; • Diretoria de Planejamento; • Divisão de Avaliação e Estatística; • Comissão Própria de Avaliação (CPA).

---

**2 UNILA - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**2:172 A participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pess..... (33:1297 [33:1605]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

A participação dos segmentos e setores é voluntária e nos acessos pessoais no sistema de preenchimento dos questionários são preservadas a identificação dos respondentes, garantindo o anonimato e o sigilo, além da fidedignidade das respostas, motivo pelo qual, a amostragem é considerada não probabilística

**2:173 Todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail insti..... (33:1608 [33:1853]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail institucional e ao acessar os sistemas, com explicações sobre a autoavaliação em andamento, acessível via internet, na Instituição ou externamente, por computadores e celulares.

**2:212 Os planejamentos oficiais da instituição estão incorporados de forma i..... (51:1058 [51:1189]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os planejamentos oficiais da instituição estão incorporados de forma integrada nos trabalhos desenvolvidos em cada unidade gestora;

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

**1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018 e**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Divulgação - Precisão - A5 - As avaliações de gerenciamento de informações – Atendido

**13 Citações:**

**1:123 A Autoavaliação da Instituição, de forma geral, englobando as dimensão..... (30:898 [30:1199]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

A Autoavaliação da Instituição, de forma geral, englobando as dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)<sup>11</sup>, foi realizada utilizando o sistema da UFFS, onde o aluno, técnico ou docente preencheram os formulários eletrônicos, acessados por meio de login e senha.

**1:134 é necessário que a qualificação dos estudantes, dos técnicos e dos do.....  
(12:1610 [12:1893]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base  
2018**

é necessário que a qualificação dos estudantes, dos técnicos e dos docentes estejam alinhados às demandas e expectativas regionais, nacionais e mundiais, de modo a evitar que a Instituição se feche em suas demandas internas, esquecendo-se de suas obrigações para com a sociedade.

**1:145 A devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos S.....  
(61:507 [61:862]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base  
2018**

A devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos Semanais por meio eletrônico, disponibilizada para toda a Comunidade Universitária e Comunidade Externa. Além desses meios, os resultados dos diferentes Instrumentos da Avaliação utilizados pela CPA foram divulgados e discutidos em Fóruns de Cursos, Assembleias e Reuniões Docentes.

**1:146 Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discu.....  
(61:1197 [61:1408]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base  
2018**

Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos.

**1:147 Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e co.....  
(61:1410 [61:1802]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base  
2018**

Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um diálogo buscando uma uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público.

**1:149 Foram utilizadas duas ferramentas distintas para diferentes abordagen.....  
(30:793 [30:897]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base  
2018**

Foram utilizadas duas ferramentas distintas para diferentes abordagens da autoavaliação institucional.

---

## **2 UNILA - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**2:165 No caso da aplicação de instrumentos de coleta de dados para a autoava.....  
(32:74 [32:568]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano  
base 2018**

No caso da aplicação de instrumentos de coleta de dados para a autoavaliação institucional, cabe à CPA-UNILA, em articulação com as unidades administrativas e

acadêmicas (ANEXOS C, D, E e F), promover a estruturação e criação de mecanismos específicos, presencial ou on-line, para viabilizá-la, priorizando o alcance das metas estabelecidas no PDI e as percepções e sugestões de melhorias advindas de docentes, de discentes, de técnicos administrativos, de egressos e da comunidade externa.

**2:166 Os dados coletados são organizados e tabulados, agrupando-os conforme..... (32:660 [32:966]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os dados coletados são organizados e tabulados, agrupando-os conforme critérios estabelecidos pela CPA, com apoio técnico de profissional da área de estatística. A CPA analisa a consistência obtida e, se houver necessidade, são realizadas ações complementares para o preenchimento de eventuais lacunas.

**2:169 De posse de informações consideradas suficientes, ocorre a organização..... (32:967 [32:1390]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

De posse de informações consideradas suficientes, ocorre a organização e análise dos dados, procurando avaliar em que medida se encontra coerência entre as atividades desenvolvidas pela universidade e as políticas institucionais estabelecidas no PDI, de acordo com a percepção das comunidades interna e externa. Isto é, os dados coletados serão a base para a elaboração de relatórios, a fim de disseminar o conhecimento.

**2:170 O desenvolvimento das autoavaliações ocorre com auxílio do Sistema Int..... (33:730 [33:1075]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

O desenvolvimento das autoavaliações ocorre com auxílio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para a aplicação de questionários junto a docentes e discentes, e do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), no caso do formulário com roteiro de informações e questionário direcionado aos TAES

**2:171 Ambos ocorrem de forma on-line, o que possibilita rapidez na obtenção..... (33:1078 [33:1296]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Ambos ocorrem de forma on-line, o que possibilita rapidez na obtenção de informações, abrangência maior de pessoas em curto espaço de tempo. A avaliação das dimensões 5, 8 e 10 ocorreu no período de 20 a 23/03/2019.

**2:173 Todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail insti..... (33:1608 [33:1853]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Todas/os as/os envolvidas/os recebem uma comunicação, no e-mail institucional e ao acessar os sistemas, com explicações sobre a autoavaliação em andamento, acessível via internet, na Instituição ou externamente, por computadores e celulares.

**2:175 Os questionários utilizam como possibilidade de resposta a escala Like..... (33:1854 [33:2188]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os questionários utilizam como possibilidade de resposta a escala Likert que tem por variação de 0-7, sendo: 0. Não sei ou não posso responder; 1. Totalmente insatisfeito; 2. Bastante insatisfeito; 3. Possivelmente insatisfeito; 4. Nem satisfeito, nem insatisfeito; 5. Satisfeito; 6. Bastante satisfeito; 7. Totalmente satisfeito.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

## **Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

### **2 UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Divulgação - Utilidade - U6 - Processos e produtos significativos - Atendido

**8 Citações:**

**2:180 Outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínt..... (38:1067 [38:1324]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínteses de informações relevantes impressos em folhetos/panfletos (flyer) para envio por mala direta e para distribuição em seminários, salas de aula, eventos e para a população em geral.

**2:181 lém disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de ges..... (38:1326 [38:1611]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

lém disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de gestão das unidades acadêmicas e administrativas, a fim de apresentar os resultados da avaliação e fornecer subsídios às ações de planejamento, execução e acompanhamento, visando a melhoria contínua da Instituição.

**2:183 Espera-se que, com esta metodologia e procedimentos, a prática de uma..... (39:950 [39:1406]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Espera-se que, com esta metodologia e procedimentos, a prática de uma cultura de autoavaliação, enquanto processo permanente, organizado e sistematizado, possa ser fomentada na Instituição, desde o âmbito da avaliação interna da Instituição, dos cursos de graduação, do processo de ensino-aprendizagem dos docentes e dos estudantes, dos componentes curriculares, bem como servidores que realizam atividades meio à consecução das atividades finalísticas

**2:188 Os procedimentos de avaliação da UNILA, em processo permanente de con..... (42:916 [42:1210]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os procedimentos de avaliação da UNILA, em processo permanente de construção, têm dupla e complementar função: por um lado, contribuir para institucionalizar uma cultura de avaliação e, por outro, desenvolver a avaliação institucional em si, incluída, nesta última, a do ensino-aprendizagem.

**2:197 Em relação aos processos de autoavaliação e a produção de juízos críti..... (44:74 [44:343]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Em relação aos processos de autoavaliação e a produção de juízos críticos sobre a UNILA, observamos a partir das respostas dos gestores que a maioria das unidades reconhece a importância do trabalho desenvolvido pela CPA e seu impacto no planejamento institucional.

**2:206 Entre discentes, docentes e TAE's o número de respondentes que consid..... (49:225 [49:431]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Entre discentes, docentes e TAE's o número de respondentes que considera o processo de autoavaliação institucional satisfatório, entre excelente e suficiente, é superior aos que o consideram insuficiente.

**2:222 Os esforços na construção de uma cultura de avaliação entendida como..... (52:1053 [52:1223]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os esforços na construção de uma cultura de avaliação entendida como fruto de um processo contínuo, coletivo e dialogado, não punitivo, apontam resultados significativos

**2:309 Quanto à parte que cabe à CPA, considera-se que a Comissão está em ple..... (92:2099 [92:2441]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Quanto à parte que cabe à CPA, considera-se que a Comissão está em pleno processo de consolidação e que o feedback obtido trouxe importantes informações que deverão nortear os processos de sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da atuação da CPA, e dos trabalhos por ela executados visando a excelência da Instituição.

Projeto: Projeto Dissertacao 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

**Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

## **1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

### **Ativo: 1**

**Códigos:** Divulgação - Utilidade - U6 - Processos e produtos significativos - Não Atendido

### **6 Citações:**

**1:118 Os resultados desse processo de autoavaliação não refletiu alterações..... (26:1227 [26:1378]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Os resultados desse processo de autoavaliação não refletiu alterações significativas dos aspectos positivos e/ou negativos ao longo dos últimos anos.

**1:154 a) Divulgar os resultados das autoavaliações. Se os participantes da p..... (225:398 [225:572]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

a) Divulgar os resultados das autoavaliações. Se os participantes da pesquisa não recebem a devolutiva dos resultados, não são estimulados a participar de futuras avaliações;

**1:158 até o momento, o processo de autoavaliação é tratado como mero instru..... (228:1660 [228:1871]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

até o momento, o processo de autoavaliação é tratado como mero instrumento burocrático, tendo sua importância ignorada ou desconhecida na melhoria da vida universitária e no processo de ensino e aprendizagem.

**1:168 Esta tímida participação em um processo de grande importância Institu..... (131:1162 [131:1364]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Esta tímida participação em um processo de grande importância Institucional evidencia a necessidade de fortalecimento do processo de sensibilização Institucional das Atribuições e Importância da CPA.

**1:195 Avaliando-se os resultados apresentados nos relatórios da CPA de 2015..... (224:2136 [224:2413]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Avaliando-se os resultados apresentados nos relatórios da CPA de 2015 a 2017, verifica-se que grande parte das informações permaneceu inalterada. Somado a isso, observou-se um decréscimo do número já reduzido de participantes dos questionários de autoavaliação institucional.

**1:196 É importante que as atividades e relatórios elaborados pela CPA não se..... (224:2415 [225:323]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**



É importante que as atividades e relatórios elaborados pela CPA não sejam mero instrumento burocrático, mas que sejam conhecidos e utilizados pelos diferentes setores e segmentos da UFFS, de modo a obter melhorias perceptíveis, especialmente em aspectos que mereçam maior atenção, com o mínimo recurso econômico e humano necessário.

Projeto: Projeto Dissertação 2020

Relatório criado por Clarice em 16/07/2020

## **Relatório de Códigos – Agrupado por: Documentos**

Códigos selecionados (1)

---

### **1 UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**Ativo: 1**

**Códigos:** Divulgação - Utilidade - U7 - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados - Atendido

#### **17 Citações:**

**1:145 A devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos S..... (61:507 [61:862]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

A devolutiva dos resultados foi feita utilizando-se dos Informativos Semanais por meio eletrônico, disponibilizada para toda a Comunidade Universitária e Comunidade Externa. Além desses meios, os resultados dos diferentes Instrumentos da Avaliação utilizados pela CPA foram divulgados e discutidos em Fóruns de Cursos, Assembleias e Reuniões Docentes.

**1:146 Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discu..... (61:1197 [61:1408]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Ao final do processo de autoavaliação, os resultados deverão ser discutidos junto com os cursos para o estabelecimento de ações visando a melhoria de pontos vulneráveis e o fortalecimento de aspectos positivos.

**1:147 Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e co..... (61:1410 [61:1802]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Em seguida, todos os resultados serão unidos no relatório da CPA e compartilhados entre todos os membros, para viabilizar um diálogo buscando uma uniformização do instrumento de autoavaliação para todos os campi da UFFS e melhoria da efetividade das ações da CPA e da Gestão da Instituição, com relação ao uso racional dos recursos econômicos e horas de dedicação de cada servidor público.

**1:160 Após o envio dos relatórios das respostas dos processos de autoavaliaç..... (222:1875 [222:2139]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Após o envio dos relatórios das respostas dos processos de autoavaliação, foi solicitado aos setores interessados um relato das ações para a melhoria dos aspectos identificados, para inserção no relatório da CPA e futuro acompanhamento da efetividade das ações.

**1:173 Das ações que cabem à CPA, os resultados das pesquisas serão encaminhados..... (65:1994 [65:2297]) - D 1: UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

Das ações que cabem à CPA, os resultados das pesquisas serão encaminhadas de forma a assegurar o sigilo individual das informações, a todos os participantes, na forma de relatórios específicos e a inclusão destes dados nos relatórios da CPA, que deverão ser divulgados de forma mais ampla e eficiente.

---

**2 UNILA - Relatório de Autoavaliação Institucional Ano Base 2018**

**2:167 Além de atender a esse procedimento obrigatório, os dados gerados pelo..... (32:1755 [32:2112]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Além de atender a esse procedimento obrigatório, os dados gerados pelo processo de autoavaliação institucional, de acordo com os Eixos estabelecidos para cada ano, serão publicados para as comunidades interna e externa, pontuando-se os avanços, as potencialidades e as fragilidades verificadas, com vistas à elaboração e à implementação de melhorias.

**2:168 Isso porque, o resultado dessas análises, segundo a Portaria Normativa..... (32:1393 [32:1752]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Isso porque, o resultado dessas análises, segundo a Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, devem constar em relatório de autoavaliação institucional, a ser postado no prazo de 1º de janeiro a 31 de março de cada ano, em versão parcial ou integral, e será mantido no cadastro em Sistema e-MEC, junto ao registro da instituição, em campo próprio

**2:174 Após a aplicação dos questionários, o sistema gera relatórios com os r..... (33:2189 [33:2440]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Após a aplicação dos questionários, o sistema gera relatórios com os resultados e traz os comentários e observações registradas nas questões abertas. Para as análises estatísticas, as informações são tabuladas com o auxílio de softwares estatísticos.

**2:175 Os questionários utilizam como possibilidade de resposta a escala Like..... (33:1854 [33:2188]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Os questionários utilizam como possibilidade de resposta a escala Likert que tem por variação de 0-7, sendo: 0. Não sei ou não posso responder; 1. Totalmente insatisfeito; 2. Bastante insatisfeito; 3. Possivelmente insatisfeito; 4. Nem satisfeito, nem insatisfeito; 5. Satisfeito; 6. Bastante satisfeito; 7. Totalmente satisfeito.

**2:179 O resultado do relatório de autoavaliação institucional, de acordo com..... (37:1910 [38:88]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

O resultado do relatório de autoavaliação institucional, de acordo com os Eixos estabelecidos para cada ano, pontuando-se os avanços, as potencialidades e as fragilidades da instituição, além da divulgação em todas as mídias possíveis, serão encaminhados às unidades acadêmicas e administrativas para conhecimento, discussão e elaboração de um plano de ação de melhorias, contendo a relação de atividades consideradas prioritárias, bem como aquelas necessárias para a melhoria contínua e busca da excelência

Primeiro Relatório de Autoavaliação Institucional – UNILA 2018-2019 37 institucional.

**2:180 Outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínt..... (38:1067 [38:1324]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Outra forma de divulgação dos relatórios será por meio do uso de sínteses de informações relevantes impressos em folhetos/panfletos (flyer) para envio por mala direta e para distribuição em seminários, salas de aula, eventos e para a população em geral.

**2:181 lém disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de ges..... (38:1326 [38:1611]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Além disso, serão realizadas reuniões de trabalho com as equipes de gestão das unidades acadêmicas e administrativas, a fim de apresentar os resultados da avaliação e fornecer subsídios às ações de planejamento, execução e acompanhamento, visando a melhoria contínua da Instituição.

**2:191 Este processo implica uma permanente devolução e, portanto, circulação..... (42:1595 [42:1719]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Este processo implica uma permanente devolução e, portanto, circulação das informações a todos os membros da universidade.

**2:207 partir dos dados do gráfico abaixo pode-se depreender que parte da com..... (49:675 [49:913]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

partir dos dados do gráfico abaixo pode-se depreender que parte da comunidade acadêmica teve acesso aos resultados divulgados pela CPA, uma vez que avalia de forma satisfatória a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional.

**2:216 O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três se..... (51:1621 [51:1779]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

O processo de autoavaliação institucional é bem avaliado pelos três segmentos da comunidade acadêmica, bem como a divulgação dos resultados desse processo.

**2:224 Outro ponto que consideramos relevante relaciona-se ao fomento de um d..... (52:1433 [52:1736]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

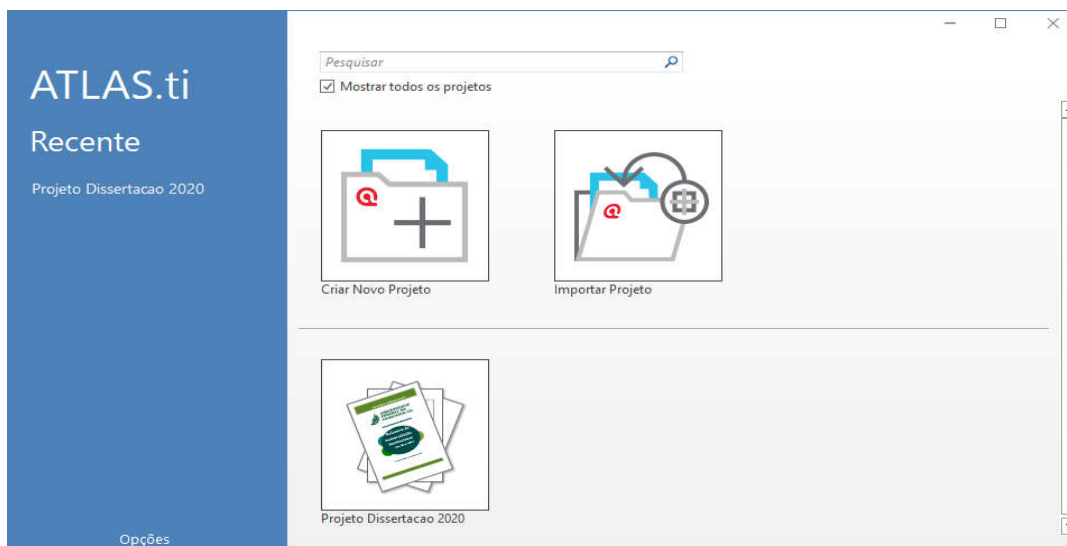
Outro ponto que consideramos relevante relaciona-se ao fomento de um debate sobre metodologias e protocolos de análise dos resultados da autoavaliação institucional no sentido de permitir que o processo culmine na construção de planos de melhorias por meio de ações concretas, contínuas e cotidianas.

**2:308 Como resultado, a CPA deverá encaminhar aos responsáveis e à Reitoria..... (92:1833 [92:2096]) - D 2: UNILA - Relatório Parcial Autoavaliação Institucional Ano base 2018**

Como resultado, a CPA deverá encaminhar aos responsáveis e à Reitoria, os resultados levantados, solicitando a elaboração de um Plano de Melhorias que deverá ser acompanhado, de forma a verificar a evolução da instituição nestas dimensões em avaliações futuras.

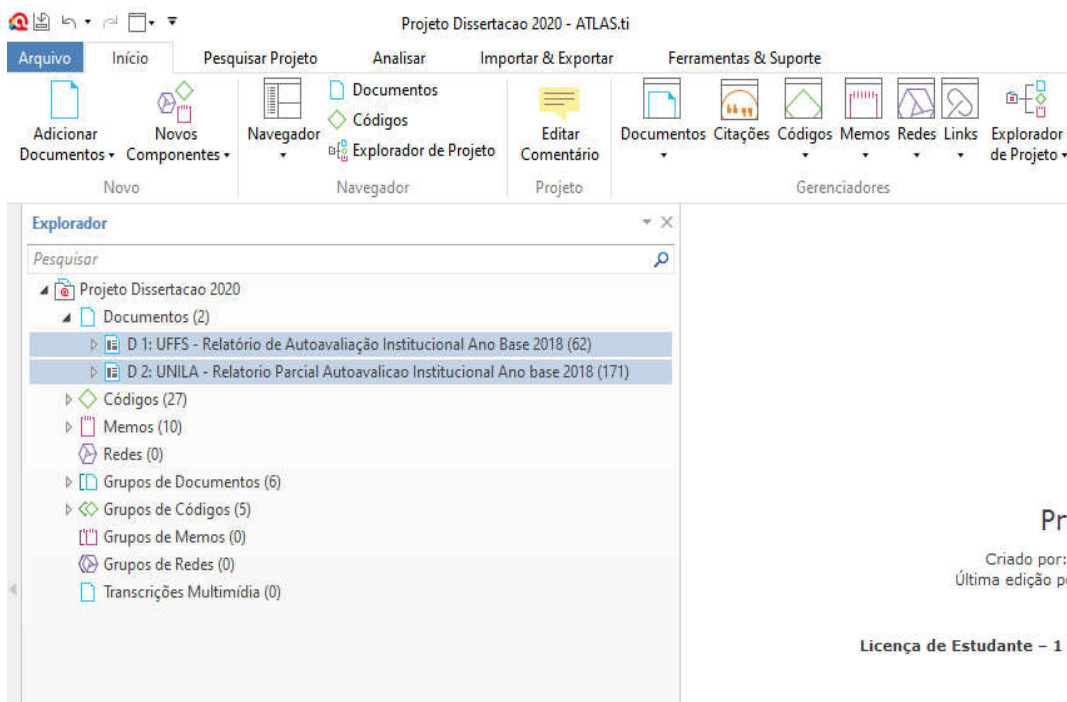
## APENDICE VI – Telas do processo de análise de dados no software ATLAS.ti

### Tela para criação do projeto e base de dados



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

### Documentos da pesquisa no ATLAS.ti



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).





### Associação do código Eixo 4: políticas de gestão com citações

97 citações para Eixo 4: Políticas de Gestão

Pesquisar Citações

ID	Nome	Iniciar	Fim
1:175	Por estarem vinculados a uma autarquia federal, os docentes da UFFS sã...	111:102	111:2
1:176	O plano de carreira dos professores do magistério superior federal foi...	111:284	111:5
1:177	Os servidores docentes efetivos da UFFS pertencem ao Cargo de Professo...	111:530	111:7
1:178	Os professores substitutos da UFFS estão enquadrados em conformidade...	111:747	111:10
1:180	Os critérios estabelecidos seguem o disposto no art. 12 do Decreto nº...	111:1052	111:13
1:181	Para inscrição no concurso, a que se refere este artigo do Decreto, é...	111:1366	111:16
1:182	A contratação de professores substitutos da UFFS ocorre por meio de pr...	111:1655	111:19
1:183	Dessa forma, o art.33, da Lei 8.112 de onze de dezembro de 1990, prev...	111:1996	111:22
1:184	Nos termos do art. 8º da Lei 8.112, são formas de provimento de cargo...	111:2225	112:2
1:185	Pode ser notado que 12,1% do total de docentes são substitutos, os de...	112:520	112:6
1:186	É possível perceber que o número de professores efetivos Doutores aume...	112:1094	112:11
1:187	É possível verificar que 82% dos docentes são Dedicação Exclusiva e ce...	113:693	113:8
1:188	Os servidores técnicos administrativos das instituições federais de en...	113:1450	114:3
1:189	O enquadramento nesses estatutos possibilita que os servidores técnico...	114:310	114:5

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

### Associação do código PNE – meta 13 com citações

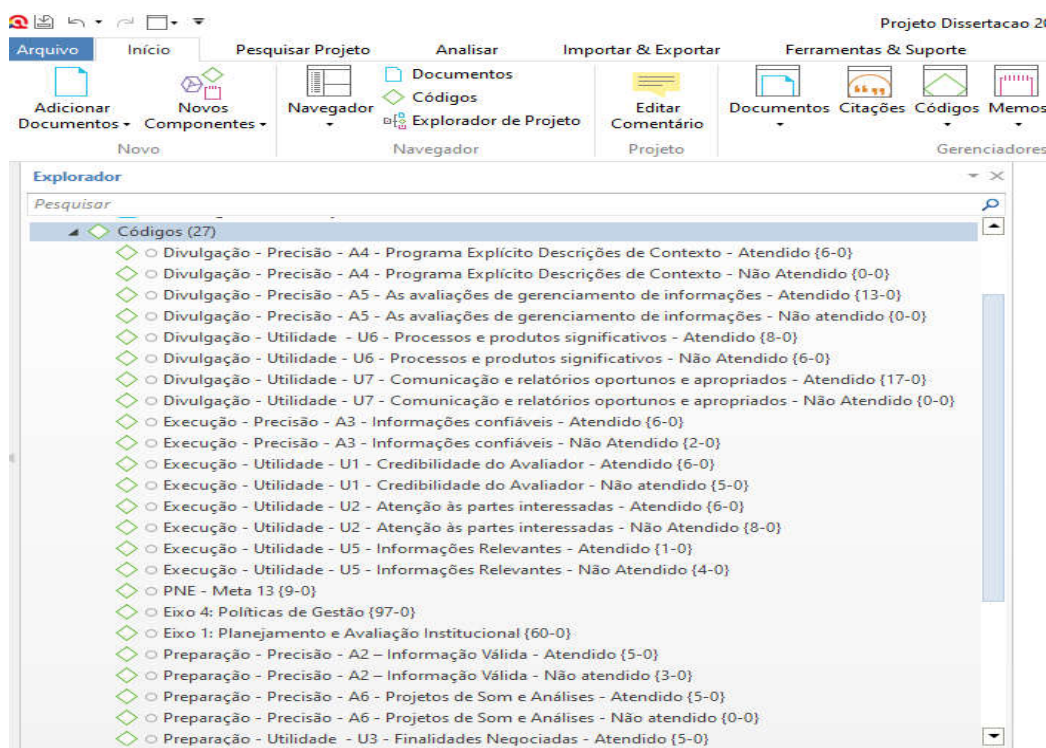
9 citações para PNE - Meta 13

Pesquisar Citações

ID	Nome	Iniciar	Fim
1:186	É possível perceber que o número de professores efetivos Doutores aume...	112:1094	112:11
1:187	É possível verificar que 82% dos docentes são Dedicação Exclusiva e ce...	113:693	113:8
2:137	Nessa empreitada, a UNILA conta com um quadro de servidoras/es altamen...	17:349	17:6
2:139	Com esse quadro docente e técnico, em 2018, segundo dados da Pró-Reito...	17:1032	17:14
2:140	Quanto aos grupos de pesquisa, em outubro de 2018, 132 grupos encontra...	17:1440	17:17
2:239	Em resposta afirmativa, a PROGEPE declarou que a formação do quadro d...	57:1811	57:21
2:258	autoavaliação da Dimensão 5 permitiu verificar alta qualificação do co...	66:651	66:8
2:260	Outro ponto positivo a destacar é o alto ou suficiente grau de comprom...	66:975	66:10
2:278	Como processo educativo, a autoavaliação busca qualificar e promover o...	89:143	89:3

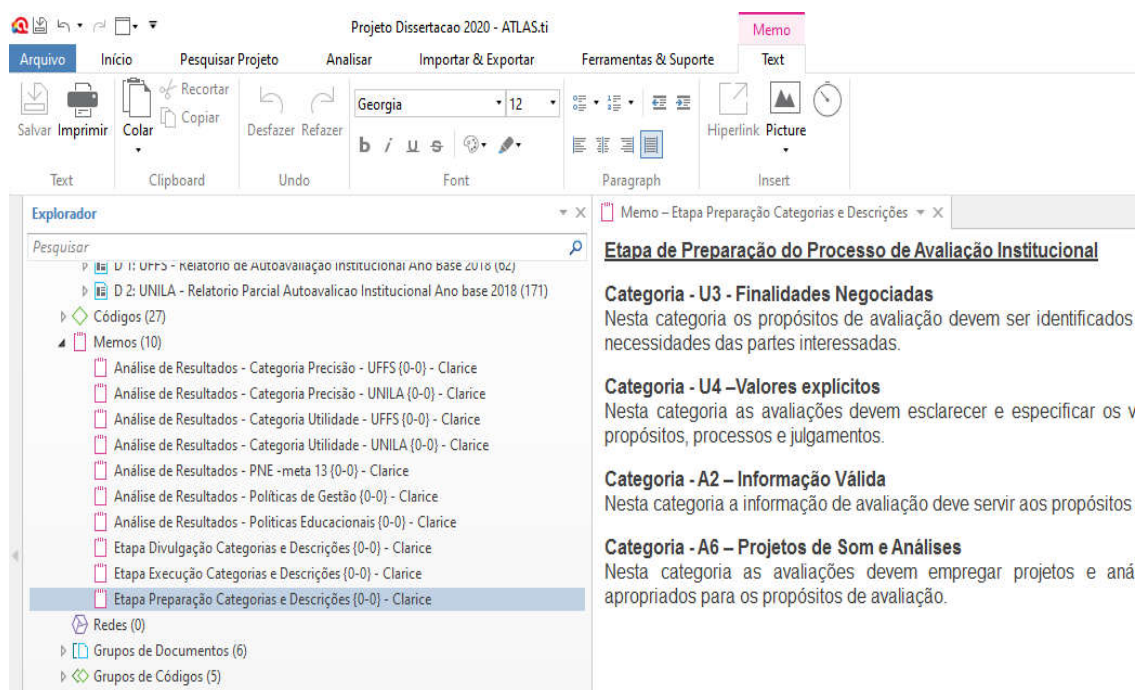
Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

## Codificação das categorias do JCSEE *no ATLAS.ti*.



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

## Memos para registro das análises no ATLAS.ti



Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).



## Memos para registro das análises no ATLAS.ti

The screenshot shows the ATLAS.ti interface with a memo titled "Memo – Etapa Preparação Categorias e Descrições". The memo content is as follows:

**Etapa de Preparação do Processo de Avaliação Institucional**

**Categoria - U3 - Finalidades Negociadas**  
Nesta categoria os propósitos de avaliação devem ser identificados e necessidades das partes interessadas.

**Categoria - U4 – Valores explícitos**  
Nesta categoria as avaliações devem esclarecer e especificar os valores propósitos, processos e julgamentos.

**Categoria - A2 – Informação Válida**  
Nesta categoria a informação de avaliação deve servir aos propósitos p

**Categoria - A6 – Projetos de Som e Análises**  
Nesta categoria as avaliações devem empregar projetos e anális apropriados para os propósitos de avaliação.

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

## Comentários nos códigos no ATLAS.ti

The screenshot shows the ATLAS.ti interface with a code list. The code "Execução - Utilidade - U1 - Credibilidade do Avaliador" is highlighted, and a comment is visible:

**Categoria – U1 - Credibilidade do Avaliador**  
Nesta categoria: As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto de avaliação.

The code list also includes other codes such as "Execução - Precisão - A3 - Informações confiáveis - Atendido", "Execução - Utilidade - U2 - Atenção às partes interessadas - Não Atendido", and "Execução - Utilidade - U5 - Informações Relevantes - Não Atendido".

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

## Grupos de códigos no ATLAS.ti

Projeto Dissertacao 2020 - ATLAS.ti

Arquivo Início Pesquisar Projeto Analisar Importar & Exportar Ferramentas & Suporte

Adicionar Documentos • Componentes • Novo

Novos Documentos Códigos Explorador de Projeto

Navegador

Editar Comentário

Documentos Citações Códigos Memos Redes Links Explorador de Projeto

Gerenciadores

Projeto [ ]

Criado por: Clarice - c  
Última edição por: Clarice -  
Usu

Licença de Estudante - 1 Usuário -

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

## Grupo de código 1º etapa – processo de autoavaliação – preparação

Projeto Dissertacao 2020 - ATLAS.ti

Arquivo Início Pesquisar Projeto Analisar Importar & Exportar Ferramentas & Suporte

Novo Novo Grupo Inteligente • Duplicar Fazer Instantâneo

Renomear Excluir

Editar Comentário

Editar Grupo Inteligente

Abrir Gerenciador de Códigos

Abrir Rede

Pesquisar na Web

Exportar para o Excel

Gerenciar

Explorador

Relatório

Gerenciador de Grupo de Códigos

Gerenciar Grupos

Grupos de Códigos

Explorador

Pesquisar

Projeto Dissertacao 2020

- Documentos (2)
- Códigos (35)
- Memos (10)
- Redes (1)
  - Rede 1 (14)
- Grupos de Documentos (6)
- Grupos de Códigos (5)
  - 1ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Preparação (8)
  - 2ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Execução (8)
  - 3ª Etapa: Processo de Autoavaliação - Divulgação (8)
  - Eixos Institucionais - SINAES (2)
  - Padrão de Qualidade JCSEE - Categoria Precisão (1)
- Grupos de Memos (0)
- Grupos de Redes (0)
- Transcrições Multimídia (0)

Pesquisar Grupos de Códigos

Nome	Tamanho	Modificado por
1ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Preparação	8	Clarice
2ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Execução	8	Clarice
3ª Etapa: Processo de Autoavaliação - Divulgação	8	Clarice
Eixos Institucionais - SINAES	2	Clarice
Padrão de Qualidade JCSEE - Categoria Precisão	1	Clarice

Códigos agrupados:

Nome
Preparação - Precisão - A2 - Informação Válida - Atendido~
Preparação - Precisão - A2 - Informação Válida - Não atendido~
Preparação - Precisão - A6 - Projetos de Som e Análises - Atendido~
Preparação - Precisão - A6 - Projetos de Som e Análises - Não atendido~
Preparação - Utilidade - U3 - Finalidades Negociadas - Atendido~
Preparação - Utilidade - U3 - Finalidades Negociadas - Não Atendido~
Preparação - Utilidade - U4 -Valores explícitos - Atendido~
Preparação - Utilidade - U4 -Valores explícitos - Não atendido~

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

## Grupo de código 2ª etapa – processo de autoavaliação – execução

Projeto Dissertacao 2020 - ATLAS.ti

Arquivo Início Pesquisar Projeto Analisar Importar & Exportar Ferramentas & Suporte Gerenciar Grupos de Códigos

Novo Novo Grupo Inteligente Duplicar Fazer Instantâneo Renomear Excluir Editar Comentário Editar Grupo Inteligente Abrir Gerenciador de Códigos Abrir Rede Pesquisar na Web Exportar para o Excel

Explorador

Pesquisar

Projeto Dissertacao 2020

- Documentos (2)
- Códigos (35)
- Memos (10)
- Redes (1)
  - Rede 1 (14)
- Grupos de Documentos (6)
- Grupos de Códigos (5)
  - 1ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Preparação (8)
  - 2ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Execução (8)
  - 3ª Etapa: Processo de Autoavaliação - Divulgação (8)
  - Eixos Institucionais - SINAES (2)
  - Padrão de Qualidade JCSEE - Categoria Precisão (1)
- Grupos de Memos (0)
- Grupos de Redes (0)
- Transcrições Multimídia (0)

Gerenciador de Grupo de Códigos

Pesquisar Grupos de Códigos

Nome	Tamanho	Modificado po
1ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Preparação	8	Clarice
2ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Execução	8	Clarice
3ª Etapa: Processo de Autoavaliação - Divulgação	8	Clarice
Eixos Institucionais - SINAES	2	Clarice
Padrão de Qualidade JCSEE - Categoria Precisão	1	Clarice

Códigos agrupados:

Nome

- Execução - Precisão - A3 - Informações confiáveis - Atendido~
- Execução - Precisão - A3 - Informações confiáveis - Não Atendido~
- Execução - Utilidade - U1 - Credibilidade do Avaliador - Atendido~
- Execução - Utilidade - U1 - Credibilidade do Avaliador - Não atendido~
- Execução - Utilidade - U2 - Atenção às partes interessadas - Atendido~
- Execução - Utilidade - U2 - Atenção às partes interessadas - Não Atendido~
- Execução - Utilidade - U5 - Informações Relevantes - Atendido~
- Execução - Utilidade - U5 - Informações Relevantes - Não Atendido~

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).

## Grupo de código 3º etapa – processo de autoavaliação - divulgação

Projeto Dissertacao 2020 - ATLAS.ti

Arquivo Início Pesquisar Projeto Analisar Importar & Exportar Ferramentas & Suporte Gerenciar Grupos de Códigos

Novo Novo Grupo Inteligente Duplicar Fazer Instantâneo Renomear Excluir Editar Comentário Editar Grupo Inteligente Abrir Gerenciador de Códigos Abrir Rede Pesquisar na Web Exportar para o Excel

Explorador

Pesquisar

Projeto Dissertacao 2020

- Documentos (2)
- Códigos (35)
- Memos (10)
- Redes (1)
  - Rede 1 (14)
- Grupos de Documentos (6)
- Grupos de Códigos (5)
  - 1ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Preparação (8)
  - 2ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Execução (8)
  - 3ª Etapa: Processo de Autoavaliação - Divulgação (9)
  - Eixos Institucionais - SINAES (2)
  - Padrão de Qualidade JCSEE - Categoria Precisão (1)
- Grupos de Memos (0)
- Grupos de Redes (0)
- Transcrições Multimídia (0)

Gerenciador de Grupo de Códigos

Pesquisar Grupos de Códigos

Nome	Tamanho	Modificado...
1ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Preparação	8	Clarice
2ª Etapa - Processo de Autoavaliação - Execução	8	Clarice
3ª Etapa: Processo de Autoavaliação - Divulgação	9	Clarice
Eixos Institucionais - SINAES	2	Clarice
Padrão de Qualidade JCSEE - Categoria Precisão	1	Clarice

Códigos agrupados:

Nome

- Divulgação - Precisão - A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto - Atend
- Divulgação - Precisão - A4 - Programa Explícito Descrições de Contexto - Não A
- Divulgação - Precisão - A5 - As avaliações de gerenciamento de informações - A
- Divulgação - Precisão - A5 - As avaliações de gerenciamento de informações - N
- Divulgação - Utilidade - U6 - Processos e produtos significativos - Atendido~
- Divulgação - Utilidade - U6 - Processos e produtos significativos - Não Atendide
- Divulgação - Utilidade - U7 - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados
- Divulgação - Utilidade - U7 - Comunicação e relatórios oportunos e apropriados
- Documento 1 A6

Fonte: A autora pelo ATLAS.ti versão 8.4.24, (2020).